



Universidade Federal do Pampa

CAMPUS SÃO BORJA

DIREITO - BACHARELADO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

SÃO BORJA
2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
UNIPAMPA - CAMPUS DE SÃO BORJA

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

Prof. Dr. Marco Antonio Fontoura Hansen

VICE-REITOR

Prof. Dr. Maurício Aires Vieira

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Ricardo Howes Carpes

PRÓ-REITORA ADJUNTA DE GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Maristela Cortez Sawitzki

DIRETOR DO CAMPUS SÃO BORJA

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

**COORDENADORA *PRO TEMPORE* DO CURSO DE BACHARELADO EM
DIREITO**

Profa. Dra. Lisianne Sabedra Ceolin

**COORDENADORA SUBSTITUTA *PRO TEMPORE* DO CURSO DE
BACHARELADO EM DIREITO**

Profa. Dra. Adriana Hartemink Cantini

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ACCGs – Atividades Curriculares Complementares de Graduação

CCCGs – Componentes Curriculares Complementares de Graduação

CES – Câmara de Educação Superior

CNE – Conselho Nacional de Educação

CONSUNI – Conselho Universitário

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

EC – Extraclasse

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

NDE – Núcleo Docente Estruturante

NPJ – Núcleo de Prática Jurídica

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PPC – Projeto Político Pedagógico de Curso

PRAEC – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários

PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura

PROPPI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	6
1. CONTEXTUALIZAÇÃO	11
1.1. UNIPAMPA	11
1.1.1. A criação da UNIPAMPA.....	11
1.1.2. A concepção de universidade	13
1.1.3 A estrutura da UNIPAMPA	14
1.2 REALIDADE REGIONAL	18
1.3. JUSTIFICATIVA: necessidade social	24
1.4. LEGISLAÇÃO	30
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	34
2.1 CONCEPÇÃO DE CURSO	34
2.1.1 Contextualização/concepção pedagógica do curso/perfil do curso.....	34
2.1.2 Objetivos	38
2.1.3 Perfil do egresso	39
2.2 DADOS DO CURSO	41
2.2.1 Administração acadêmica	41
2.2.2 Funcionamento	48
2.2.3 Formas de ingresso.....	49
2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	53
2.3.1 Integralização curricular.....	53
2.3.1.1 Atividades Complementares de Graduação (ACG)	53
2.3.1.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	53
2.3.1.3 Estágios	53
2.3.1.4 Plano de integralização da carga horária.....	53
2.3.2 Metodologias de ensino e avaliação.....	60
2.3.2.1 Da interdisciplinaridade envolvendo graduações distintas	60
2.3.2.2 Da interdisciplinaridade a partir de grupos de pesquisa.....	60
2.3.2.3 Da indissociabilidade entre teoria e prática no Bacharelado em Direito: atividades de extensão como campo para a inserção dos acadêmicos na comunidade local e regional	60
2.3.2.4 Do Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito	67
2.3.2.5 Da avaliação	69
2.3.3 Matriz curricular.....	69

2.3.4 Ementas dos componentes curriculares.....	74
2.3.5 Flexibilização curricular.....	130
2.3.6 Educação Ambiental no Bacharelado em Direito	132
3. RECURSOS	135
3.1 CORPO DOCENTE	135
3.2 CORPO DISCENTE.....	140
3.3 INFRAESTRUTURA	145
4. AVALIAÇÃO	148
4.1 Avaliação institucional	148
4.2 Autoavaliação do Curso	152
4.3 Acompanhamento de egressos	154
REFERÊNCIAS	155
ANEXOS.....	157
1. Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica	158
2. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso	162
3. Plantas relativas aos espaços destinados ao Curso de Direito (salas de aula, gabinetes de professores e sala do Núcleo de Prática Jurídica).....	171
4. Listagem do acervo disponível na Biblioteca do Campus São Borja	172

APRESENTAÇÃO

Não existe um projeto de curso isolado. Ele é parte de um projeto institucional, que é parte de uma universidade, que é parte de um sistema de educação, que é parte de um projeto de sociedade (VEIGA, 2004, p. 17).

As palavras de Veiga foram eleitas para inaugurar a apresentação deste Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPC) por traduzirem a sua essência epistemológica, fortemente marcada pelo diálogo com diversos campos do conhecimento e da realidade social, histórica e política em que o projeto irá se desenvolver.

Com efeito, o Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa, no Campus São Borja, nasce vinculado há mais de uma década de luta empreendida pela comunidade local para sua implantação, circunstância que não se pode deixar de destacar, dada a sua relevância. Trata-se de uma graduação prevista na Proposta Preliminar de Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Pampa, arquitetada pelo Ministério da Educação, e datada de 2005.¹ O mencionado documento, em seu item V, previu a criação do *Centro de Ciências Sociais Aplicadas de São Borja* e indicou, dentre os cursos a serem ofertados, a graduação em Direito. Tal curso deveria ter sido implementado no ano de 2008 (BRASIL, s/d, p.11), o que não se efetivou, acabando por impulsionar a comunidade local a buscar, de forma intensiva e legítima, por meio dos poderes constituídos e da sociedade civil organizada, a concretização da expectativa que lhes foi gerada pelo próprio Ministério da Educação (o histórico do apoio será detalhado no trecho intitulado *contextualização* – item 1).

De igual sorte, seu advento resta atrelado à vocação institucional, em especial, às áreas das ciências humanas e sociais, na esteira dos cursos de graduação em funcionamento na referida unidade acadêmica, de modo a possibilitar uma efetiva comunicação entre os saberes (re) construídos no ambiente universitário. Esta graduação posiciona-se ciente de que a casuística, que outrora fornecia uma “solução” única para questões jurídicas, já não é mais capaz de indicar respostas razoáveis sem

¹ A Proposta Preliminar de Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Pampa também pode ser acessada no seguinte endereço:

lançar mão de outros domínios científicos, razão pela qual propugna por um curso onde a interdisciplinaridade tenha espaço.

Tem-se presente que, na atualidade, os “acadêmicos de direito encontram um método de ensino tradicional recorrente ao modelo puramente expositivo e exegético de aulas, [...] que é insuficiente para prepará-lo como profissional crítico e reflexivo” (GUIMARÃES, 2010, p. 29). Frente a tal realidade, entende-se que a postura interdisciplinar, bem como a concepção de que teoria e prática são indissociáveis e devem ter lugar desde o início do curso, fazem-se obrigatórias como estratégias de alcance do perfil do egresso.

A direção adotada neste Projeto Político-Pedagógico coaduna-se tanto com as normativas vigentes acerca dos cursos de graduação em Direito quanto com a nova proposta ainda em trâmite no Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (Minuta de Resolução publicizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil em seu endereço eletrônico - <http://s.oab.org.br/arquivos/2017/04/proposta-diretrizes-curriculares-com-alteracoes13-fev-2017sergio.pdf>). A Resolução CNE/CES n. 09, de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, determina que o PPC, além de descrever de maneira clara e precisa a concepção do curso, deve ser contextualizado observando a sua inserção institucional, política, geográfica e social (art. 2º, §1º, I). Em atenção a tais Diretrizes, o Curso de Direito da UNIPAMPA, com sede no Campus de São Borja, localizado na fronteira com a República Argentina, confere especial atenção às peculiaridades da região. Trata-se de uma graduação inserida em Instituição que busca a excelência no atendimento ao tripé do ensino, da pesquisa e da extensão, não olvidando da realidade que a circunda, *in casu*, a fronteira, espaço que possui peculiaridades retratadas da seguinte forma pelo Ministério da Integração Nacional:

Dada a baixa densidade demográfica, provocada em grande parte pela vocação “atlântica” do país, associada às grandes distâncias e às dificuldades de comunicação com os principais centros decisórios, a faixa de fronteira experimentou um relativo isolamento que a colocou à margem das políticas centrais de desenvolvimento. (BRASIL, MIN, 2010, p. 17).

O Ministério da Integração Nacional ressalta, ainda, a necessidade de fortalecimento das ações de várias naturezas em regiões fronteiriças.

Para a faixa de fronteira, o governo brasileiro tem priorizado a assistência nas seguintes áreas: vigilância sanitária, segurança pública e territorial, saúde, implementação de políticas públicas, apoio produtivo e educação. Considerando que **a densidade de ações desenvolvidas ainda é modesta, conclui-se que há uma necessidade de maior atenção por parte dos governos** (BRASIL, MIN, 2010, p. 26, grifo nosso).

A nova proposta de Diretrizes Curriculares caminha na mesma direção quanto à inserção do Curso, ao prever, em seu art. 2º, §1º, incisos I e II, que o PPC abrangerá, sem prejuízo de outros, elementos estruturais como I) a concepção do planejamento estratégico, especificando a missão, a visão e os valores pretendidos pelo curso e II) a concepção e objetivos gerais, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social.

Tendo presentes tais dados, o Curso de Direito, além dos eixos de formação fundamental, profissional e prática (nas novas diretrizes, os eixos propostos são os de formação geral, formação técnico-jurídica e formação prático profissional, igualmente contemplados neste projeto), que propiciam uma base geral, humanística, reflexiva, crítica e axiológica aos egressos, possibilita uma formação complementar, voltada para as necessidades da região onde será ofertada a graduação (mas que apresenta utilidade plena também em outros cenários). Isso se materializa por meio dos componentes curriculares voltados à temática dos direitos humanos e fundamentais, enquanto alicerces das políticas públicas, tendo em vista que se trata de um espaço geográfico carente de ações mais intensas e pontuais; também há direcionamento à temática em ações de extensão e pesquisa, como explicitado em campo próprio, o que se coloca enquanto uma das possibilidades, e não como obrigatoriedade ao graduando. Além disso, este enfoque encontra conexão com as graduações oferecidas no Campus São Borja, dentre elas, o Bacharelado em Ciências Sociais – Ciência Política (com elevada ênfase para as políticas públicas), o Bacharelado em Serviço Social (com sólida ligação com os direitos humanos/fundamentais sociais), o Curso de Ciências Humanas – Licenciatura (que trabalha na perspectiva das políticas públicas direcionadas ao direito social à educação) e as graduações da área de comunicação, direito fundamental.

A conexão com a pós-graduação também merece registro, considerando que a Unidade Acadêmica oferta Mestrado Profissional em Políticas Públicas, recentemente aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); quanto a este particular, ressalta-se que a proposta de novas diretrizes pontua que, “com base no princípio de educação continuada, as IES poderão incluir no PPC a

perspectiva da articulação do ensino continuado entre a graduação e a pós-graduação” (art. 2º, §2º, da Minuta de Resolução).

Assim, a identidade do Curso, resultante de um pensar coletivo, reflete a necessidade de formação de bacharéis capacitados a pensar, produzir e aplicar o Direito não somente em seu viés individual - cuja importância não se desprestigia -, mas também na esfera coletiva, atentos aos fundamentos da República Federativa do Brasil, em especial, à cidadania e à dignidade da pessoa humana. O perfil do egresso se insere na busca dos objetivos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988, quais sejam: a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e da marginalização; a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF/88, arts. 1º e 3º). Assim, entende-se que a academia se configura como locus ideal para o fomento de tais competências e habilidades, e é nesta esteira que se estrutura o presente PPC, indo ao encontro da definição de Veiga (2004, p. 16) acerca do papel deste plano:

[...] instrumento de ação política [que] deve estar sintonizado com uma nova visão de mundo, expressa no paradigma emergente de ciência e de educação, a fim de garantir uma formação global e crítica para os envolvidos nesse processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal (destaque apostro).

O Curso de Direito da UNIPAMPA – Campus São Borja, apresenta como diferencial este aporte interdisciplinar, imprescindível aos profissionais do Direito e fortemente salientado na minuta acerca das novas DCNs, aliado a uma formação que possibilita o aprofundamento (dentro dos níveis de um bacharelado) da temática dos direitos humanos/fundamentais como bases para as políticas públicas, de modo a atender às facetas institucional, política, geográfica e social da realidade onde o Curso está inserido, assim como as demandas que delas emergem; o objetivo do curso não se restringe ao direito técnico e burocratizado, mas ao “direito como ponte de ligação entre as angústias do homem e os conflitos de ordem social e a ideia de Justiça” (GUIMARÃES, 2010, p. 65).

Reitera-se, nesta apresentação do Bacharelado, por sua relevância, que o eixo de formação complementar, direcionado aos direitos humanos/fundamentais como alicerces das políticas públicas, desenvolve-se por meio de várias estratégias, as quais se

encontram explicitadas ao longo deste projeto, mas que podem ser enumeradas da seguinte forma, a título introdutório: 1) abordagem das temáticas por meio de componentes curriculares obrigatórios e complementares de graduação (ementas contemplam tal viés); 2) ações de extensão previstas a partir do terceiro semestre do Curso, tendo direitos humanos e fundamentais como objeto a ser trabalhado junto à comunidade (item 2.3.2.3) e 3) Colóquio de Estudos Interdisciplinares em Direito (item 2.3.2.4), no qual será apresentada a síntese de relações trabalhadas durante o semestre letivo, envolvendo conexões entre tópicos constantes nas ementas dos componentes curriculares. Cada componente curricular do curso já possui um ponto do conteúdo a ser trabalhado de modo extraclasse, como preveem as novas DCNs (ainda não aprovadas) e permite a Portaria n. 1.134, de 10 de outubro de 2016, do MEC. No que pertine às temáticas previstas, constam as seguintes: **1º Ano:** O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais; **2º Ano:** Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica; **3º Ano:** Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos; **4º Ano:** Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios; **5º Ano:** Políticas públicas à luz do Estado Socioambiental.

De igual sorte, mantendo a perspectiva de maior abertura e consonância do Curso com a complexidade das relações hoje presentes na sociedade, temas como empreendedorismo e o uso de tecnologias também ganham espaço no projeto, em conformidade com as novas DCNs, bem como com entendimentos esposados por doutrinadores de várias áreas há longo tempo. Dito de outra forma, com uma postura interdisciplinar e conectada com as inovações tecnológicas e metodológicas, busca-se superar o paradigma exposto por Tércio Sampaio Ferraz Junior (2011):

É preciso reconhecer que, nos dias atuais, quando se fala em Ciência do Direito, no sentido do estudo que se processa nas Faculdades de Direito, há uma tendência em identificá-la com um tipo de produção técnica, destinada apenas a atender às necessidades profissionais (o juiz, o advogado, o promotor) no desempenho imediato de suas funções. Na verdade, nos últimos cem anos, o jurista teórico, pela sua formação universitária, foi sendo conduzido a esse tipo de especialização fechada e formalista.

É do caminho e dos instrumentos para a superação do paradigma supramencionado que se ocupam as linhas delineadas a seguir.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. UNIPAMPA

1.1.1. A criação da UNIPAMPA

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (UNIPAMPA, 2014-2018), a Universidade Federal do Pampa é resultado da reivindicação da comunidade regional. Esta demanda encontrou guarida na política, promovida pelo governo federal, de expansão e renovação das instituições federais de educação superior. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica a chamada “metade sul do estado do Rio Grande do Sul”, que se apresenta como um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior. Sua implantação, portanto, busca contribuir para a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

O reconhecimento das condições regionais e a necessidade de ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade na mencionada região motivaram os dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma nova instituição federal de ensino superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 23 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.

Nesta mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova universidade. Em 22 de novembro de 2005, o consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da educação superior no Estado. Coube à UFSM implantar os *campi* localizados em São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel; à UFPel coube a implantação dos *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento.

As instituições tutoras foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da instituição, a saber: no *Campus* Alegrete, Ciência da Computação, Engenharia Civil,

Engenharia Elétrica; no *Campus* Bagé, Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol), Licenciatura em Letras (Português e Inglês), Licenciatura em Matemática; no *Campus* Caçapava do Sul, Geofísica; no *Campus* Dom Pedrito, Zootecnia; no *Campus* Itaqui, Agronomia; no *Campus* Jaguarão, Licenciatura em Letras (Português e Espanhol) e Pedagogia; no *Campus* Santana do Livramento, Administração; no *Campus* São Borja, Comunicação Social (Jornalismo), Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) e Serviço Social; no *Campus* São Gabriel, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; e no *Campus* Uruguaiana, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as Instituições tutoras realizaram concursos públicos para docentes e técnicos administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Ainda em 2006, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova universidade. A Comissão promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e técnico-administrativos; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais e com lideranças comunitárias regionais sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA. Em 11 de janeiro de 2008, a Lei n. 11.640 criou a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, fixando em seu artigo segundo, as finalidades determinantes da IES:

Art. 2º A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

A partir de então, a UNIPAMPA passou a existir de forma autônoma em relação às Instituições de ensino superior consorciadas para sua implantação. Em janeiro de 2008, empossado o primeiro reitorado, que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições tutoras, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa.

1.1.2. A concepção de universidade

A UNIPAMPA, por ser uma universidade pública, assume o compromisso de pautar suas ações na democracia e em favor da construção de uma sociedade justa e solidária. A Universidade coloca-se como espaço de diálogo com as diferenças, respeitando as especificidades das diversas áreas do conhecimento e acredita na possibilidade das inter-relações sociais para criar um espaço de justiça social que coloque o conhecimento a serviço da sociedade. Em sua concepção, a UNIPAMPA tenciona fazer educação quando essas premissas puderem ser concretizadas pelas práticas de ensino, de pesquisa, de extensão e gestão. Neste caminho, a Universidade não pode ser um espaço meramente reprodutor do saber acumulado pela humanidade, tampouco o educando ser tomado como um receptor passivo desse mesmo saber. Por isso, tem presente a concepção contemporânea sobre o conhecimento, considerando como se dá sua construção e como se renovam as capacidades cognitivas dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem.

A UNIPAMPA foi convocada a ser uma Instituição de ensino que compreende o conhecimento como um devir e não como um processo controlável onde o domínio dos conteúdos é seu escopo. Concebe que o conhecimento só é possível por meio de um complexo de relações e práticas emancipatórias e uma educação pautada na liberdade e autonomia dos sujeitos, com vistas à construção de sua identidade, percebendo e desenvolvendo as habilidades e tornando-as efetivamente transformadoras, intervenientes e fundamentadas.

Tomada como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular - que reflete as escolhas e intencionalidades – é traduzida nos projetos de ensino, nas propostas de extensão e nos temas de pesquisa, e significa um compromisso com a comunidade. Esta deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos

diálogos, adotando entendimentos comuns, como o da disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade. Assim, o educando é compreendido como sujeito que vive *na* e *pela* comunidade, percebido na sua singularidade e cidadania e reconhecido em sua potencialidade transformadora. O referido potencial vem ao encontro da missão da UNIPAMPA (PDI 2014-2018, p.13), que por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão, busca promover a educação superior de qualidade.

1.1.3 A estrutura da UNIPAMPA

A Universidade, com organização *multicampi*, tem sede em Bagé e está consolidada em dez municípios, cujos *campi* atuam de forma descentralizada em Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

A Universidade Federal do Pampa, como Instituição social comprometida com a ética, fundada na liberdade, no respeito à diferença e na solidariedade, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento sustentável da região e do país. Em seu PDI 2014-2018 (p. 27-28), adota os seguintes princípios orientadores de seu fazer:

Formação acadêmica ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade.

Excelência acadêmica, caracterizada por uma sólida formação científica e profissional, que tenha como balizador a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando ao desenvolvimento da ciência, da criação e difusão da cultura e de tecnologias ecologicamente corretas, socialmente justas e economicamente viáveis, direcionando-se por estruturantes amplos e generalistas.

Sentido público, manifesto por sua gestão democrática, gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, orientado pelo compromisso com o desenvolvimento regional para a construção de uma Nação justa e democrática.

Pretende-se uma Universidade que intente formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometido com as necessidades contemporâneas locais e

globais. Para tanto, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la. Neste sentido, em consonância com o PDI (2014-2018, pp. 30-31), a política de ensino será pautada pelos seguintes princípios específicos:

- a) Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento;
- b) Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior;
- c) Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos;
- d) Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas;
- e) Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza gerando novos conhecimentos usando novas práticas;
- f) Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior;
- g) Consideração do discente como sujeito no processo educativo;
- h) Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas;
- i) Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino da graduação e da pós-graduação.
- j) Promoção institucional da mobilidade acadêmica nacional e internacional na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação;
- k) Implementação de uma política linguística no nível da graduação e pós-graduação que favoreça a inserção internacional.

Ainda em consonância com os princípios gerais do Projeto de Desenvolvimento Institucional (UNIPAMPA, 2014-2018, p. 32) e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- a) Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- b) Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- c) Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável;
- d) Incentivo a programas de colaboração internacional em redes de pesquisa internacionais;
- e) Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científico e intercâmbio de docentes no País e no exterior através de parcerias com programas de pós-graduação do País e do exterior.

Em relação às políticas de extensão, cujo principal papel é promover a articulação entre a universidade e a sociedade, por meio do seu PDI (2014-2018, pp. 32-33), a UNIPAMPA adota os seguintes princípios:

- a) Valorização da extensão como prática acadêmica;
- b) Impacto e transformação: a UNIPAMPA nasce comprometida com a transformação da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Essa diretriz orienta que cada ação da extensão da Universidade se proponha a observar a complexidade e a diversidade da realidade dessa região, de forma a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e a mitigação dos problemas sociais da região;
- c) Interação dialógica: essa diretriz da política nacional orienta para o diálogo entre a Universidade e os setores sociais, numa perspectiva de mão dupla e de troca de saberes. A extensão deve promover o diálogo externo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas. Ao mesmo tempo, deve contribuir para estabelecer um diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- d) Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- e) Interdisciplinaridade: a partir do diálogo interno, as ações devem buscar a interação entre componentes curricularess, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição, garantindo tanto a consistência teórica, bem como a operacionalidade dos projetos;
- f) Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: essa diretriz se propõe a garantir que as ações de extensão integrem o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. Compreendida como estruturante na formação do aluno, as ações de extensão podem gerar aproximação com novos objetos de estudo, envolvendo a pesquisa, bem como revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso, bem como para a renovação do trabalho docente. Nesse sentido, as atividades de extensão precisam ser reconhecidas no currículo com atribuição de créditos acadêmicos;
- g) Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, colaborando com políticas públicas na esfera municipal, estadual e federal da cultura;
- h) Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma e consórcios, redes ou parcerias, bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional.

São ofertados na Instituição 64 cursos de graduação, entre bacharelados, licenciaturas e cursos superiores em tecnologia, com 3.120 vagas disponibilizadas anualmente, sendo que 50% delas são destinadas para candidatos incluídos nas políticas de ações afirmativas, cuja previsão se encontra na Lei n. 12.711/2012; 47% são para vagas de ampla concorrência e 03% para ação afirmativa específica da UNIPAMPA - candidatos com deficiência. Conforme o documento intitulado Dados Gerais, em junho de 2015, a Universidade contava com um corpo de servidores composto por 803 docentes e 835 técnico-administrativos em educação, os quais proporcionam apoio para atender os discentes nos seguintes cursos de graduação ofertados:

Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; Engenharia Agrícola, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações;

Campus Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia da Computação, Engenharia de Energias Renováveis e Ambiente, Física - Licenciatura, Química- Licenciatura, Matemática- Licenciatura, Letras Português - Licenciatura, Letras Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas- Licenciatura e Música- Licenciatura; Campus Caçapava do Sul: Geofísica, Ciências Exatas- Licenciatura, Geologia, Curso Superior de Tecnologia em Mineração e Engenharia Ambiental e Sanitária;

Campus Dom Pedrito: Zootecnia, Enologia, Superior de Tecnologia em Agronegócio e Ciências da Natureza- Licenciatura, Educação do Campo;

Campus Itaqui: Agronomia, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia (noturno e diurno), Ciência e Tecnologia de Alimentos, Nutrição, Matemática - Licenciatura e Engenharia de Agrimensura;

Campus Jaguarão: Pedagogia, Letras Português e Espanhol- Licenciatura (noturno e diurno); Licenciatura em Letras - Português/EAD; História - Licenciatura, Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo; Bacharelado em Produção e Política Cultural;

Campus Santana do Livramento: Administração (noturno e diurno), Ciências Econômicas, Relações Internacionais e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública; Bacharelado em Direito.

Campus São Borja: Cursos de Comunicação Social – Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda; Serviço Social, Ciências Sociais – Ciência Política e Ciências Humanas- Licenciatura;

Campus São Gabriel: Ciências Biológicas Bacharelado e Ciências Biológicas - Licenciatura, Engenharia Florestal, Gestão Ambiental e Biotecnologia;

Campus Uruguaiana: Medicina, Enfermagem, Farmácia, Ciências da Natureza- Licenciatura, Medicina Veterinária, Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, Educação Física- Licenciatura e Fisioterapia.

1.2 REALIDADE REGIONAL

O município de São Borja tem a sua origem na localidade de Rio Pardo, criada pela Resolução do Presidente da Província em Conselho datado de 11 de março de 1833, quando passou a pertencer em definitivo ao Império Brasileiro, pois, antes desta data, integrava a Coroa Espanhola, fazendo parte das reduções jesuíticas e compondo os denominados Sete Povos das Missões. Somente após o período reducional, com a chegada dos primeiros colonizadores, a região passou a contar com um “modelo multifacetado nas atividades econômicas”, como destaca Antonio Dari Ramos (2006):

Baseados em um modelo agropastoril, os colonizadores dedicaram-se primeiramente a criação de gado. Na região das atuais cidades de São Borja, Bossoroca, Itacurubi e Garruchos, os vastos campos de vegetação rasteira contribuíram para o desenvolvimento dessa atividade que ainda hoje possui uma enorme representatividade na economia da região.

Imprescindível referir que São Borja possui características que lhe conferem destaque geopolítico no subcontinente da América do Sul, tratando-se de “Cidade Histórica”, conforme o Decreto Estadual 35.580, de 11 de outubro de 1994. Alguns fatores que contribuíram para tal denominação são elencados por Muriel Pinto (2010):

[...] uma trajetória histórica destacada no período das Missões (Redução de São Francisco de Borja foi banda oriental do Rio Uruguai - 1682); sofreu com as ofensivas militares da Guerra do Paraguai (século XIX) e mais recentemente vem destacando-se como “corredor” de comércio exterior no Mercosul. O local ainda é cidade natal dos ex-presidentes brasileiros, Getúlio Vargas e João Goulart.

O fato de se tratar de uma cidade de fronteira faz-se decisivo na configuração do município. Neste sentido, vale destacar, ainda que brevemente, que tal circunstância possui repercussões em vários âmbitos. Não se pode olvidar que a “zona de fronteira” se trata de uma faixa territorial em que há desdobramentos sociais, culturais, econômicos e políticos; já o limite fica caracterizado como o ápice da soberania nacional. Logo, o limite não pode ser habitável, ficando delineado unicamente pela cartografia. Este último pode ser entendido como uma linha imaginária ou não que divide dois extremos. Segundo esta observação, ressalta-se que

[...] o conceito de fronteira-zona deve ser entendido com base em dois pressupostos: primeiro, que a fronteira tem suas limitações políticas e suas jurisdições territoriais determinadas pelo Estado e, segundo, a zona de comércio sofre e influencia decisivamente na economia local e regional (COLVERO, 2004, p.112-113).

Também se faz importante resgatar que, ao longo de sua história, São Borja foi palco de um longo processo de concentração de terras que remonta ao século XIX, e a um modelo econômico concentrador na pecuária extensiva que adentrou as décadas de 70 e 80 do século XX, com sua base na produção extensiva do arroz; dito de outra forma, houve mudança na matriz produtiva, mas a grande propriedade rural permaneceu como dominante na produção.

Na atualidade, o município de São Borja, pertencente ao Conselho de Desenvolvimento Regional - Corede Fronteira-Oeste, alcança uma população de 61.012 habitantes, com uma área de 3.616,0 Km² e uma densidade populacional de 17,1 hab/Km².² Esses dados indicam um grande vazio populacional para uma área significativa e apontam para uma população concentrada na área urbana.

Nesse mesmo sentido, alguns indicadores econômicos corroboram e reforçam o cenário esboçado. Em 2012, o Produto Interno Bruto preço de mercado - PIBpm - foi de R\$ 1.469.222; já o Produto Interno Bruto – PIB - per capita, no mesmo ano, alcançou R\$ 24.011. No que se refere às exportações totais do município, em 2013, somaram U\$ 597.783.³ Outro indicador que converge nessa mesma direção é o referente à produção do arroz (conforme a divisão do Instituto Riograndense do Arroz – IRGA – pertence à Regional Fronteira Oeste); na safra de 2013/2014, a área cultivada no município foi de 51.096 ha, sendo a produtividade de 7.760 Kg-ha-1, e a produção total, de 596.505 t, o que corresponde a 15,19% da produção da Regional Fronteira Oeste.⁴

² Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja>>. Acesso em 16/12/2014.

³ Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja>>. Acesso em: 16 dez. 2014.

⁴ Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA. Disponível em: <http://www.irga.rs.gov.br/upload/20140903105722produtividade_municipios_safra_13_14_versao_final.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2014.

Os indicadores sociais também nos revelam essa concentração econômica. A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais foi de 6,51% em 2010; o coeficiente de mortalidade infantil, em 2012, registrou o percentual de 9,20% por mil nascidos vivos. Esses indicativos comprovam a persistência de condições sociais e econômicas precárias, principalmente no que respeita ao acesso à saúde, apesar de a expectativa de vida ao nascer, em 2010 e conforme o último censo, ter chegado a 76,61 anos.⁵

Em âmbito regional, essa realidade sócio-político-cultural de São Borja se vê agravada por um panorama econômico também comum a toda uma região chamada de “Metade Sul do Estado”, que, neste sentido, acaba significando “a metade mais pobre” do Rio Grande do Sul. Somado a tais indicadores, não se pode olvidar que São Borja é um município localizado em fronteira, como anteriormente frisado, o que lhe confere certas peculiaridades. Quanto a este ponto, vale reiterar que a potencialização de problemas em cidades fronteiriças, em termos de desenvolvimento, é circunstância reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, conforme já mencionado.

Com efeito, estudos comparativos entre a fronteira e a região central do estado do Rio Grande do Sul, realizados por Guindani *et al.* (2014), contribuem para percebermos uma assimetria socioeconômica entre os municípios que compõem estas duas regiões. Os autores investigaram a relação entre a realidade socioeconômica e o rendimento escolar dos alunos, a partir de uma comparação entre dois grupos de municípios. O primeiro grupo é composto pelos localizados na região fronteira do Estado do Rio Grande do Sul, pertencentes a 35ª e 10ª CREs (Coordenadorias Regionais de Educação); o segundo grupo é formado por municípios localizados na região central e serrana do Estado, mais próximos à capital, pertencentes à 4ª CRE. A tabela abaixo representa esses indicadores de cada ente federado analisado.

⁵ Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/municipios/detalhe/?municipio=S%E3o+Borja>>. Acesso em: 16 dez 2014.

Tabela 01 - Indicadores socioeconômicos e educacionais dos municípios da Fronteira Oeste e região Central/Serrana do Estado do Rio Grande do Sul⁶

CRE	Município	População (Censo 2010)	Crescimento anual da população 2000 – 2010 (%)	IDEB 2011 ⁷	IDH (2000)	Percentual de indigência e pobreza (2010)	Percentual da renda apropriada pelos 20% mais ricos (2000)
35 ^a (Fronteira)	Capão do Cipó	3.107	0,00	3,6	Não disponível	22.5	Não disponível
	Itacurubi	3.441	-0,18	2,9	0,770	20.0	58.0
	Maçambará	4.742	-0,60	2,8	0,743	14,8	71.1
	São Borja	61.662	-0,51	3,6	0,798	9.7	65.1
	Garruchos	3.233	-1,27	4,5	0,715	20.5	58.8
	Unistalda	2.453	-0,75	5,0	0,746	22.5	61.5
	Santiago	49.082	-0,60	4,2	0,816	7.3	61.2
10 ^a (Fronteira)	Alegrete	77.673	-0,82	3,8	0,793	9.9	64.2
	Barra do Quaraí	4.016	0,33	4,0	0,777	26.6	65.8
	Itaqui	38.166	-0,41	3,5	0,801	12.7	64.0
	Manoel Viana	7.074	0,11	3,8	0,754	14.6	63.3
	Uruguaiana	125.507	-0,11	3,8	0,788	13.3	64.8
4 ^a (Serra/centro)	Antônio Prado	12.837	-0,06	3,7	0,841	1.2	55.1
	Cambará do Sul	6.545	-0,44	3,9	0,760	5.8	56.5
	Canela	39.238	1,56	4,1	0,818	6.4	57.2
	Caxias do	435.482	1,91	4,5	0,857	2.4	55.8

⁶ Os indicadores foram extraídos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD (2013) que sistematizou os índices do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do Ministério da Educação.

⁷ Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (BRASIL, 2013) referente ao 9º ano das escolas públicas dos referidos municípios em análise.

	Sul						
	Farroupilha	63.641	1,41	5,2	0,844	2.1	53.3
	Flores da Cunha	27.135	1,37	4,9	0,839	1.6	51.7
	Gramado	32.300	1,23	4,5	0,841	3.1	54.1
	Jaquirana	4.177	-1,41	2,8	0,734	21.0	54.4
	Nova Pádua	2.445	0,20	4,6	0,832	0.3	51.0
	Nova Petrópolis	19.058	1,21	5,0	0,847	2.4	53.5
	Nova Roma do Sul	3.347	0,99	4,4	0,830	1.2	6.0
	Picada Café	5.182	1,04	5,8	0,819	2.1	7.4
	S. Francisco de Paula	20.540	0,41	4,1	0,757	8.4	58.9
	São Marcos	20.105	0,59	4,4	0,843	1,7	54.2

Fonte: Guindani et. al.

Numa primeira análise, é possível perceber que há uma clara relação entre a educação e os indicadores socioeconômicos. Dentre os dez municípios com os piores IDEBs (entre 2,8 e 3,8), oito possuem os IDHs na casa dos 0,7. Dentre os dez municípios com os melhores IDEBs (entre 4,4 e 5,8), oito possuem os melhores IDHs (na casa dos 0,8). Dos dez municípios com o maior índice de indigentes e pobres, seis deles também possuem os menores IDEBs. Se tomados os dez municípios com maiores índices de concentração de renda, sete deles estão entre os dez com menores IDEBs. Já dentre os cinco municípios com os menores índices de concentração de renda, quatro contam com os melhores IDEBs. Todas essas análises nos levam a concluir que melhores níveis de distribuição de renda e menores índices de pobreza correspondem a melhores índices educacionais, ao passo que baixos índices educacionais correspondem a poucos índices socioeconômicos e de qualidade de vida.

Traçando análise comparativa entre as regiões (fronteira e serra/centro), são possíveis vários apontamentos. O primeiro deles refere-se aos IDEBs, em que a média dos municípios da fronteira alcança o índice de 3,79; já na região central e serrana, esta média sobe para 4,42. Com relação ao crescimento anual da população, dos doze

municípios da fronteira, dez deles apresentam um decréscimo populacional. Por outro lado, dentre os quatorze municípios da região serrana/central, apenas três apontam este decréscimo. Com relação ao IDH, na região da fronteira, apenas dois municípios possuem um índice que ultrapassa a casa dos 0,7; na região serrana/central, por sua vez, apenas três estão na casa dos 0,7, figurando todos os demais acima de 0,8. Com relação ao percentual de indigência e pobreza, na região da fronteira, dos doze municípios, onze deles possuem mais de 9% de pobres e indigentes dentre sua população; já na região serrana e central, apenas um município (dentre os catorze) possui mais de 9% de pobres e indigentes.

Na mesma trilha, a taxa de conclusão na educação básica, sobretudo no ensino médio, é problemática no município de São Borja. Conforme dados do Relatórios Dinâmicos, constante no Portal ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio), enquanto a taxa de conclusão do ensino fundamental entre jovens de 15 a 17 anos era de 60,4%, em 2010, o percentual de conclusão do ensino médio, entre jovens de 18 a 24 anos, alcançava 46,3%.⁸ Diante deste contexto econômico e social, a Universidade possui o dever de possibilitar meios para minimizar ou reverter de tal quadro, como destaca Alípio de Sousa Filho:

Uma universidade deve ser capaz de formular problemas socialmente relevantes. Inseridas em regiões, com suas especificidades, seus problemas, as universidades devem se indagar sobre as carências, as dificuldades, os dilemas dessas regiões. Uma universidade deve se perguntar sobre os problemas importantes das localidades em que se encontra instalada: nas diversas áreas (educação, saúde, violência, direitos humanos, meio ambiente etc.), quais são os principais problemas? Que contribuições a universidade pode oferecer à sociedade para o enfrentamento desses problemas? Que sugestões pode apresentar à sociedade, aos poderes públicos? Que diálogo pode sustentar com os diversos segmentos sociais, discutindo questões relevantes para a população local?⁹

⁸ Relatórios Dinâmicos. Portal ODM. Disponível em: <http://www.relatoriosdinamicos.com.br/portalodm/2-educacao-basica-de-qualidade-para-todos/BRA004043381/sao-borja---rs>. Acesso em: 26 jul. 2015.

⁹ SOUSA FILHO, Alípio de. O ideal de universidade e de sua missão. In: MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira (orgs). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 3) p. 180.

Diante de tal missão imposta à Universidade, o Curso de Direito possui plenas condições de contribuir para melhorar a realidade regional descrita, sobretudo porque, além da formação geral e obrigatória ofertada, possui como diferencial um eixo de formação complementar voltado, justamente, para os direitos humanos/fundamentais e para as políticas públicas, ações estas de que carece a região em um nível adequado. Uma vez formado um profissional ciente do efetivo significado e alcance dos direitos humanos/fundamentais, como alicerces para quaisquer políticas que visem assegurar tais mandamentos, no plano concreto, este conhecimento teórico passa a fazer parte da região onde a Universidade está inserida, ampliando de forma significativa as possibilidades de desenvolvimento nas perspectivas teórica, política, jurídica e socioambiental. Neste sentido, o Curso é pensado com atividades de inserção na comunidade desde o segundo ano, de modo a romper com a concepção de que a prática somente pode se dar após o domínio integral dos conhecimentos teóricos; o formato adotado para tanto encontra-se no item 2.3.1.1 (Atividades Complementares de Graduação).

1.3. JUSTIFICATIVA: necessidade social

A UNIPAMPA tem uma estrutura composta por 10 *campi* temáticos, cada qual voltado para uma grande área do conhecimento. Isto facilita e otimiza a distribuição dos recursos humanos, pois concentra em um mesmo lugar professores pesquisadores com perfis semelhantes e diferenciados. Os *campi* estão localizados nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste. São eles: Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, São Borja, São Gabriel, Santana do Livramento e Uruguaiana.

No campus de São Borja, estão concentrados os cursos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais. Atualmente, são seis graduações: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Serviço Social, Ciências Sociais - Ciência Política e Ciências Humanas - Licenciatura.

De modo a contextualizar e justificar de forma mais sólida a necessidade de implantação do Curso de Direito nesta unidade acadêmica, convém resgatar o seu

histórico, que encerra o desejo e a mobilização da comunidade desta região. Desde a concepção da UNIPAMPA, o campus de São Borja restou direcionado a sediar um *Centro de Ciências Sociais Aplicadas*, que deveria ser implementado já em 2008, contemplando o Curso de Direito, conforme consta na Proposta Preliminar de Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Pampa, da lavra do Ministério da Educação (BRASIL, 2005, p. 7).¹⁰ Todavia, tal estrutura não foi adotada no campus de São Borja.

A comunidade local, entretanto, inconformada com tal exclusão, passou a se mobilizar novamente em busca da efetivação do que havia sido projetado para a unidade acadêmica de São Borja, por entender relevante a oferta de tal graduação no município, considerando todas as potenciais repercussões da implantação do Curso, envolvendo o desenvolvimento nas vertentes acadêmica, cultural, profissional, econômica e social.

Neste caminho, restou criada, em 2008, a *Comissão Externa Pró-Curso de Direito em São Borja*, com a participação de representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, da 35ª Coordenadoria Regional de Educação, do Conselho Regional de Desenvolvimento da Fronteira Oeste, do Conselho Municipal de Desenvolvimento, da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil em São Borja, da Associação Comercial e Industrial de São Borja (ACISB) e do Sindicato do Comércio Varejista de São Borja (Sindilojas). Em termos institucionais, docentes e técnicos da UNIPAMPA também iniciaram suas movimentações com o mesmo objetivo.

Após intensas discussões, que envolveram os dez *campi* da IES, restou aprovada, no dia 26 de julho de 2012, na 31ª Reunião Ordinária do Conselho Universitário (CONSUNI), órgão máximo da Universidade, a proposta do Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Direito, com a oferta inicial de 50 vagas no Campus de Santana do Livramento, e outras 50 no Campus São Borja, a serem oferecidas no semestre subsequente.

¹⁰ A Proposta Preliminar de Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Pampa também pode ser acessada no seguinte endereço: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_pampa.pdf.

Quanto a tal ponto, fundamental esclarecer que o campus de São Borja, não tendo obtido êxito nas tratativas institucionais dirigidas à implantação local do Curso, efetivou parceria com o Campus de Santana do Livramento, considerando que aquela unidade acadêmica possuía maior número de docentes com formação na área jurídica, em razão de contar com as graduações de Administração e Relações Internacionais, que convergiam com a proposta de criação do Curso. A união restou visualizada, à época, como única forma de viabilizar a construção de um PPC, que exige, além da caracterização do Curso (matriz curricular, concepção pedagógica, perfil do egresso etc.), a indicação dos professores que irão atuar, bem como da infraestrutura disponível para tanto.

Uma vez obtida a aprovação interna, deu-se início ao pedido de autorização junto ao Ministério da Educação, protocolado em 15 de outubro de 2012, originando o Processo n. 201208747. Quanto a tal processo, convém esclarecer que o mesmo se referiu ao campus de Santana do Livramento, não tendo sido postadas no e-Mec as vagas para o campus São Borja. Recorda-se, neste ponto, que a aprovação institucional deu-se prevendo o início de funcionamento do Curso naquela unidade acadêmica (50 vagas), com implantação de uma extensão em São Borja no semestre subsequente (50 vagas). O Curso de Direito do Campus Santana do Livramento obteve autorização para implantação no ano de 2015, estando em pleno funcionamento.

Porém, como inexistia previsão, no ordenamento jurídico brasileiro, sobre curso de graduação em regime de extensão, o campus de São Borja deu início, com base no fato de que as vagas já estavam aprovadas pelo órgão máximo da IES (CONSUNI), aos procedimentos necessários para obtenção de autorização de seu próprio Curso de Direito, já que, embora a UNIPAMPA conte com estrutura multicampi, não restou outro caminho que não fosse a construção de cursos com perfis distintos. A construção de um PPC próprio também se deu com o objetivo de melhor atender à realidade institucional, geográfica, política, cultural e socioambiental do Campus São Borja, distinta da encontrada no Campus de Santana do Livramento.

Resgatado o histórico da busca pela implantação do Curso de Direito no campus de São Borja, considerando os movimentos da comunidade local para sua implementação, passa-se a justificar a necessidade do Curso sob os vieses das realidades nacional, regional e local. Inicialmente, há que se destacar que o Censo da Educação

Superior 2014 confirmou a tendência histórica das Instituições de ensino superior serem privadas, em sua maioria. De igual sorte, os resultados deram conta de um predomínio de faculdades, que são instituições que atuam em número reduzido nas áreas do saber, e podem ter seus corpos docentes compostos por profissionais com titulação de pós-graduação *lato sensu* (INEP, 2017, p. 12). Vale referir alguns números:

A maioria dos estabelecimentos é constituída por faculdades privadas (78,1%). A disponibilidade de centros universitários e faculdades também são majoritariamente na rede privada, 92,5 e 93,5, respectivamente. No caso das universidades, 56,9 são públicas.

Nesse contexto, as universidades são a maioria na rede federal, correspondendo a 58,9% de toda essa rede, seguidas pelos IFs e Cefets com 37,4%. Na rede federal, as faculdades ocupam apenas 3,7%. Na rede privada, elas representam 89,4% de toda essa rede e mais de $\frac{3}{4}$ de todas as IES do Brasil.

Nas regiões da Fronteira Oeste e Missões do Estado do Rio Grande do Sul, no que se refere, especificamente, à oferta de bacharelados em Direito, esta realidade se confirma. Se tomado o município de São Borja como parâmetro, conforme dados constantes no e-MEC (Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados), os cursos existentes na região são ofertados pela rede privada, a saber: Universidade Regional da Campanha – URCAMP, em Alegrete (distante 180 km de São Borja), Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA, em São Ângelo (município que dista 190 km de São Borja) e Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI, em Santiago, Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga (distantes 140 km, 190 km e 112 km de São Borja, respectivamente).

Assim, quem deseja o título de bacharel em Direito e reside no município para o qual o governo federal projetou este curso em 2005,- passada mais de uma década -, é obrigado a alterar seu domicílio ou viajar diariamente para assistir às aulas, além de despender valores consideráveis relativos às mensalidades e outras despesas inerentes à vida acadêmica. Entende-se que essa situação não pode se perpetuar, seja pela flagrante frustração de expectativas geradas pelo próprio Ministério da Educação para com uma comunidade que jamais deixou de lutar pela instalação do Curso de Direito em São Borja, seja pela necessidade real que possui este espaço fronteiriço de empoderar-se, também, sob o viés jurídico, de modo que seu desenvolvimento ocorra, além das formas já buscadas, através de um ensino público de qualidade.

Com relação às IES públicas que oferecem o curso de Direito no estado do Rio Grande do Sul, há o registro de cinco Instituições. Todavia, os municípios onde as Instituições estão instaladas localizam-se em outras regiões, a longas distâncias desta cidade fronteiriça. Com efeito, a graduação jurídica recentemente autorizada na UNIPAMPA possui sede em Santana do Livramento (distância de 380 km de São Borja). Com relação às demais universidades públicas que oferecem graduação em Direito, o cenário é o seguinte: Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, (distância de 294 km); Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, (distância de 595 km); Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, (distância de 614 km) e Fundação Universidade de Rio Grande – FURG (distância de 660 km).

Unindo tais dados com a realidade socioeconômica de São Borja, município fronteiriço carente de desenvolvimento em vários setores, como explicitado, e a existência, neste Campus, de cursos nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, a justificativa para a implantação do bacharelado em Direito resta evidente. Nesta senda, vale registrar, ainda, que o funcionamento da referida graduação também amplia as portas da interdisciplinaridade, posto que permite a circulação de docentes de outros cursos no que ora é proposto, e vice-versa. Embora o senso comum indique a saturação no número de advogados no país, é notório que esta situação não se configura em muitos campos da ciência jurídica, onde é imprescindível o conhecimento dos denominados novos direitos, dentre os quais se pode citar os relativos à proteção da criança e do adolescente, do idoso, do consumidor, das pessoas com deficiência, da mulher, das pessoas LGBT e do meio ambiente, todos alicerçados nos direitos humanos/fundamentais que carecem de efetividade, a qual se dá, dentre outros, por meio de políticas públicas eficientes, efetivas e eficazes. Como salientam Claudia Lima Marques e Bruno Miragem¹¹ (2012, pp.18-19), o Direito deve acompanhar as aceleradas transformações experimentadas pela sociedade:

Vive-se atualmente em uma sociedade pós-moderna, sociedade de consumo e de produção em massa, sociedade de serviços, sociedade da informação, altamente acelerada, globalizada e desmaterializada. Esta circunstância

¹¹ Marques e Miragem apoiam-se em autores como Jean-François Lyotard, Jürgen Habermas, Erik Jayme, Jean Beauchard, Manuel Castells, Mireille Bacache-Gibeili, Fábio Ulhoa Coelho e Ricardo Luis Lorenzetti.

produz novas realidades e novas perguntas para o direito. Mas também oferece a oportunidade que se produzam novas respostas.

É neste espaço de produção de novas respostas que se constrói o Curso Direito do Campus de São Borja, posto que esta graduação não se amolda ao tradicional, mas busca ampliar a formação dos egressos por meio de um eixo de formação complementar que contempla as temáticas onde, hodiernamente, há carência de profissionais devidamente capacitados. Importante destacar que não é somente aos bacharéis que pretendem o exercício da advocacia privada ou pública que o curso se direciona; muito pelo contrário, sua concepção dirige-se a todas as carreiras jurídicas, no sentido de inserir, seja no Judiciário, no Executivo, no Legislativo e no Ministério Público, profissionais aptos a colaborar, na medida de suas competências, para a efetividade dos direitos humanos/fundamentais.

De igual sorte, o Curso propõe metodologias ativas, tal como preconizado pelo Conselho Nacional de Educação, de modo a romper com a estagnação do ensino jurídico, marcado, em muitas instituições, por aulas expositivas e enciclopédicas. Busca, ainda, a inserção de novas habilidades, tais como as relacionadas às tecnologias, e o diálogo com outras áreas, como explicitado em campo próprio.

Com a substituição dos currículos mínimos nacionais pelas DCNs, a formação em Direito tornou-se genérica no sentido de oportunizar escolhas profissionais e, ainda, propiciou a elaboração de currículos voltados para as realidades onde os Cursos estão inseridos. Logo, formar profissionais aptos a colaborar, na medida de suas competências, para a efetividade dos direitos humanos/fundamentais, é a intenção central e, neste particular, o mercado de trabalho é amplo, havendo frequente abertura de concursos públicos nas mais variadas áreas de atuação. Logo, inquestionável a demanda por profissionais e sua possibilidade de inserção.

Em termos de justificativa, também não se pode olvidar da capacidade do Curso de Direito em promover, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, o desenvolvimento sustentável, de modo a garantir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição Federal de 1988, tarefa para a qual a cidade sede do curso possui fartos elementos para exploração acadêmica. Quanto a isso, vale pontuar que o município de São Borja está localizado da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, sob o qual se encontra o Aquífero Guarani, maior

reservatório subterrâneo de água doce do planeta. Ademais, trata-se de município com rico potencial em termos de meio ambiente cultural, como destaca Muriel Pinto (2012, p. 126):

A área em estudo localiza-se na abrangência do bioma Pampa e de sítios arqueológicos das antigas reduções Guarani. A região Histórica das Missões é composta por municípios integrantes do Noroeste do Rio Grande do Sul, assim como São Borja que é pertencente à Fronteira-Oeste do estado. O período reducional por ter sido o primeiro momento histórico regional até hoje apresenta resquícios e representações que simbolizam a história e a cultura Jesuítica-Guarani dos séculos XVII e XVIII. Ao se analisar o Patrimônio Cultural missioneiro no Brasil, observa-se que existe uma grande diversidade de bens patrimoniais materiais, como: os sítios arqueológicos, monumentos, estatuárias religiosas, festas e manifestações artísticas, entre outros. Nos últimos anos percebe-se ações voltadas para o planejamento turístico, que objetiva melhor utilizar tais bens culturais regionais.

O Bacharelado em Direito do Campus São Borja da UNIPAMPA nasce consciente da realidade que o circunda, bem como das necessidades e perspectivas locais, regionais, nacionais e internacionais em termos de desenvolvimento, na esteira das tendências contemporâneas acerca do Estado Socioambiental de Direito, modelo que propugna pela junção das agendas social e ambiental, na perspectiva jurídica, carência que se verifica nesta região do país. Sobre tal ponto, vale colacionar a lição de Ingo Wolfgang Sarlet e Tiago Fensterseifer (2010, p. 13):

Assim como são imprescindíveis determinadas condições materiais para assegurar adequados níveis de bem-estar social (saúde, educação, alimentação, moradia, etc.), sem as quais o pleno desenvolvimento da personalidade humana e mesmo a inserção política do indivíduo em determinada comunidade estatal são inviabilizadas, também na seara ecológica há um conjunto mínimo de condições materiais em termos de qualidade ambiental, sem o qual o desenvolvimento da vida humana (e mesmo a integridade física do indivíduo em alguns casos) também se encontra fulminado, em descompasso com o comando constitucional que impõe ao Estado o dever de tutelar a vida (art. 5º, caput, da CF) e a dignidade humana (art. 1º, III, CF) contra quaisquer ameaças existenciais.

1.4. LEGISLAÇÃO

O artigo 207, *caput*, da Constituição Federal de 1988, estabelece que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. É com alicerce em tal autonomia, e atendendo ao tripé ditado pela Lei Maior do país, que se constrói o Curso de Direito do Campus São Borja da UNIPAMPA. Quanto a este ponto, vale referir o entendimento de Maria da Glória Garcia acerca do significado de tal independência, sobretudo considerando o viés de

formação vocacional direcionado aos direitos humanos/fundamentais e às políticas públicas:

A autonomia universitária perante o Estado é o pano de fundo de um percurso em que as universidades procuram reflectir-se e modelar o espaço que lhes pertence, na fidelidade à ideia de questionamento humano e à capacidade de ser diferente, e na concretização de uma igualdade capaz de corrigir assimetrias e eliminar diferenças económicas e sociais.¹²

Logo, não se pode olvidar desta faceta da autonomia, enquanto abertura para a criação de cursos com diferenciais, voltados à minimização das desigualdades, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, inscrito no art. 3º, III, da *Lex Fundamentalis*.

Na mesma esteira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei n. 9.394/96) dita que, no exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, dentre outras, as atribuições de criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos na Lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino, fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes (art. 53, I a IV). Não se pode perder de vista, também, as finalidades da educação superior, indicadas no art. 43 do referido diploma legal:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

¹² GARCIA, Maria da Glória. **Autonomia universitária e avaliação da qualidade do ensino universitário**. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2008. p. 29.

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. [\(Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015\)](#)

No que pertine às diretrizes, o Curso de Direito atende à Resolução CNE/CES n. 9, de 29 de setembro de 2004, a qual institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, bem como à Resolução CNE/CES n. 2, de 18 de junho de 2007, normativa que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Considerando que as DCNs passam por processo de revisão e/ou modificação, este PPC atende à Minuta de nova Resolução disponibilizada pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Superior, no sentido de estar em consonância com as principais concepções previstas na nova normativa, nos pontos que têm obtido consenso entre CNE e Conselho Federal da OAB.

O Curso também se encontra adaptado às disposições constantes na Instrução Normativa n. 1/2008, da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil (CNEJ), documento que regulamenta e consolida, no âmbito da OAB, os procedimentos e critérios para a manifestação da CNEJ acerca de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento e aumento de vagas para o curso de graduação em Direito, considerando o Decreto n. 5.773/2006 e as Portarias Normativas do MEC ns. 40/2007 e 1.874/2005.

De crucial importância referir, ainda, a harmonização deste PPC com a Lei n. 9.795/1995, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e determina, em seu artigo 3º, II, sua promoção integrada aos programas educacionais, efetivação esta presente no Curso de Direito do Campus São Borja, seja através de componente curricular obrigatório referente ao Direito Ambiental, seja por meio da própria concepção de graduação, que permite ao acadêmico uma formação complementar justamente na área dos direitos humanos e fundamentais, de que o meio ambiente

ecologicamente equilibrado é exemplo (art. 225, CF/88). Além dos componentes curriculares (obrigatórios e eletivos), a educação ambiental perpassa todo o curso, de modo transversal, considerando que, uma vez vocacionado às políticas públicas, a questão da sustentabilidade ambiental consiste em fator de enfrentamento obrigatório, posto que nenhum projeto que entre na agenda política pode descurar deste aspecto. Assim, restam atendidos os objetivos da educação ambiental, inscritos no art. 5º, da Lei n. 9.795/95.¹³

No que pertine à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, convém mencionar que tal temática também resta incluída em componente curricular obrigatório do bacharelado (conforme ementário da matriz), em cumprimento à Resolução CP/CNE nº 1/2004. Embora este instrumento dirija-se, de modo mais específico, às licenciaturas, o entendimento adotado pelo Curso de Direito do Campus São Borja caminha no sentido da necessidade de inserção da temática de forma inafastável, dada sua relevância e conexão com os direitos humanos e fundamentais.

¹³ Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental: I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos; II - a garantia de democratização das informações ambientais; III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONCEPÇÃO DE CURSO

2.1.1 Contextualização/concepção pedagógica do curso/perfil do curso

Há que se romper, em definitivo, com a noção de conhecimento jurídico que “permanece preso dentro dos muros da universidade, entrecortando-se os círculos fenomênicos do mundo acadêmico com o dos instrumentos político-jurídicos do Estado apenas no que toca ao culto do positivismo-legalista” (GUIMARÃES, 2010, p. 43).

Na esteira do pensamento de Guimarães ancora-se a concepção do Curso de Direito do Campus São Borja. Postula-se uma formação que se pautela pela busca de alcance efetivo das finalidades estabelecidas para o ensino superior no ordenamento jurídico brasileiro, dentre as quais podem ser citadas: o estímulo à criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; a formação de diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, colaborando na sua formação contínua; o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio em que vive; a promoção da divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e a comunicação do saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; a provocação do desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional, possibilitando a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; o estímulo ao conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, com a capacidade de prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; a promoção da extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (art. 43, Lei n. 9.394/96 – LDB).

De igual sorte, a concepção do curso encontra-se em consonância com o PDI da UNIPAMPA, de modo a atender aos quatro eixos estruturantes das ações estratégicas da Instituição, quais sejam, excelência acadêmica, aperfeiçoamento institucional, dimensão

humana e compromisso social, que devem se revelar interligados no cotidiano de funcionamento de quaisquer cursos e projetos.

Dentre os temas que compõem o eixo Excelência Acadêmica estão: a tríade ensino, pesquisa e extensão; bibliotecas; inovação; desenvolvimento sustentável; interdisciplinaridade; manutenção e ampliação dos laboratórios de ensino; e outras. No eixo Aperfeiçoamento Institucional, são abarcadas as temáticas afeitas à gestão; à infraestrutura; à comunicação; à consolidação das relações internacionais; e a outras áreas. No eixo Dimensão Humana são trabalhados temas como: dimensionamento de pessoal; encargos docentes; políticas de qualificação e capacitação do corpo de servidores, dentre outros. No último eixo, denominado PDI UNIPAMPA 2014-2018 20 Compromisso Social, estão compreendidas: as ações afirmativas; a temática da acessibilidade; as políticas voltadas aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, dentre outras temáticas (PDI 2014-2018, p. 18-19)

De igual sorte, concebida como instituição social, a Universidade deve reconhecer em tudo que realiza os seus compromissos éticos. A concepção curricular que deve refletir escolhas e intencionalidades, traduz-se em projetos de ensino, propostas de extensão e temas de pesquisa balizados por esses compromissos (tais escolhas encontram-se explicitadas neste PPC, de forma detalhada, no item “2.3.2 Metodologias de ensino e avaliação”). Deve ser capaz de respeitar a pluralidade de seus discursos e práticas pedagógicas, a partir de amplos diálogos, adotar entendimentos comuns, tais como, o da superação e o da noção de disciplinaridade pelo paradigma da interdisciplinaridade, através do qual se reconhece que o conhecimento de um campo do saber nunca é suficiente para compreender a realidade em toda a sua complexidade (PDI 2014-2018, p. 26-27).

A formação acadêmica deve ser pautada pelo desenvolvimento de conhecimentos teórico-práticos, que respondam às necessidades contemporâneas da sociedade. “o que se deve saber” e “o que se deve fazer”- e também o conhecimento de caráter atitudinal- “o que se deve ser”. Orientada, ainda, por uma concepção de ciência que reconheça o conhecimento como uma construção social, constituído a partir de diferentes fontes e que valorize a pluralidade dos saberes, as práticas locais e regionais. Essa formação acadêmica, entre outras perspectivas, visa à inclusão social, proporcionando o acesso e a continuidade dos estudos inclusive aos grupos que, historicamente, estiveram marginalizados e alijados do direito ao Ensino Superior público e gratuito. Além disso, deve promover a estruturação de percursos formativos flexíveis e diversificados, calcados no respeito às diferenças e na liberdade de pensamento e expressão, sem discriminação de qualquer natureza. Essa concepção de

formação requer que os cursos, por meio de seus projetos pedagógicos, articulem ensino, pesquisa e extensão e contemplem os princípios de: interdisciplinaridade, entendida como a integração entre componentes curriculares e os diferentes campos do saber; intencionalidade, que se expressa nas escolhas metodológicas e epistemológicas visando o pleno desenvolvimento e envolvimento do acadêmico, tanto para o exercício da cidadania crítico-participativa quanto para o mundo do trabalho; contextualização, compreendida como condição para a construção do conhecimento, que deve tomar a realidade como ponto de partida e de chegada; e flexibilização curricular, entendida como processo permanente de qualificação dos currículos, de forma a incorporar, nas diferentes possibilidades de formação (como disciplinas obrigatórias, eletivas, atividades complementares), os desafios impostos pelas mudanças sociais e pelos avanços científico e tecnológico e pela globalização acelerada (PDI 2014-2018, p. 27-28)

De modo a atingir tão complexos desideratos, a concepção do curso, especificamente quanto a este bacharelado, parte do entendimento de que o ensino jurídico, na atualidade, requer um “pensar o Direito”, postura que vai além do viés meramente utilitarista, centrado na reprodução do conhecimento de modo linear e com vistas, tão somente, à sua aplicação por parte dos chamados “operadores”, termo que não se enquadra nesta proposta, justamente por restringir a Ciência Jurídica a um tecnicismo incapaz de fornecer respostas razoáveis diante da complexidade atingida pelas relações hodiernamente. A esse respeito, vale colacionar a lição de Pedro Demo (2002, p. 125):

A não-linearidade do conhecimento pode ser apanhada, no plano epistemológico, tanto em sua tessitura hermenêutica, quando seletivista [...]. No plano hermenêutico, os processos interpretativos são dialeticamente complexos, porque intrinsecamente reconstitutivos ou produtivos. Toda interpretação muda o que interpreta, assim como em toda tradução existe traição.

Na esteira do pensamento de Demo, Maria Francisca Carneiro assevera que a “epistemologia da complexidade há de despertar um novo momento hermenêutico, não meramente interpretativo e zetético, mas de uma logicidade imbuída dos mais recentes achados da teoria do conhecimento” (CARNEIRO, 2015 p. 38).

Neste caminho, a concepção pedagógica adotada considera 1) a indissociabilidade entre teoria e prática, fator que está presente desde o início do curso, 2) a

interdisciplinaridade, aqui entendida como integração de saberes e metodologias capazes de levar o acadêmico a uma percepção mais ampla e profunda acerca de questões de cunho jurídico e suas interfaces com os demais ramos do conhecimento, bem como 3) uma condução do ensino, da pesquisa e da extensão que conjugue o exame da legislação, da doutrina e da jurisprudência (dentre outras fontes do Direito) com a realidade social contemporânea, buscando problematizar o que se encontra posto e construir condições de fazer proposições frente aos problemas de variadas naturezas hoje derivados da complexidade.

Este projeto possui dentre suas intencionalidades sustentar um perfil que supere visões estreitas e fechadas do Direito. Busca-se conjugar a cientificidade, que jamais pode ser perdida de vista, com a formação de um bacharel capaz de refletir acerca dos interesses e valores presentes na realidade, tendo em vista sua capacitação para contribuir com o desenvolvimento da sociedade, superando-se as limitações apontadas por estudiosos do ensino jurídico, tais como as indicadas por Aguiar:

A experiência docente nos cursos jurídicos tem mostrado um fenômeno assustador: o desvanecimento do vigor, do interesse, da curiosidade e da indignação dos alunos, na razão direta de seu avanço no curso. No início, seus olhos brilham, sua curiosidade é aguda, suas antenas estão ligadas para o que acontece no mundo, chegando a assumir posições políticas transformadoras. Aos poucos, na medida em que galgam outros patamares do curso, passam a se ensimesmar, a perder seu afã transformador, abandonando a informalidade criativa e adotando uma indumentária padronizada, uma linguagem estandardizada, marcada por uma retórica ultrapassada, sendo seus sonhos abandonados e substituídos por desejos curtos de passar em concursos ou pertencer a exitosas bancas de advogados para ganhar dinheiro e conquistar a tão decantada segurança burguesa. Seus olhos já não têm mais brilho, sua criatividade desapareceu como habilidade de urdir soluções novas, pressupostos diferentes e teorias transformadoras (AGUIAR, 2004, p.186).

Considerando tal cenário, o curso é guiado pela abertura a novas metodologias, como já frisado, as quais possam despertar e manter no acadêmico não somente o desejo de conhecer, mas a habilidade de sustentar um senso crítico fundamentado.

No que concerne a informações obrigatórias que devem constar na contextualização do curso, passa-se a enumerá-las, em conformidade com a orientação do INEP.

a) Nome do Curso: Direito

b) Grau: Bacharelado

- c) Endereço de funcionamento do curso: Rua Alberto Benevenuto, 3200, CEP 97670-000, São Borja/RS.
- d) Ato de autorização: Ata n. 31, datada de 26 de julho de 2012, do Conselho Universitário da UNIPAMPA (CONSUNI).
- e) Número de vagas ofertadas: 50 vagas, sendo 50 vagas no 1º semestre e 0 vagas no 2º semestre.
- f) Conceito Preliminar de Curso (CPC):
- g) Turno: Noturno
- h) Periodicidade: Semestral
- h) Carga horária total do curso: 3.855h
- i) Tempo mínimo para integralização: Dez (10) semestres
- j) Tempo máximo para integralização: Quinze (15) semestres
- k) Coordenador (a) do curso: Profa. Dra. Lisianne Pintos Sabedra Ceolin (pro tempore)
- l) Tempo de exercício na IES e na função de coordenador do curso: Exercício no IES: 5 anos; tempo na função de coordenador (NSA, curso novo).

2.1.2 Objetivos

Geral:

- Formar sujeitos comprometidos e capacitados a atuar, com suporte na ciência do Direito, em prol da Justiça e do desenvolvimento regional, nacional e internacional, pautados pelos valores da ética, da liberdade, do respeito à diferença, da solidariedade, da transparência pública, da excelência acadêmica e técnico-científica e da democracia, em consonância com o PDI da UNIPAMPA.

Específicos:

- Formais bacharéis compromissados com os direitos humanos/fundamentais do homem, sejam os denominados como individuais, coletivos, difusos ou individuais homogêneos;
- Capacitar bacharéis para buscar a efetividade dos direitos humanos/fundamentais por meio de políticas públicas efetivas, eficazes e eficientes;
- Formar profissionais dotados de sólida formação teórica, legal e empírica, aptos a repensar criticamente o Direito;
- Contribuir para a capacitação de bacharéis dotados de conhecimentos acerca das peculiaridades da região de fronteira e, desta forma, aptos a construir proposições direcionadas ao seu desenvolvimento, na mais ampla acepção do termo;
- Formar profissionais capacitados à atuação tanto na esfera pública quanto na privada.

2.1.3 Perfil do egresso

O Curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduado, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, utilização das formas consensuais de composição de conflitos, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, à prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Para tanto, o egresso deve revelar, por meio da formação profissional ofertada, as seguintes habilidades e competências:

- interpretar e aplicar princípios e regras do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando conhecimento teórico e prático;
- demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, de caráter negocial, processual ou normativo bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas;

- demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão;
- dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito;
- adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos;
- compreender os métodos interpretativos e da Hermenêutica, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- ter competências para atuar em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas, além do desenvolvimento das habilidades em idiomas estrangeiros, da aceitação da diversidade e do pluralismo cultural;
- possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar;
- apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
- desenvolver a capacidade de visualizar as comunidades nas quais a universidade está inserida, o que pressupõe que os sujeitos implicados nas suas ações a percebam como parte integrante da vida social, comprometendo-a, por conseguinte, com o desenvolvimento do ambiente que os cerca (PDI 2014-2018, p. 26);

- elaborar projetos e propostas capazes de subsidiar a criação de políticas públicas específicas nas áreas de necessidade da comunidade local e regional, considerando as especificidades da fronteira.

O perfil do egresso exige constante atualização, de modo a atender as novéis demandas apresentadas pelo mundo do trabalho contemporâneo. Neste sentido, este projeto resta comprometido com o acompanhamento da evolução dos campos de atuação do Bacharel em Direito, devendo proceder à sua remodelação sempre que necessário.

2.2 DADOS DO CURSO

2.2.1 Administração acadêmica

Conforme a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), “um bom curso de graduação tem alguns membros do seu corpo docente que ajudam a construir a identidade do mesmo” (Parecer CONAES n. 4, de 17 de junho de 2010). Nesta esteira, o Curso de Direito do Campus São Borja possui o seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pelo cumprimento das seguintes atribuições, conforme o art. 2º da Resolução CONAES n. 01, de 17 de junho de 2010:

- I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Considerando suas atribuições, o NDE do Curso de Direito possui forte compromisso com o cumprimento deste Projeto Político-Pedagógico, em especial, no sentido de promover a interdisciplinaridade, sempre tendo presente a necessidade de uma formação abrangente, humanística e conectada com as inúmeras correntes de pensamento jurídico. A concepção sustentada pelo NDE, desde sua origem, dirige-se a um perfil de egresso dotado de capacidade de exame de questões jurídicas para além do estritamente legal (sem abandono do direito positivo, certamente), alcançando o justo, conceito que exige uma visão interdisciplinar.

As estratégias para o alcance de tal perfil estão presentes neste PPC, e sua efetividade, ou não, será verificada de modo permanente durante o desenvolvimento do bacharelado, através da autoavaliação docente e discente, bem como de outras estratégias que se mostrarem viáveis.

Cabe referir, ainda, que a UNIPAMPA conta com Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comitês Locais de Avaliação (CLAs), em função de sua estrutura multicampi. A Comissão Própria de Avaliação – CPA, constituída nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

Em atenção ao disposto no art. 3º da Resolução CONAES n. 01/2010, o NDE do Curso de Direito do Campus São Borja é composto por cinco docentes do Curso, todos doutores e com dedicação exclusiva na Instituição, como adiante descrito:

Profa. Adriana Hartemink Cantini – Bacharela em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Especialista em Formação de Professores para Disciplinas Especiais pela Fundação Educacional de Alegrete, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela URCAMP, Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Doutora em Direito pela Universidade de Salamanca (USAL, Espanha).

Profa. Andréa Becker Narvaes - Possui graduação em Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2012).

Profa. Angela Quintanilha Gomes - Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Profa. Lisianne Pintos Sabedra Ceolin – Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Direito pela

Universidade de Caxias do Sul (UCS), Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Prof. Ronaldo Bernardino Colvero - Graduado em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Além do NDE, a administração acadêmica do bacharelado fica a cargo da Comissão de Curso, da qual fazem parte todos os docentes com atuação na referida graduação, além das representações de discentes e de servidores técnicos administrativos. Trata-se do “órgão que tem por finalidade viabilizar a construção e implementação do Projeto Pedagógico de Curso, as alterações de currículo, a discussão de temas relacionados ao curso, bem como planejar, executar e avaliar as respectivas atividades acadêmicas” (art. 98, da Resolução n. 5, de 17 de junho de 2010, do CONSUNI – Regimento Geral da Universidade). A composição da Comissão de Curso também se encontra em consonância com o Regimento Geral, *litteris*:

Art. 99. Compõem a Comissão de Curso:

I. o Coordenador de Curso;

II. os docentes que atuam no Curso;

III. representação discente eleita por seus pares;

IV. representação dos servidores técnico-administrativos em educação atuante no Curso, eleita por seus pares.

§1º. Os membros técnico-administrativos da Comissão de Curso terão mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º. Os representantes discentes terão mandato de 1 (um) ano, sendo permitida uma recondução.

§3º. O número de representantes técnico-administrativos e discentes será definido no Regimento do Campus.

§4º. São componentes da Comissão de Curso os docentes que atuam ou atuaram em atividades curriculares nos últimos 12 (doze) meses.

§5º. No caso de impedimento definitivo dos representantes previstos nos incisos III e IV, caberá ao Coordenador formalizar o pedido de substituição à categoria representada.

No que pertine à coordenação do Curso, será executada, *pro tempore*, pela profa. Dra. Lisianne Pintos Sabedra Ceolin, Bacharela, Mestre e Doutora em Direito, com 11 de anos de experiência no magistério superior, sendo 05 na Universidade Federal do Pampa. Tal ocorrerá até que sejam realizadas eleições regulares para o cargo, em

conformidade com a Resolução n. 9, de 30 de setembro de 2010, do CONSUNI, que estabelece normas gerais de regulamentação de eleições universitárias na UNIPAMPA.

O Curso de Direito contará com todo o suporte administrativo e pedagógico do Campus São Borja, a saber:

- Coordenação Acadêmica – responsável por coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades acadêmicas do Campus (arts. 76 a 78 da Resolução n. 05/2010 - Regimento Geral da UNIPAMPA).
- Secretaria Acadêmica – órgão vinculado à Coordenação Acadêmica, cujas atribuições principais centram-se no registro e controle da vida acadêmica do Campus, nas suas diversas formas, principalmente aquelas inerentes ao ensino, pesquisa e extensão.
- Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) – também vinculado à Coordenação Acadêmica, responsável pelo apoio pedagógico e assistência estudantil.
- Coordenação Administrativa – instância responsável por coordenar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação das atividades administrativas do Campus, possuindo a seguinte composição: Coordenador Administrativo; Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; V. o Setor de Pessoal; VI. o Setor de Infraestrutura; VII. o Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do Campus.
- Comissão de Ensino – colegiado local que tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de ensino do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de pesquisa e extensão. Sua composição é a seguinte: I. o Coordenador Acadêmico, como membro nato; II. os Coordenadores de Curso de Graduação, como membros natos; III. os Coordenadores de Curso de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*, como membros natos; IV. o Coordenador da Comissão de Pesquisa; V. o Coordenador da Comissão de Extensão; VI. a representação docente; VII. a representação dos servidores técnico-administrativos em educação vinculados à coordenação acadêmica; VIII. a representação discente (art. 83, da Resolução n. 05/2010). Ainda de acordo com o Regimento Geral, possui como atribuições: I - propor o plano anual de trabalho relativo ao ensino em consonância com o Projeto Institucional; II. planejar e supervisionar o processo de avaliação das atividades de ensino desenvolvidas pelos docentes, com base no plano de atividades; III. avaliar a proposta de projeto pedagógico de cada curso e remetê-la ao Conselho do Campus, acompanhada de parecer; IV. propor plano de capacitação docente do Campus em consonância com o Programa de Capacitação de Pessoal da Universidade; V. propor ao Conselho do Campus critérios para definição do

perfil das vagas docentes para concurso; VI. propor ao Conselho do Campus a abertura de concurso para admissão de docentes; VII. definir a necessidade de contratação de professor substituto, encaminhando o processo para o Conselho do Campus; VIII. outras competências decorrentes do regimento dos Campus e ainda aquelas estabelecidas no âmbito da Universidade; 25 IX. propor ao Conselho do Campus a oferta curricular e o plano de encargos docentes por período letivo.

- Comissão de Pesquisa – instância local que tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de pesquisa do Campus, zelando pela articulação dessas atividades com as de ensino e extensão. Sua composição é a seguinte: Compõem a Comissão de Pesquisa: I. o Coordenador Acadêmico, como membro nato; II. o Coordenador da Comissão de Ensino; III. o Coordenador da Comissão de Extensão; IV. representação dos Programas de Pós-Graduação lato e stricto sensu do Campus; V. representação dos docentes formalmente envolvidos com atividades de pesquisa no Campus; VI. representação dos servidores técnico-administrativos em educação formalmente envolvidos com atividades de pesquisa ou de apoio à pesquisa no Campus; VII. representação discente (art. 88, do Regimento Geral).

- Comissão de Extensão – órgão local que tem por finalidade planejar e avaliar as atividades de extensão do Campus, zelando pela articulação destas atividades com as de ensino e pesquisa. Sua composição é a seguinte: I. o Coordenador Acadêmico, como membro nato; 26 II. o Coordenador da Comissão de Ensino; III. o Coordenador da Comissão de Pesquisa; IV. representação dos docentes formalmente envolvidos com atividades de extensão no Campus; V. representação dos servidores técnico-administrativos em educação formalmente envolvidos com atividades de extensão ou de apoio à extensão no Campus; VI. representação discente.

- Central de Laboratórios, a qual conta com a seguinte composição no Campus São Borja:

1307 Laboratório de Práticas de Comunicação I e Informática

1303 Laboratório de Práticas de Comunicação II e Informática

1304 Laboratório de Rádio

1305 Agências Integradas de Comunicação e Empresas Júnior

2302 (A) Laboratório de Opinião Pública, Grupo Focal e Sala de Espelhos

2302 Centro de Práticas em Serviço Social e Ciências Humanas

2304 Centro de Práticas de Ciência Política e Ciências Humanas

2210 Laboratório de Edição

2108 Laboratório de Fotografia

2110 Laboratório de TV

2101 Sala de Informática e Estudos

Frente a esta estrutura, importante referir que a Sala de Informática e Estudos é de uso comum da comunidade acadêmica, assim como os Laboratórios de Práticas de Comunicação e Informática (I e II), os quais são usados em turnos alternados por alunos de todos os cursos (além das graduações em Comunicação), que necessitem de acesso à internet, com RNP disponível de 60 GB e previsão de aumento para 100 GB até o final de 2018. De igual sorte, os laboratórios de edição, fotografia e TV, embora guardem prioridade com relação aos cursos da área de Comunicação, podem ser utilizados pelos acadêmicos do Bacharelado em Direito, desde que seu uso seja previamente agendado junto aos técnicos responsáveis; a utilização pode dar-se dentro de atividades diferenciadas de ensino, pesquisa e extensão, como a realização de entrevistas a representantes do Poder Judiciário, Legislativo e Executivo acerca de questões de cunho jurídico, apenas a título exemplificativo. Nesta senda, vale registrar que o curso estimula a adoção de metodologias inovadoras no ensino do Direito, bem como busca lançar mão de equipamentos de ponta e laboratórios de que dispõe a Unidade Acadêmica, que também conta com técnicos altamente qualificados.

Especificamente quanto ao Curso de Direito, a Unidade Acadêmica possui o Núcleo de Prática Jurídica, espaço amplo (como explicitado no campos Infraestrutura), localizado no Campus II, com estrutura recentemente inaugurada, no qual serão executadas **1)** atividades voltadas à atuação prática dos acadêmicos, tais como audiências simuladas, e **2)** atividades de ensino, pesquisa e extensão que necessitem de acesso a computadores e internet, disponibilizados no local. Tal Núcleo também será utilizado para o **3)** funcionamento do Serviço de Assistência Jurídica do Curso – SAJUG, sob a coordenação de dois docentes, o qual atenderá a população carente do Município de São Borja, inicialmente, na área de Direito de Família, com o propósito de expansão posterior dos campos de atuação, com base em levantamento a ser feito junto à Defensoria Pública, no sentido de mapear as áreas jurídicas com maior procura por parte de indivíduos sem condições de arcar com honorários advocatícios. **4)** O funcionamento do CEJUSC – Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania (em convênio a ser firmado com o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, através da Comarca de São Borja) para a realização de atendimentos de conciliação, mediação e

círculos de paz, considerando a proposta de Justiça Restaurativa do Conselho Nacional de Justiça através da Resolução CNJ125/2010.

Especificamente quanto ao estágio, a concepção institucional é a de que tal experiência “visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (art. 1º, da Resolução nº 20, de 26 de novembro de 2010, do CONSUNI). Na mesma esteira, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES n. 09/2004) estabelecem a obrigatoriedade da prática, nos seguintes termos:

Art. 7º O Estágio Supervisionado é componente curricular obrigatório, indispensável à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O Estágio de que trata este artigo será realizado na própria instituição, através do Núcleo de Prática Jurídica, que deverá estar estruturado e operacionalizado de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho competente, podendo, em parte, contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia; em serviços de assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios que deverão ser encaminhados à Coordenação de Estágio das IES, para a avaliação pertinente.

Vale salientar que, na nova proposta de DCNs, o estágio permanece com o mesmo formato, apenas com o acréscimo de que “as atividades do Estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com as competências gradualmente reveladas pelo aluno, na forma definida na regulamentação do NPJ, até que se possa considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica”. Também se prevê, na minuta das novas DCNs, que “o planejamento das atividades a serem desenvolvidas no NPJ levará em conta práticas de negociação, mediação e suas modalidades, conciliação, arbitragem e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico.” Todavia, tais complementos já se encontram previstos neste PPC.

O Curso de Direito do Campus São Borja conta com o Núcleo de Prática Jurídica, responsável por conduzir os cinco componentes de prática previstos na matriz

curricular. Sua coordenação se dá por dois docentes do Curso, conforme previsto em regimento próprio. Importante salientar, ainda, que o Campus São Borja já possui convênios com órgãos e instituições nas quais os acadêmicos poderão realizar estágios que lhes permitam um contato mais alargado com a realidade da criação e aplicação do Direito.

No que se refere ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), este projeto encontra-se em conformidade com o disposto na Resolução n. 29/2011, do CONSUNI, normativa que concebe o TCC como componente curricular obrigatório, que “compreende a elaboração de trabalho de caráter técnico-científico, projetual ou aplicativo, que revele o domínio do tema e as competências definidas no perfil do egresso” (arts. 116 a 118 da Resolução n. 29/2011).

O desenvolvimento do TCC iniciará no 8º semestre do Curso, em componente curricular denominado TCC 1, no qual os acadêmicos irão definir seus temas e problemas de pesquisa, construindo o respectivo projeto, sob a supervisão de um docente (coordenador de TCC, conforme o art. 123 da Res. n. 29/2011), mas já contando com o auxílio do professor orientador, que deverá ser integrante do corpo docente do Curso.

A escolha dos orientadores será deliberada pela Comissão de Curso, levando em consideração, prioritariamente, as áreas de pesquisa dos docentes, e tendo em vista uma distribuição equitativa em termos quantitativos, de modo a não haver sobrecarga e risco de comprometimento da qualidade da orientação.

Após aprovação em TCC1, os acadêmicos poderão matricular-se em TCC 2 (9º semestre), componente no qual, efetivamente, irão desenvolver o trabalho. Também neste componente, além do orientador, haverá um coordenador de TCC 2, docente incumbido de promover um acompanhamento da evolução da pesquisa, com a realização de seminários de socialização e discussão durante o semestre. Somente serão submetidos à defesa pública aqueles trabalhos que contarem com parecer de aprovação por parte do professor responsável pela orientação.

O modo de funcionamento de ambos os componentes encontra-se explicitado, de modo pormenorizado, no Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (em anexo).

2.2.2 Funcionamento

Titulação conferida aos egressos: Bacharel em Direito

Regime de oferta: Anual

Número de vagas: 50 vagas/anual

Período de ingresso: primeiro semestre letivo de cada ano

Período de realização do curso: Noturno¹⁴

Carga horária total: 3.855 H

Calendário acadêmico: em conformidade com as datas aprovadas pelo Conselho Universitário (CONSUNI)

2.2.3 Formas de ingresso

O preenchimento das vagas no curso atenderá aos critérios estabelecidos para as diferentes modalidades de ingresso da Universidade, todas previstas na Resolução n. 29, de 28 de abril de 2011, do CONSUNI:

- **Processo Seletivo UNIPAMPA** (por meio do SISU-ENEM a partir de 2010): de acordo com a Resolução n. 29/2011, ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

- **Reopção:** a Resolução n. 29/2011, em seu art. 7º, prevê que a Reopção é a forma de mobilidade acadêmica regulamentada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, pode transferir-se para outro curso de

¹⁴ “Curso em que **a maior parte da carga horária** é oferecida após as 18h, todos os dias da semana” (BRASIL, INEP, 2011, p. 25).

graduação ou turno de oferecimento de curso de graduação dessa Universidade. Assim, a mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes e o prazo máximo para integralização curricular é computado a partir do semestre do ingresso por Reopção.

- **Ingresso via processo seletivo complementar:** é previsto no art. 8º da Resolução n. 29/2011, que, em virtude da disponibilidade de vagas, o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior. Esse Processo Seletivo Complementar é destinado aos estudantes vinculados a instituições de ensino superior, aos portadores de diplomas que desejam ingressar na UNIPAMPA e aos ex-discentes da UNIPAMPA, em situação de abandono ou cancelamento de curso e que desejam reingressar. As vagas são oferecidas nas categorias de Reingresso, Transferência Voluntária e Portador de Diploma e o número de vagas destinadas ao ingresso é determinado a partir das vagas não preenchidas em processo seletivo regular somadas as de evasão por cancelamento, desligamento, reopção, transferência, óbito ou abandono de curso. O número de vagas é disponibilizado, mediante edital semestral, no momento da abertura do processo e cabe à Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica determinar o número de vagas disponíveis para cada curso, por meio de consulta à Coordenação Acadêmica do Campus. Para o ingresso no Processo Seletivo Complementar é considerada a seguinte prioridade: I. Reingresso; II. Transferência Voluntária; III. Portador de Diploma.

- **Transferência compulsória (Transferência ex-officio):** é a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei. É permitida a transferência de discentes regulares entre instituições de ensino superior, vinculadas a qualquer sistema de ensino, em qualquer época do ano e independente da existência de vaga, de acordo com os seguintes requisitos, previstos em lei: a) requerimento do interessado; b) comprovação da transferência, deslocamento, redistribuição ou remoção ex-officio do servidor público civil ou militar; c) comprovação de dependência de servidor público civil ou militar movimentado ex-officio; d) comprovação de ter ingressado em Instituição de Ensino Superior via

processo seletivo; e) comprovação de estar vinculado à outra Instituição de Ensino Superior; f) histórico escolar original; g) comprovante de residência (anterior e atual); h) programa dos componentes curriculares cursados (conteúdo programático). A Resolução n. 29, em seu art. 14, prevê que a solicitação de Transferência Compulsória é recebida pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica e analisada pela Consultoria Jurídica e, se caracterizada, o Coordenador do Curso respectivo procede à análise curricular para o aproveitamento de componentes curriculares.

- **Regime Especial:** consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da Instituição e a solicitação de matrícula é semestral, conforme período estipulado no Calendário Acadêmico. Em caso de deferimento, os registros acadêmicos do estudante não podem ultrapassar 4 (quatro) semestres letivos, e o discente pode cursar no máximo 8 (oito) componentes curriculares, respeitado o limite de 2 (dois) por semestre letivo. Ao final de cada semestre letivo pode ser emitido para cada componente curricular cursado atestado de aproveitamento fornecido pela Coordenadoria de Infraestrutura Acadêmica.

- **Programa Estudante-Convênio:** A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC). O candidato é selecionado no seu país de origem e encaminhado pela SESu/MEC para realizar seus estudos universitários. Essa matrícula deve obedecer aos prazos fixados no Calendário Acadêmico, ficando o discente dispensado do processo seletivo.

- **Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional (Programa de intercâmbio):** O Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de

vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições. Somente é permitida a participação do estudante no Programa, quando atendidos os seguintes requisitos: I. existência de convênio entre as Instituições de Ensino Superior; II. ter integralizado todos os componentes curriculares dos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres do 1º (primeiro) ano do curso; III. possuir, no máximo, 1 (uma) reprovação por semestre; IV. ter um plano de atividades aprovado pela Comissão de Curso de origem; V. ter autorização das Instituições de Ensino Superior envolvidas. O discente participante desse Convênio tem vínculo temporário com a UNIPAMPA. O art. 28 da Resolução n. 29/2011 prevê que o Programa de Mobilidade Acadêmica Interinstitucional permite ao discente da UNIPAMPA cursar componentes curriculares em outras IES na forma de vinculação temporária, de acordo com as regras do Convênio e da Instituição receptora.

- **Mobilidade acadêmica intrainstitucional:** permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros Campi. O plano de atividades que prevê os componentes curriculares de interesse do discente deve ser aprovado semestralmente pelo Coordenador de Curso de origem e de destino. A Mobilidade Acadêmica Intrainstitucional fica condicionada à existência de vagas no curso de graduação de destino.

- **Matrícula institucional de cortesia:** consiste na admissão de estudantes estrangeiros, funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal n. 89.758/84 e Portaria n. 121/84. As Instituições de Ensino Superior, mediante solicitação do Ministério das Relações Exteriores encaminhada pelo Ministério da Educação e Cultura, ficam autorizadas a conceder matrícula de cortesia, em cursos de graduação, independentemente da existência de vaga. O Discente Cortesia é dispensado do Processo Seletivo. Pode solicitar Matrícula Institucional de Cortesia: I. Funcionário estrangeiro de missão diplomática ou repartição consular de carreira no Brasil e seus dependentes legais; II. Funcionário ou técnico estrangeiro de organismo internacional que goze de privilégios e imunidades em virtude de acordo entre o Brasil e a sua organização, assim como seus dependentes legais; III. Técnico estrangeiro que preste serviço em território nacional, no âmbito de acordo de cooperação técnica ou cultural firmado entre o Brasil e seu país de origem, assim como seus dependentes legais. A Matrícula Institucional de Cortesia somente é concedida a

estudante estrangeiro portador de visto diplomático ou oficial vindo de país que assegure o regime de reciprocidade. Ao técnico estrangeiro e seus dependentes legais somente pode ser concedida Matrícula Institucional de Cortesia se, no seu contrato de prestação de serviços, constar o tempo de permanência mínima de 12 (doze) meses em território nacional. O art. 35 da Resolução n. 29/2001 ressalta que a UNIPAMPA somente efetiva a Matrícula de Cortesia após o recebimento de expediente com a autorização formal da SESu/MEC, em atendimento a pedido formulado pelo Ministério das Relações Exteriores. O beneficiário da Matrícula de Cortesia fica subordinado às normas que regem o ensino de graduação da UNIPAMPA (art. 36). No caso de transferência do responsável para novas funções em outro país, o aluno pode manter sua Matrícula Institucional de Cortesia até o término do curso em que tenha ingressado, mediante a substituição do visto diplomático ou oficial pelo temporário correspondente.

Ingresso de fronteiriços: o quadro de vagas depende da disponibilidade do curso, a ser informada antes da abertura do respectivo edital. O processo segue o disposto no Decreto nº 5.105, de 14 de junho de 2004 e no Decreto nº 145, de 02 de junho de 2011.

Ingresso de indígenas aldeados: o quadro de vagas depende da disponibilidade do curso, a ser informada antes da abertura do respectivo edital. O processo segue o disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 e na Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012.

2.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

2.3.1 Integralização curricular

A integralização curricular perfazerá 3.855 horas, distribuídas entre componentes curriculares obrigatórios de graduação, estágio, trabalho de conclusão de curso, componentes curriculares complementares de graduação e atividades complementares de graduação, conforme explicitado no item 2.3.4.1.

O Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE) é considerado componente curricular obrigatório para integralização curricular, conforme a Lei n. 10.861/2004.

2.3.1.1 Atividades Complementares de Graduação (ACG)

Conforme o art. 103, da Resolução n. 29/2011(CONSUNI/UNIPAMPA), Atividade Complementar de Graduação (ACG) é definida como aquela “desenvolvida pelo discente, no âmbito de sua formação humana e acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como a legislação pertinente.”

No Curso de Direito, serão promovidos eventos e atividades nas quais os acadêmicos possam estar em contato com o eixo de formação complementar, voltado para os direitos humanos/fundamentais enquanto alicerces de políticas públicas. Tal não significa, porém, que haja obrigatoriedade quanto à abordagem de tal temática.

As ACGs classificam-se em 4 (quatro) grupos, quais sejam:

- Grupo I: Atividades de Ensino;
- Grupo II: Atividades de Pesquisa;
- Grupo III: Atividades de Extensão;
- Grupo IV: Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão.

Forte no art. 105, da Resolução n. 29/2011, cabe à Comissão de Curso analisar e definir no respectivo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a carga horária mínima a ser cumprida pelo discente em ACG, como requisito obrigatório para a integralização curricular e para a colação de grau, considerando-se as diretrizes curriculares nacionais para cada curso e a carga horária mínima de 10% (dez por cento) em cada um dos grupos previstos no artigo 104, incisos I, II, III e IV.

As atividades do GRUPO I – Atividades de Ensino – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. componente curricular de graduação, desde que aprovado pela Comissão do Curso;
- II. cursos nas áreas de interesse em função do perfil de egresso;
- III. monitorias em componentes curriculares de cursos da UNIPAMPA;
- IV. participação em projetos de ensino;
- V. estágios não obrigatórios ligados a atividades de ensino;
- VI. organização de eventos de ensino;
- VII. participação como ouvinte em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades do GRUPO II – Atividades de Pesquisa – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. participação em projetos de pesquisa desenvolvidos na UNIPAMPA, ou em outra IES ou em espaço de pesquisa reconhecido legalmente como tal;

- II. publicação de pesquisa em evento científico ou publicação em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;
- III. participação na condição de conferencista, ou painelistas, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre outros;
- IV. estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa.

As atividades do GRUPO III – Atividades de Extensão – incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. participação em projetos e/ou atividades de extensão desenvolvidos na UNIPAMPA ou outra IES, ou em instituição governamental ou em organizações da Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011 18 sociedade civil com fim educativo, de promoção da saúde, da qualidade de vida ou da cidadania, do desenvolvimento social, cultural ou artístico;
- II. estágios e práticas não obrigatórios, em atividades de extensão;
- III. organização e/ou participação em eventos de extensão;
- IV. publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica;
- V. participação na condição de conferencista, ou painelistas, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de extensão, como grupos de estudos, seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros.

As atividades do GRUPO IV – Atividades Culturais e Artísticas, Sociais e de Gestão - incluem, entre outras, as seguintes modalidades:

- I. organização ou participação ou premiação em atividades de cunho cultural, social ou artístico;
- II. participação na organização de campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico;
- III. premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura;
- IV. representação discente em órgãos colegiados; V. representação discente em diretórios acadêmicos;
- VI. participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica;
- VII. participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica.

Os critérios de aproveitamento e as equivalências da carga horária nas ACG são definidos pela Comissão de Curso, considerando o perfil do egresso definido em seu PPC.

É de responsabilidade do discente solicitar, na Secretaria Acadêmica (SA), via formulário disponível on line (http://porteiras.UNIPAMPA.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=article&id=787&Itemid=81), no período informado no Calendário Acadêmico da

UNIPAMPA, o aproveitamento das atividades complementares realizadas, obedecendo ao seguinte trâmite:

I. o discente deve preencher o formulário indicando o tipo de atividade (ensino, pesquisa, extensão ou atividades culturais e artísticas, sociais ou de gestão), o ano, o evento e a carga horária;

II. o requerimento é protocolado na Secretaria Acadêmica, em 2 (duas) vias, assinadas pelo discente e pelo técnico-administrativo, onde estão listadas todas as cópias de documentos entregues (devem ser apresentados originais e cópias para conferência na AS); uma via é arquivada na Secretaria Acadêmica e a outra entregue ao discente como comprovante de entrega das cópias.

Cabe à Coordenação de Curso de Graduação validar ou não o aproveitamento da ACG requerida pelo discente, de acordo com documentos comprobatórios e os critérios estabelecidos pela Comissão de Curso.

Fica a cargo da Secretaria Acadêmica o registro do aproveitamento da ACG no Histórico Escolar do discente conforme deferido pela Coordenação do Curso, respeitando os prazos estabelecidos.

As atividades complementares somente são analisadas se realizadas nos períodos em que o discente estiver regularmente matriculado na UNIPAMPA, inclusive no período de férias. Os casos omissos são apreciados e deliberados pela Comissão de Curso.

2.3.1.2 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Os componentes curriculares Trabalho de Conclusão I (TCC I, referente à elaboração do projeto de TCC) e Trabalho de Conclusão II (TCC II) são regidos por normas próprias (ver Regulamento em anexo).

2.3.1.3 Estágios

Este PPC, como já destacado em outros pontos, busca uma formação que contemple, de modo sólido, a indissociabilidade entre teoria e prática. Assim, o estágio será dividido em cinco (5) componentes curriculares, com atividades simuladas e reais,

de modo que ao acadêmico seja possibilitada a experiência do exercício do Direito em ramos diferenciados e ambientes distintos.

No sexto (6º) semestre, os bacharelandos devem cursar o componente de Estágio de Prática Jurídica I, no qual haverá simulações referentes ao Processo Civil, bem como atividades de mediação, conciliação e arbitragem (90h). No sétimo (7º) semestre, o Estágio de Prática Jurídica II será dirigido ao Processo Penal, tendo por objeto central a realização de júri simulado (90h). No oitavo (8º) semestre, em Estágio de Prática Jurídica III, por sua vez, os bacharelandos assistirão audiências reais no Poder Judiciário, em âmbito cível e criminal, com posterior elaboração de relatórios (90h). Já no 9º (nono) e no décimo (10º) semestres, em Estágio de Prática Jurídica IV e V (105h cada), os graduandos irão atuar no Serviço de Assistência Jurídica Gratuita (SAJUG) da UNIPAMPA, cujo funcionamento ocorrerá no Núcleo de Prática Jurídica.

Tais práticas totalizam 480 horas de atividades e são obrigatórias.

Caso o acadêmico deseje realizar estágio extracurricular, em escritório de advocacia, Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Procuradorias Municipais ou Estaduais, dentre outros órgãos com atribuições ligadas ao Direito, há necessidade de existência de convênio, conforme estipulado na Resolução n. 20/2010, do CONSUNI, e atendendo, ainda, as disposições da Lei n. 11.788/08.

2.3.1.4 Plano de integralização da carga horária

Conforme o art. 65, da Resolução n. 29/2011, do CONSUNI, a integralização da carga horária dos cursos de graduação da UNIPAMPA segue a carga horária total mensurada em horas (60 minutos), dedicadas às atividades acadêmicas e ao trabalho discente efetivo independente da duração do período de aula. O período de aula na UNIPAMPA tem duração de 55 (cinquenta e cinco) minutos; os cursos noturnos têm no máximo 4 (quatro) períodos, com início a partir das 18h30 (dezoito horas e trinta minutos); a carga horária dos componentes curriculares deve ser estabelecida com base em número de horas múltiplos de 15 (quinze).

Considera-se cumprido o currículo mínimo quando o aluno obtiver o total de horas correspondente ao somatório dos créditos, computada a elaboração e defesa do

TCC, a realização de estágio obrigatório, os componentes curriculares complementares de graduação e as atividades complementares de graduação.

A integralização de currículo, com vistas à colação de grau, totaliza 3.855h, distribuídas da seguinte forma:

Tabela 2 – Integralização curricular do curso de Direito

Modalidade do Componente Curricular	Carga horária/Número de créditos
O currículo composto pelos componentes curriculares obrigatórios	
Componentes Curriculares Obrigatórios de Graduação	2.715h/181créd.
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	120h/8créd
Estágio Curricular Supervisionado	480h/32créd.
Prática como componente curricular- PCC (para Licenciaturas)	NSA
*ENADE (Verificar área de abrangência)	Parecer e/ou pontuação
Sub Total	3.315h/221créd.
Currículo composto por atividades complementares obrigatórias	
Atividades Complementares de Graduação (ACGs)	300h/20créd.
Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs)	240h/8créd.
Carga Horária Total	3.855h/249créd.

Tabela 3 – Perfil formativo do Curso de Direito da Universidade

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	5º SEMESTRE
TEORIA GERAL DO DIREITO I 60 h	TEORIA GERAL DO DIREITO II 60h	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO 60h	DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES 60h	DIREITO CIVIL III – CONTRATOS 60h
CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO, PODER E CONSTITUCIONALISMO I 60h	CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO, PODER E CONSTITUCIONALISMO II 60h	DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL 60h	DIREITO CONSTITUCIONAL II 60h	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II 60h
FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA E ÉTICA 60h	DIREITOS HUMANOS 60h	DIREITO CONSTITUCIONAL I 60h	DIREITO PENAL II 60h	DIREITO PROCESSUAL PENAL I 60h
FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL 60h	SOCIOLOGIA GERAL 60h	DIREITO PENAL I 60h	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I 60h	DIREITO ADMINISTRATIVO I 60h
HISTÓRIA DO DIREITO 30h	ECONOMIA POLÍTICA 60h	TEORIA GERAL DO PROCESSO 60h	SOCIOLOGIA DO DIREITO 60h	MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS 60h
PRÁTICAS ACADÊMICAS E METODOLOGIA CIENTÍFICA 30h	ANTROPOLOGIA 30h	CCCG 30h MOVIMENTOS SOCIAIS (SUGESTÃO)	DIREITO INTERNACIONAL 60h	POLÍTICAS PÚBLICAS 60h
CCCG 30h TÓPICOS SOBRE DIREITO E FRONTEIRA (SUGESTÃO)	CCCG 30h SOCIOAMBIENTALISMO (SUGESTÃO)	CCCG 30h HISTÓRIA AGRÁRIA (SUGESTÃO)		
6º SEMESTRE	7º SEMESTRE	8º SEMESTRE	9º SEMESTRE	10º SEMESTRE
DIREITO CIVIL IV – COISAS 60h	DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA E SUCESSÕES 60h	DIREITO TRIBUTÁRIO II 60h	DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL 60h	CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL 60h
DIREITO PROCESSUAL PENAL II 60h	DIREITO TRIBUTÁRIO I 60h	DIREITO DO TRABALHO II 60h	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO 60h	DIREITO EMPRESARIAL 30h
DIREITO ADMINISTRATIVO II 60h	DIREITO DO TRABALHO I 60h	HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO	DIREITO AMBIENTAL 60h	DIREITO DO CONSUMIDOR 30h

		O JURÍDICA 60h		
PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA 45h	FILOSOFIA DO DIREITO 60h	TCC 1 60h	TCC 2 60h	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 60h
ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – SIMULAÇÕES PROCESSO CIVIL, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM 90h	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – SIMULAÇÕES PROCESSO PENAL – JÚRI 90h	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III – AUDIÊNCIAS NO PODER JUDICIÁRIO (ASSISTÊNCIA E RELATÓRIOS) 90h	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV – SAJUG/MP/ DEFENSORIA/PODER JUDICIÁRIO 105 h	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA V – SAJUG/MP/ DEFENSORIA/PODER JUDICIÁRIO 105h
DIREITO ELEITORAL 30h	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS AO DIREITO 30h	CCCG 30h COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS (SUGESTÃO)	CCCG 30h MINORIAS ÉTNICAS (SUGESTÃO)	CCCG 30h CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (SUGESTÃO)
CCCG 30h DOGMÁTICA JURÍDICA EM PERSPECTIVA CRÍTICA (SUGESTÃO)				

- Eixo de formação geral
- Eixo de formação técnico jurídica
- Eixo de formação prático profissional
- Eixo de formação complementar

2.3.2 Metodologias de ensino e avaliação

A metodologia de ensino envolve um conjunto de estratégias, métodos e técnicas relacionadas a tal processo. A concepção adotada neste PPC preconiza metodologias comprometidas com a interdisciplinaridade, a contextualização, a relação teórico-

prática, o desenvolvimento do espírito científico e a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. Para tanto, parte-se do entendimento de Lea das Graças Anastasiou (s/d, p. 4):

Nesse processo, o envolvimento dos sujeitos, em sua totalidade é fundamental. Além do ‘*o quê*’ e o do ‘*como*’, pela ensinagem deve-se possibilitar *o pensar, situação onde cada aluno possa re-elaborar as relações dos conteúdos*, através dos aspectos que se determinam e se condicionam mutuamente, numa ação conjunta do professor e alunos, com ações e nível de responsabilidades próprias e específicas, explicitadas com clareza nas estratégias selecionadas.

Propõe-se uma unidade dialética processual, onde o papel condutor do professor e a auto-atividade do aluno se efetivem em dupla mão, num ensino provocando a aprendizagem, através das tarefas contínuas dos sujeitos, de tal forma que o processo interligue o aluno ao objeto de estudo e os coloque frente a frente.

Nesta esteira, a ação pedagógica do professor será mediadora da aprendizagem, estimulando a reflexão crítica e o livre pensar, como elementos constituidores da autonomia intelectual dos estudantes. Assim, o discente deve ser o centro do processo educativo, exigindo uma prática pedagógica inovadora, centrada na realidade do aluno, do contexto social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida.

Para tanto, faz-se necessária uma pedagogia que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão, como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

Na tentativa de buscar tal proposta, torna-se importante ter estruturas curriculares flexíveis, que ultrapassem os domínios das componentes curriculares, superando a dicotomia entre a teoria e a prática, reconhecendo e buscando construir a interdisciplinaridade. Nesta linha, cabe a adoção de estratégias dentre as quais podem ser citadas as seguintes: aulas expositivo-dialogadas, seminários, debates, resolução de exercícios, estudos dirigidos, simulações computacionais, investigação científica, resolução de problemas, projetos de trabalho, visitas técnicas.

Importante referir que tais posturas coadunam-se com os princípios metodológicos constantes no PDI 2014-2018 da UNIPAMPA (p. 42), como se pode verificar no trecho colacionado:

Formação cidadã, que atenda ao perfil do egresso participativo, responsável, crítico, criativo e comprometido com o desenvolvimento; • Educação compromissada com a articulação entre os sistemas de ensino e seus níveis: educação básica e educação superior; • Qualidade acadêmica, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos, nas práticas pedagógicas, na avaliação e pelo conhecimento pautado na ética e compromissado com os interesses públicos; • Universalidade de conhecimentos, valorizando a multiplicidade de saberes e práticas; • Inovação pedagógica, que reconhece formas alternativas de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos usando novas práticas; • Equidade de condições para acesso e permanência no âmbito da educação superior; • Consideração do discente como sujeito do processo educativo; • Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas; • Incorporação da pesquisa como princípio educativo, tomando-a como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação.

E modo a permitir uma visualização dos caminhos utilizados para alcançar os objetivos supramencionados, passa-se, a partir deste momento, a enumerar estratégias interdisciplinares e de caráter inovador dentro da proposta político pedagógica.

2.3.2.1. Da interdisciplinaridade envolvendo graduações distintas

A interdisciplinaridade se dará a partir da intencionalidade (ação planejada), da contextualização (metodologia voltada para a problematização) e da flexibilidade na composição curricular com uma política clara de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir uma construção do conhecimento que rompe com os limites das disciplinas e une, inclusive, os cursos de diversas áreas através, também, da mobilidade acadêmica (PDI, 2014-2018).

No campo do ensino, em função do perfil apresentado pelos demais cursos do Campus São Borja (vocação institucional), bem como em atenção aos aspectos sociais, geográficos e políticos da realidade na qual o Curso é desenvolvido, as atividades incentivadas são as de integração entre as diferentes componentes curriculares voltadas aos direitos humanos/fundamentais e às políticas públicas, mormente, aulas integradas entre os cursos. A intenção está calcada na convergência de ementas do curso de Direito e um contínuo processo de integração entre as componentes curriculares deste bacharelado com as demais componentes das outras graduações.

Nessa perspectiva, o **eixo de formação fundamental (ou formação geral**, adotando a nomenclatura da proposta das novas DCNS) abre espaço interessante para intercalar o conhecimento entre diferentes áreas (História, Filosofia, Sociologia, Ciência Política e Serviço Social, por exemplo), campos nos quais a Unidade Acadêmica de São Borja possui graduações, tais como Ciências Humanas – Licenciatura, Ciências Sociais – Ciência Política e Serviço Social. Esta configuração torna necessária a participação de profissionais de outras áreas na composição das componentes curriculares, como “Ciência Política, Estado e Constitucionalismo”, “Fundamentos de Filosofia e Ética”, “Formação Econômica, Política e Social do Brasil”, História do Direito”, “Direitos Humanos”, “Sociologia Geral” e Economia Política”, permitindo a transversalidade de conhecimentos.

O **eixo de formação profissional (ou formação técnico-jurídica**, como denominado na minuta das novas DCNs) apresenta componentes curriculares que agregam conhecimento básico a outros cursos, instrumental fundamental para ser operacionalizado por Assistentes Sociais, Cientistas Políticos, e Licenciados em Ciências Humanas, como, por exemplo, “Direito Constitucional”, “Direito Administrativo”, “Direito Eleitoral”, “Direito do Trabalho”, “Direito da Criança e do Adolescente”, “Direito Ambiental” e “Tecnologias da Informação e da Comunicação aplicadas ao Direito”, todos componentes que guardam estreita relação com a atuação dos egressos dos demais cursos ofertados no Campus São Borja.

O **eixo de formação prática (ou prático-profissional)** apresenta fértil campo para a interação entre os cursos de Serviço Social e Direito, pois pode contar com a presença e ser fonte de pesquisas para estagiários e professores do Serviço Social junto aos componentes curriculares de “Estágio de Prática Jurídica IV e V”, nos quais os acadêmicos de Direito irão prestar o Serviço de Assistência Jurídica Gratuita - SAJUG; a troca de saberes, neste caso, é fundamental para o atendimento aos cidadãos.

Por fim, ainda no âmbito do ensino, o **eixo de formação complementar** apresenta conteúdo que permite ampla integração com as demais graduações ofertadas na Unidade Acadêmica. Neste sentido, podem ser citados os componentes de “Cidadania e Controle Social”, “Políticas Públicas”, “Direito da Seguridade Social” e “Mecanismos de Solução de Conflitos”, os quais possibilitam a efetivação real da interdisciplinaridade tanto no seio do bacharelado em Direito quanto na perspectiva de integração com outras graduações. Na mesma trilha, tal papel pode ser desempenhado por componentes eletivas que atravessam vários campos do saber, tais como:

“Socioambientalismo”, “Minorias Étnicas”, “Movimentos Sociais”, “Direitos Humanos e Gênero”, “Direito do Idoso”, “Tópicos sobre Direito e Fronteira”, “Controle Judicial de Políticas Públicas”, “Direito Agrário” e “Direito e Tecnologia”, a título exemplificativo.

2.3.2.2 Da interdisciplinaridade a partir de grupos de pesquisa

Além disso, no campo da pesquisa, os projetos buscarão, na medida do possível, uma visão transversal acerca das temáticas, o que estimula uma integração interdisciplinar que refletirá na produção intelectual do Campus, na definição de linhas de pesquisa e, inclusive, para a definição de pós-graduação *stricto sensu*. Quanto a tal ponto, vale registrar que este é um processo que já ocorre no Campus São Borja. A Unidade Acadêmica conta com o Grupo de Pesquisa “Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai”, formado em 2010 e tendo como áreas predominantes História e Ciências Humanas (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7968597869907082). Tal Grupo prevê que os trabalhos desenvolvidos possam ser objeto de discussão e divulgação dos temas desenvolvidos tanto por alunos da Unidade Acadêmica quanto de outras IES presentes na região da fronteira-oeste do Rio Grande do Sul. Além disso, possui entre os seus objetivos criar vínculos com outros grupos que tenham como meta a análise das relações fronteiriças da porção meridional do Brasil, bem como aproximar pesquisadores dos países que fazem parte desse espaço, propiciando a produção do conhecimento de forma inter/multidisciplinar e contribuindo, consequentemente, para a consolidação (e criação) dos cursos de pós-graduação da UNIPAMPA, Campus de São Borja. Entre as linhas de pesquisa do mencionado grupo, podem ser referidas as seguintes: A cultura política entre valores e laços interpessoais, Ciência Política e Mercosul, Desenvolvimento regional, mercado de trabalho e integração, História, cultura, e identidades missioneiras, Identidade, memória e patrimônio, Políticas públicas em educação e práticas de ensino e Relações sociais e políticas na tríplice-fronteira - séculos XVIII ao XX.

Outro Grupo de Pesquisa que cabe mencionar intitula-se “Direitos Humanos, Família e Fronteira”, formado em 2011 (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8844638034035839), tendo como áreas as Ciências Sociais Aplicadas, dentre elas o Serviço Social e o Direito, o qual possui entre as suas metas fornecer subsídios com vistas à elaboração de políticas sociais em resposta às

demandas sociais da região, tendo a educação, os direitos humanos e a família em região de fronteira como eixos norteadores dos estudos e pesquisas do grupo. A convergência das áreas em foco se dá pela interlocução dos diferentes saberes teóricos com a prática da formação de novos profissionais com o perfil de contribuir no desenvolvimento e sustentabilidade da região. Constituem suas linhas de pesquisa: Cidadania, Direitos Humanos e Serviço Social, Cultura de Paz e Educação em Fronteira, Estado, Sociedade e Políticas Públicas.

Registra-se que, em tais grupos de pesquisa, dá-se a integração de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, dentre as quais podem ser citadas a Sociologia, a História, a Filosofia, a Geografia, a Comunicação, o Serviço Social, o Direito e a Psicologia, o que traduz o diálogo interdisciplinar.

2.3.2.3 Da indissociabilidade entre teoria e prática no Bacharelado em Direito: atividades de extensão como campo para a inserção dos acadêmicos na comunidade local e regional

No campo da extensão, além do Núcleo de Prática Jurídica, no qual se pretende desenvolver a participação dos estudantes e dos professores do Curso de Serviço Social, atuando diretamente no atendimento aos cidadãos e servindo aos estudantes do Serviço Social como extensão, este PPC já prevê atividades a cada semestre, as quais, dada a dinâmica de funcionamento de um curso, podem ser modificadas ou ampliadas.

Com efeito, na esteira da tríade ensino-pesquisa-extensão, bem como na perspectiva da indissociabilidade entre teoria e prática, o curso de Direito do Campus São Borja intenciona introduzir os acadêmicos na realidade local a partir do segundo ano do bacharelado, por meio das seguintes atividades, as quais serão devidamente postadas no Sistema de Informação de Projetos de Pesquisa, Ensino e Extensão (SIPPEE):

3º Semestre – Ligada ao componente de Direito Civil I – Parte Geral, no qual um dos temas constantes na ementa é o estudo do “nome civil”, será proposta aos acadêmicos atividade junto à comunidade que circunda o Campus, com o objetivo de conscientização acerca da importância do registro civil, bem como sobre os entendimentos contemporâneos envolvendo a troca de nome por questões de gênero, temática que já terá sido explorada no 2º semestre (componente de Direitos Humanos).

4º Semestre - Atividade de extensão envolvendo o componente curricular de Direito Constitucional II. Neste componente, os acadêmicos irão examinar direitos fundamentais “em espécie”. Poderá ser desenvolvida, junto à comunidade, atividade de esclarecimento e discussão acerca da liberdade de associação, sua forma de constituição, prerrogativas etc. A atividade pode ser uma “troca” entre academia e comunidade, no sentido de que associações podem manifestar suas dificuldades e os acadêmicos podem apontar alternativas, não no sentido propriamente de “assessoria”, mas que alcance a população e promova o seu empoderamento.

5º Semestre – Conectada ao componente de Mecanismos de Solução de Conflitos, serão realizadas atividades de simulação de mediações e conciliações sob supervisão dos professores mediadores e conciliadores judiciais que atuam no CEJUSC – Cento Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania na Comarca de São Borja.

6º Semestre – Ligada ao componente de Direito Civil IV – Coisas -, atividade envolvendo Poder Público e comunidade, tendo por objeto questões atinentes à propriedade e à posse, conteúdos trabalhados no referido componente curricular. A atividade ancora-se na existência de áreas ocupadas de modo irregular, tendo como objetivo um debate acerca da função social da propriedade, casos de interdito, manutenção e reintegração de posse. A atividade também serviria para esclarecer casos de usucapião e suas hipóteses de cabimento, conectando, ainda, com o direito fundamental à moradia.

Somadas a tais propostas, para alcançar os objetivos do curso, recorre-se a atividades como: integração mútua entre os docentes, participação em eventos, atividades de ensino, pesquisa e extensão, preferencialmente indissociadas, estágios extracurriculares, projetos, ações sociais, artigos e publicação de trabalhos.

2.3.2.4 Do Colóquio de Estudos Interdisciplinares em Direito

O Bacharelado em Direito do Campus São Borja também possui estratégias já previstas para a promoção da interdisciplinaridade, dentre as quais se destaca o Colóquio de Estudos Interdisciplinares em Direito, que reúne como atores docentes, técnicos, alunos da graduação e da pós-graduação, bem como o público externo.

Neste evento, será apresentada a síntese de relações trabalhadas durante o semestre letivo, envolvendo conexões entre tópicos constantes nas ementas dos componentes curriculares. A elaboração e a apresentação dessa integração de saberes ficará a cargo dos docentes que ministram cada componente curricular e os respectivos discentes matriculados. Além disso, membros da comunidade externa poderão ser convidados a participar do Colóquio, bem como outros envolvidos no processo de atividades desenvolvidas extra-classe em cada componente curricular, sob supervisão do docente responsável. A sistemática seguirá os passos adiante descritos.

Cada componente curricular deverá dedicar até 20% de sua carga horária total para atividades extraclasse (EC), concebidas como efetivo trabalho acadêmico, atrelado ao plano de ensino e sob orientação de um docente (art. 5º, §3º, da minuta das novas DCNs). As atividades EC devem ser desenvolvidas por meio de estratégias pedagógicas diversificadas e estruturadas em unidades curriculares (art. 9º, da minuta das novas DCNs).

Cada docente responsável pelo componente curricular indicará, em seu plano de ensino, as metodologias ativas que entender pertinentes. Tais atividades terão sua culminância ao serem socializadas no Colóquio de Estudos Interdisciplinares em Direito, promovido ao final de cada semestre letivo onde serão apresentadas as vivências, experiências e práticas experimentadas durante o semestre em cada componente curricular. Essas, deverão estar em sintonia com os conteúdos de ensino trabalhados. O NDE elaborará, em momento apropriado, o regulamento de funcionamento do Colóquio, inclusive prevendo a possibilidade de elaboração de anais, publicações de relatos de experiência ou outros, que possibilitem o conhecimento de novas práticas de aprendizagem.

Anualmente, o Colóquio irá sugerir um tema central, sob o qual circundarão as atividades extra-classe -, considerando os conteúdos desenvolvidos em cada disciplina, possibilitando, assim, a compreensão de currículo que “conversa” com outras áreas do saber e que se reinventa na medida em que concebe o conhecimento como uma construção permanente. Em princípio, considerando a matriz curricular proposta neste PPC, os temas seriam os seguintes (com possibilidade de modificações, desde que aprovadas pela Comissão de Curso):

1º Ano: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais

2º Ano: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica

3º Ano: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos

4º Ano: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios

5º Ano: Políticas públicas à luz do Estado Socioambiental

Essas temáticas irão nortear as atividades extraclasse realizadas dentro dos componentes curriculares e poderão ser alteradas pelo NDE, aprovadas pela Comissão de Ensino.

2.3.2.5 Da avaliação

No que se refere à avaliação, deve ser pensada como processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme preconiza o art. 59, da Res. n. 29/2011, do CONSUNI. De igual sorte, a avaliação é compreendida como reflexão crítica sobre a prática, necessária à formação de novas estratégias de planejamento.

Respeitando-se a autonomia dos docentes na escolha dos instrumentos a serem expostos em seus planos de ensino, o processo de avaliação também deve buscar um consenso acerca da necessidade de diversificação das formas de avaliar, de modo que distintas habilidades e competências sejam desenvolvidas pelos acadêmicos.

Conforme as Normas Básicas da Graduação na Universidade Federal do Pampa (Res. n. 29/2011/CONSUNI), em seu art. 59, §6º, estará aprovado o discente que alcançar a nota final mínima de seis nas atividades de ensino, incluídas as atividades de recuperação, além de frequência mínima de 75% da carga horária da componente curricular. Como citado no parágrafo anterior, na UNIPAMPA, conforme redação do art. 61, das normas básicas para a graduação, a todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de ensino, em uma visão de avaliação contínua e diagnóstica. Essas atividades devem ser oferecidas ao longo do semestre, conforme plano de ensino do respectivo componente curricular.

Na perspectiva proposta, a avaliação será realizada com as seguintes finalidades:

Avaliação Diagnóstica: utilizada no início da aprendizagem para determinar a presença ou ausência de habilidades e/ou pré-requisitos, identificando as causas de dificuldades na aprendizagem e conhecimento dos acadêmicos;

Avaliação Formativa: empregada durante o processo de aprendizagem para promover desempenho mais eficiente, identificando o progresso do acadêmico quanto aos seus conhecimentos e habilidades, permitindo a continuidade ou o redimensionamento do processo de ensino. Esta forma de avaliação possibilita ao professor o planejamento de atividades corretivas, de enriquecimento, de complementação, evolução e aperfeiçoamento dos objetivos estabelecidos;

Avaliação Somativa: tem por objetivo quantificar o desempenho apresentado pelos acadêmicos.

Por fim, há que se ter presente que **a avaliação** é um processo contínuo de reflexão tanto do ensino-aprendizagem, quanto da práxis, como também da instituição como um todo. Será desenvolvida de maneira que leve à melhoria e proposição de novas políticas e ou práticas que fortaleçam o trabalho. Integra o Projeto Institucional e destina-se a acompanhá-lo, descobrindo avanços, dificuldades e potencialidades no decorrer do tempo, permitindo a contínua adequação às responsabilidades da instituição. Atualmente, realiza-se a avaliação diagnóstica semestral no Campus São Borja, compreendendo análise da situação de evasão, perfil do discente ingressante e de qual o Curso fará parte. O resultado desse processo avaliativo irá contribuir com relatos significativos para subsidiar as reuniões pedagógicas do Curso. Além disso, também, será realizada com o apoio do Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE), a avaliação do discente em relação ao Curso e sua estrutura, adotando o modelo atualmente praticado no Campus São Borja.

2.3.3 Matriz curricular

Quadro 1 – Matriz curricular do Curso de Direito – Bacharelado da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Semestre	Componente Curricular	Pré-requisito	C.H.	Créd.	
1º	TEORIA GERAL DO DIREITO I		60	4	
	CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO, PODER E CONSTITUCIONALISMO I		60	4	
	FUNDAMENTOS DE		60	4	

	FILOSOFIA E ÉTICA				
	FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL		60	4	
	HISTÓRIA DO DIREITO		30	4	
	PRÁTICAS ACADÊMICAS E METODOLOGIA CIENTÍFICA		30	2	
	CCCG		30	2	
	TOTAL		330	22	
2º	TEORIA GERAL DO DIREITO II		60	4	
	CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO, PODER E CONSTITUCIONALISMO II		60	4	
	DIREITOS HUMANOS		60	4	
	SOCIOLOGIA GERAL		60	4	
	ECONOMIA POLÍTICA		60	4	
	ANTROPOLOGIA		30	2	
	CCCG		30	2	
	TOTAL		360	24	
3º	PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO		60	4	
	DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL		60	4	
	DIREITO CONSTITUCIONAL I		60	4	
	DIREITO PENAL I		60	4	
	TEORIA GERAL DO PROCESSO		60	4	
	CCCG		30	2	
	CCCG		30	2	
	TOTAL		360	22	
4º	DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES		60	4	
	DIREITO CONSTITUCIONAL II		60	4	

	DIREITO PENAL II		60	4	
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL I		60	4	
	SOCIOLOGIA DO DIREITO		60	4	
	DIREITO INTERNACIONAL		60	4	
	TOTAL		360	24	
5º	DIREITO CIVIL III – CONTRATOS		60	4	
	DIREITO PROCESSUAL CIVIL II		60	4	
	DIREITO PROCESSUAL PENAL I		60	4	
	DIREITO ADMINISTRATIVO I		60	4	
	MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS		60	4	
	POLÍTICAS PÚBLICAS		60	4	
	TOTAL		360	24	
6º	DIREITO CIVIL IV – COISAS		60	4	
	DIREITO PROCESSUAL PENAL II		60	4	
	DIREITO ADMINISTRATIVO II		60	4	
	PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA		45	3	
	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – SIMULAÇÕES PROCESSO CIVIL, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM		90	6	
	DIREITO ELEITORAL		30	2	
	CCCG		30	2	
	TOTAL		375	23	
7º	DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA E SUCESSÕES		60	4	
	DIREITO TRIBUTÁRIO I		60	4	
	DIREITO DO TRABALHO I		60	4	

	FILOSOFIA DO DIREITO		60	4	
	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – SIMULAÇÕES PROCESSO PENAL – JÚRI		90	6	
	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS AO DIREITO		30	2	
	TOTAL		360	24	
8º	DIREITO TRIBUTÁRIO II		60	4	
	DIREITO DO TRABALHO II		60	4	
	HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA		60	4	
	TCC 1		60	4	
	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III – AUDIÊNCIAS NO PODER JUDICIÁRIO (ASSISTÊNCIA E RELATÓRIOS)		90	6	
	CCCG		30	2	
	TOTAL		360	24	
9º	DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL		60	4	
	DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO		60	4	
	DIREITO AMBIENTAL		60	4	
	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV – SAJUG/MP/ DEFENSORIA/PODER JUDICIÁRIO		105	7	
	TCC II		60	4	
	CCCG		30	2	

	TOTAL		375	23	
10º	CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL		60	4	
	DIREITO EMPRESARIAL		30	4	
	DIREITO DO CONSUMIDOR		30	2	
	DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		60	4	
	ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA V – SAJUG/MP/ DEFENSORIA/PODER JUDICIÁRIO		105	7	
	CCCG		30	2	
	TOTAL		315	23	

Quadro 2 - Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGS)

COLISÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS	30H
DOGMÁTICA JURÍDICA EM PERSPECTIVA CRÍTICA	30H
SOCIOAMBIENTALISMO	30H
MINORIAS ÉTNICAS	30 H
MOVIMENTOS SOCIAIS	30H
DIREITOS HUMANOS E GÊNERO	30H
DIREITO DO IDOSO	30H
PLURALISMO JURÍDICO	30 H
BIOPOLÍTICA E DIREITO	30H
DECOLONIALIDADE E CONSTITUCIONALISMO	30H
TÓPICOS SOBRE DIREITO E FRONTEIRA	30H
CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS	30H

DIREITO AGRÁRIO	30H
HISTÓRIA AGRÁRIA	30H
LIBRAS	30 H
PROPRIEDADE INTELECTUAL	30H
RELAÇÕES INTERNACIONAIS	30 H
BIODIREITO	30H
DIREITO ADUANEIRO	30H
LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL	30H
ÉTICA E LEGISLAÇÃO PROFISSIONAL	30H

2.3.4 Ementas dos componentes curriculares

1º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO DIREITO I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60 H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Epistemologia da ciência jurídica. Direito e Moral. O Direito e as demais Ordens Normativas. Necessidade da teoria geral do Direito. Ser e dever-ser na ciência jurídica. Perspectiva crítica da Teoria do Direito: notas introdutórias. Conceitos e categorias jurídicas. Normas primárias e normas secundárias.

Direitos humanos incorporados à Constituição e sua caracterização enquanto normas primárias (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (9ex)
HECK, Luis Afonso (org.). **Direito Natural, Direito Positivo e Direito Discursivo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. (10 ex.)
REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. (8 ex.)

COMPLEMENTAR:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 38. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. (1 ex.)

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2. ed. São Paulo, SP : Atlas, 1980. (8ex.)
 KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, 2016. (8 EXEMPLARES ADQUIRIDOS)
 NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (5ex)
 BERGEL, Jean-Louis. **Teoria geral do direito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (1ex.)

NOME DA DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO, PODER E CONSTITUCIONALISMO I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA:. Estado em perspectiva filosófica, sociológica e normativa. Estado e Poder. Legalidade e Legitimidade do Poder Político. Nação. Formas de Governo. Formas de Estado. Realidade estatal contemporânea. Relações entre movimentos sociais, política, Estado e Direito.

O papel do Estado na efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Teoria geral do Estado**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. (8 ex.)
 BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**. Rio de Janeiro : Campus, 2000. (8 ex.)
 AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**. 4.ed. São Paulo: Globo, 2008. (8 ex)

COMPLEMENTAR:

MACHIAVELLI, Niccolo. **O príncipe**. São Paulo: L & PM, 1998. (8 ex.).
 FILOMENO, José Geraldo Brito. **Manual de teoria geral do estado e da política**. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (8 ex.)
 CASTELLS, Manuel. **Fim de milênio**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.(3 ex.)
 GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2011.(6 ex.)
 BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros, 2009. (5 ex.)

NOME DA DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA E ÉTICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Conceito de Filosofia. Habilidades de investigação, pensamento e raciocínio. Origem e evolução do pensamento filosófico. Problemas da filosofia nas principais correntes filosóficas. Bases da filosofia ocidental. Evolução do pensamento humano. A filosofia na sociedade contemporânea. A ética como teoria e prática no contexto epistemológico da filosofia. A emergência da ética na cultura grega. Ética na atualidade.

Direitos Humanos e Ética (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARISTOTELES. **A política**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. (16 ex.)
 ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens: precedido de discurso sobre as ciências e as artes. Campinas: Papirus, 2005 (8.ex) /SUBSTITUIÇÃO
 FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2012. (8 ex.)
 FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2010. (5 ex.)

COMPLEMENTAR:

SINGER, Peter. **Um só mundo**: a ética da globalização. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (4ex.)
 BACON, Francis. **Ensaio sobre moral e política**. Bauru: EDIPRO, 2001. (4ex.)
 Kelsen, Hans. **O Estado como integração**: um confronto de princípios. São Paulo: Martins Fontes, 2003 (6 ex.)

NOME DA DISCIPLINA: FORMAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA E POLÍTICA DO BRASIL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Estudo dos aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil. Os processos de construção histórica da independência, da formação

política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República, importante para o entendimento dos elementos formadores do estado nacional brasileiro. Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.

Relações entre abertura democrática e direitos humanos (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (2ex.) + 8ex 2011

_____. Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. (8ex.)

FARIA, Sheila de Castro. A colônia brasileira: economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004. (8ex.)

FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. – comprados (6 ex)

_____. A revolução de 1930: historiografia e história. São Paulo: Companhia das 61 Letras, 1997. (6 EXEMPLARES ADQUIRIDOS)

COMPLEMENTAR:

FIGUEIREDO, José Ricardo. Modos de ver a produção do Brasil. São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004. (16ex.)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009. (10ex.)

MOTA, Carlos Guilherme. Viagem Incompleta. A Experiência Brasileira. Formação e Histórias. 3ª Edição. Editora do Senac. São Paulo. 2009 (8ex.)

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (4ex.)

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. (1ex.)

BRUM, Argemiro J. Desenvolvimento econômico brasileiro. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. (3ex.)

CALDEIRA, Jorge. Mauá: empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (8ex.)

FREYRE, Gilberto. Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano / 15. Ed. São Paulo, SP: Global, 2004. (8ex.)

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & Senzala. 51. ed. São Paulo: Global, 2007. (8ex.)

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil. 14. ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004. (6ex.)

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Capítulos de história do império. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010. (8ex.)

NOME DA DISCIPLINA: HISTÓRIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Conceito e princípios da análise histórica.. Direito, tempo e contextos social, político e moral. Grupos sociais e dominação da produção intelectual do Direito. Períodos históricos e seus principais marcos jurídicos: do direito arcaico ao moderno. Historicidade jurídica brasileira.

Diversidade cultural e direitos humanos (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de História do Direito**. 7 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2013. (10 ex.)

ALVES, José Carlos Moreira . **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. – 7 EXEMPLARES ADQUIRIDOS

LOPES, Jose Reinaldo de Lima. **O direito na história:** lições introdutórias. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2012. (10 ex.)

COMPLEMENTAR:

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2083. (9ex.)

CASTRO, Flavia Lages de. **História do direito:** geral e Brasil. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2013. (10 ex.)

MARTINS, Ruy G. **O método da fronteira**. Palheira: Almedina, 2007. (5 ex.)

NOME DA DISCIPLINA: PRÁTICAS ACADÊMICAS E METODOLOGIA CIENTÍFICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Origem e papel contemporâneo da universidade. A concepção da UNIPAMPA. Regras básicas da graduação. Postura acadêmica. Distinções entre de ensino, pesquisa e extensão: conceitos e formas de acesso aos projetos. Concepções

acerca da ciência. Introdução à discussão sobre os métodos de pesquisa. Normas básicas dos trabalhos acadêmicos. Regras da ABNT.

Apresentação de resumos expandidos, banners e pôsteres (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007. (11 ex.)
 SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2006. (6 ex.)
 SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007. (15 ex.)
 MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 4. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2006. (3ex.) 5EX E 7EX 2007

COMPLEMENTAR:

LEITE, EDUARDO DE OLIVEIRA. **MONOGRAFIA JURÍDICA**. 7. ED. SÃO PAULO, SP : REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2006. (2 EX.)
 CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011. (5 ex.)
 CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2006. (4 ex.)
 WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul,RS: EDUNISC, 2000. (10 ex.)
 SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos: um guia metodológico**. Florianópolis : Editora da UFSC, 1997. (2 ex.)
 ARAÚJO, Cátia Rosana L. de; MARQUES, Dilva Carvalho. **Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos: conforme normas da ABNT**. 4.ed. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2016. Disponível em:
<http://porteiros.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/files/2017/09/manual-de-normalizacao-2016.pdf>

2º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO DIREITO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: O Direito e o Estado. Os ramos do conhecimento jurídico. A relação jurídica. Noções de Hermenêutica jurídica. A problemática da administração da Justiça.

Teoria da Norma jurídica. Teoria do ordenamento jurídico. Direito e linguagem. Direito e Desenvolvimento Socioambiental.

Relações entre Estado, Justiça e Direitos Humanos (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BOBBIO, Norberto. Teoria Geral do Ordenamento Jurídico. 8.ª ed. SUBSTITUIÇÃO
FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação**. São Paulo: Atlas, 2011. – comprados 8
MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. São Paulo: Saraiva, 2003 – enviado para compra (8)

COMPLEMENTAR:

MELLO, Marcos Bernardes. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia**. 3.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. (1 ex.)
NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (5 ex.)
GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Introdução ao estudo do direito**. 38.ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. (1 ex.)
FERRAZ JR., Tércio Sampaio. **A ciência do direito**. 2.ª ed. São Paulo, SP : Atlas, 1980. (8 ex.)
KELSEN, Hans. **Teoria Geral do Direito e do Estado**. 4.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. (8 EXEMPLARES ADQUIRIDOS)

NOME DA DISCIPLINA: CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO, PODER E CONSTITUCIONALISMO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Constitucionalismo: trajetória histórica. A história constitucional brasileira. Estado constitucional. Conceito, objeto, fontes e princípios do Direito Constitucional. Teoria da Constituição e Filosofia Constitucional. Poder constituinte e poder de reforma. Mutações Constitucionais. Supremacia Jurídica da Constituição, interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. A Constituinte e a Constituição de 1988. Transconstitucionalismo.

O papel do transconstitucionalismo na consolidação dos Direitos Humanos (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC.

Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1991. – Comprado (8 exemplares)
 Marcelo Neves. **Transconstitucionalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. (8 ex.) – 8 ex) – SUBSTITUIÇÃO
 Piovesan, Flavia., Temas de direitos humanos / 6. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2013. (8 ex) - SUBSTITUIÇÃO

COMPLEMENTAR:

SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. **Direito Constitucional: Teoria, História e Métodos de Trabalho**. 2. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. (5 enviados para compra)
 CARVALHO, Kildare Goncalves. **Direito Constitucional: Teoria do Estado e da Constituição**. v. 1, 21.ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2015. (5 enviados para compra)
 NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (5ex.)
 FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Efeitos da declaração de inconstitucionalidade**. 5.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. (1ex.)
 BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **História constitucional brasileira: mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964**. Brasília. Edições Câmara, 2012. (1ex.)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Conceito e história dos direitos humanos. Correntes teóricas acerca dos DH. Tratados internacionais do sistema ONU, OEA e Tribunal Internacional. Interação entre o direito brasileiro e o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Proteção internacional dos direitos sociais, econômicos e culturais. Proteção internacional dos refugiados. Implementação do direito à igualdade. Resguardo internacional dos direitos da mulher. Proteção dos direitos reprodutivos. Responsabilidade do estado no processo de consolidação da cidadania.

Direitos Humanos e entraves estatais (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARENDT, Hannah. **A condição humana**: Tradução: Roberto Raposo; Revisão técnica e apresentação: Adriano Correia. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (3ex.)

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (5ex.)

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. (8ex.)

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (8ex.)

COMPLEMENTAR:

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e direito constitucional internacional**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (5ex.)

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e direito constitucional internacional**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (3ex.)

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (1ex.)

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 10.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. (8ex.)

LEAL, Rogério Gesta. **Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2000. (1ex.)

WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. (1ex.)

NOME DA DISCIPLINA: SOCIOLOGIA GERAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: O pensamento sociológico desde sua formação com Comte e o positivismo, até a formalização da teoria sociológica com Durkheim e Weber. A teoria marxista nas Ciências Humanas e Sociais. Normas sociais e comportamento.

Direitos humanos/fundamentais como resposta a problemáticas sociais (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do

primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo, SP : Martin Claret, 2008. (8ex.)

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 3.ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2007. (8ex.)

ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (8ex.)

WEBER, Max. **Ensaaios de Sociologia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 2008. (9ex.)

COMPLEMENTAR:

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. 6.ed. Lisboa: Presença, 2005. (2ex.)

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. (2ex.)

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2007. (5ex.)

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. (2ex.)

_____. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. (8ex.)

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de . **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2003. (8ex.)

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. (8ex.)

NOME DA DISCIPLINA: ECONOMIA POLÍTICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Economia e Economia Política; Contexto Histórico da Economia Política; Raízes e Postulados das propostas clássica, neoclássica, marxista e keynesiana. Estado contemporâneo, globalização e economia nacional; Desenvolvimento econômico e o papel do direito; Análise econômica do direito; Tendências contemporâneas de economia Política.

Estado e economia: obstáculos à concretização dos Direitos Humanos/fundamentais? (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em

EC. Tema do primeiro ano do bacharelado: O papel do Estado na Efetividade dos Direitos Humanos/Fundamentais).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

MESZAROS, Istvan. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002. (8ex.)

GASTALDI, José Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2005. (8ex.)

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UnB, 2009. v.2 (8ex)

COMPLEMENTAR:

MARX, Karl. **O capital**: edição condensada. 2.ed. São Paulo: EDIPRO, 2003. (5ex)

MARX, Karl. **O capital**: edição condensada. 3.ed. São Paulo: EDIPRO, 2008. (3ex)

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. 17.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. (13ex.)

PAULO NETTO, Jose. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009. (8ex.)

FARIA, Jose Henrique de. **Economia política do poder**: fundamentos, v. 1, Curitiba: Juruá, 2004. (2ex.)

BERINO, Aristóteles de Paula. **A economia política da diferença**. São Paulo: Cortez, 2007. (5ex.)

NOME DA DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Antropologia: ciência e objeto. Estudo sobre o afazer antropológico em consonância com o entendimento da cultura como o contexto dinâmico em constante diálogo com forças econômicas, políticas e sociais. Desenvolvimento de subjetividades e emergência de processos sociais e Direito.

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito**: antropologia jurídica da modernidade. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (10ex.)

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. (5ex.)

CLASTRES, Pierre. **Arqueologia da violência**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (3ex.)

HOEBEL, E. Adamson. **Antropologia cultural e social**. São Paulo: Cultrix, 1981. (8ex.) - SUBSTITUIÇÃO

COMPLEMENTAR:

LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. (5ex.)

DUMONT, Louis. **O individualismo**: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. (8ex.)

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987. (6ex.)

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 2010. (5ex.)

ULLMANN, Reinhold Aloysio. **Antropologia**: o homem e a cultura. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. (1ex.)

3º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: PSICOLOGIA APLICADA AO DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Informações básicas sobre o objeto da Psicologia e da Psicanálise. Conceitos e estruturas psicológicas e psicanalíticas, correlacionados com o objeto do Direito e com as categorias jurídicas da personalidade, da capacidade, da responsabilidade, da imputabilidade e da inimputabilidade. Informações básicas sobre abordagens e estratégias psicológicas na solução de conflitos.

Crise e conflito: o papel da psicologia mediadora em tempos de complexidade relacional (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA**BÁSICA:**

BOCK, Ana Mercedes Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2009. (5ex.)

BOCK, Ana Mercedes Bahia. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 1999. (7ex.)

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de; MIRANDA, Vera Regina (orgs). **Psicologia jurídica**: temas de aplicação. Curitiba: Juruá, 2007. (9ex.)

JOST, Maria Clara. **Por trás da máscara de ferro**: as motivações do adolescente em conflito com a lei. Bauru: Edusc, 2006. (8ex.) - SUBSTITUIÇÃO

COMPLEMENTAR:

JOST, Maria Clara. **Por trás da máscara de ferro:** as motivações do adolescente em conflito com a lei. Bauru: Edusc, 2006.

CURY, Augusto. **O serviço social e a psicologia no judiciário:** construindo saberes, conquistando direitos / 3. ed. São Paulo : Cortez, 2008.

JACQUES, Maria da Graça Correa [et al.]. **Psicologia social contemporânea:** livro-texto. Petrópolis : Vozes, 1998.

MUSZKAT, Malvina Ester (Organizadora). **Mediação de conflitos:** pacificando e prevenindo a violência. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003

SPINK, Mary Jane P. (org.). **O conhecimento no cotidiano:** as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL I – PARTE GERAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Evolução histórica. Princípios fundamentais. Sujeito de Direitos. Personalidade jurídica. Pessoas naturais. Pessoas jurídicas. Fatos, atos e negócios jurídicos. Atos ilícitos e abuso de direito. Invalidade e ineficácia do negócio jurídico. Prescrição e decadência.

A teoria do abuso de direito no Direito Civil Constitucional (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA**BÁSICA:**

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil.** V.I. São Paulo: Saraiva, 2013. (5ex.)

MARTINS-COSTA, Judith; BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Diretrizes teóricas do novo código civil brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2002. NÃO TEMOS – ESGOTADO – SUBSTITUÍDO POR VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Parte Geral.**

V.1.São Paulo: Atlas, 2013. – (9ex) SUBSTITUIÇÃO

RODRIGUES, Sílvio. **Direito civil.** São Paulo: Saraiva, 2007. V. 1 (8 ex) - INSERIDO

COMPLEMENTAR:

GOMES, Orlando, **Raízes históricas e sociológicas do Código Civil brasileiro / 2. ed.** São Paulo: Martins Fontes, 2006 (6 exemplares)

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Noções preliminares de direito civil ,** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. (2ex.)

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil.** 22.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. (1ex.)

LARENZ, Karl. Diálogos sobre direito civil: construindo uma racionalidade contemporânea / Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2002. (2 ex).
 FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil / (. ed. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2003. (3 exemplares)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Princípios fundamentais da Constituição brasileira vigente. Federação, entes federados e competências materiais e administrativas. Organização dos poderes. Poder Legislativo. O processo legislativo. Poder Executivo: as competências do Presidente da República. Poder Judiciário: estrutura. Órgãos auxiliares da Justiça: o Ministério Público, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública.

A supremacia constitucional e seu conteúdo na atualidade (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2007. (4ex.)
 MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2011. (4ex.)
 BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 26.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2011. (7ex.)
 BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006. (1ex.)
 SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2007. (8ex.)

COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. (1ex.)
 SOUZA NETO, CLÁUDIO PEREIRA; SARMENTO, DANIEL. DIREITO CONSTITUCIONAL: TEORIA, HISTÓRIA E MÉTODOS DE TRABALHO. FÓRUM, 2014. (5 ENVIADOS PARA COMPRA)
 CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, [2003]. (1ex.)
 FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. (2ex.)
 GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988: (interpretação e crítica)**. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2010. (8ex.)

HACK, Erico. **Direito constitucional**: conceitos, fundamentos e princípios básicos. Curitiba: InterSaberes, 2012. (1ex.)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PENAL I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Parte geral: histórico, conceito, características, funções, Doutrinas penais e tendências, relações com outras ciências jurídicas. A norma penal: conceito, característica, composição, espécies e aplicação. Princípio da reserva legal no tempo e no espaço. A lei penal em relação às pessoas e suas funções, extradição. Introdução à Teoria do Crime: Pressupostos; Causalidade. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade: conceito, requisitos e exclusão. Erro. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Pena criminal. Medidas de segurança. Incidentes da execução da pena. Prescrição.

Garantias processuais penais previstas na Constituição Federal frente à crise sociopolítica: relativização? (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2013. (9ex.)

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (3ex.)

GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flavio. **Direito penal**: fundamentos e limites do direito penal. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. (10ex.)

COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2006. v.2 e 3 (1ex. cada volume)

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. 11.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.3 (9ex.)

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral. v. 1, 7.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. (1ex.)

JESUS, Damasio E. de. **Código penal anotado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. (1ex.)

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**. São Paulo, RS: Atlas, 2007. 3v. (1ex. cada volume)

MOTTA, Manoel Barros da. **Crítica da razão punitiva**: nascimento da prisão no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011. (8ex.)

NOME DA DISCIPLINA: TEORIA GERAL DO PROCESSO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Teoria geral e crítica do processo. Sociedade e sistema jurídico. Ciência processual. Direito processual sob a perspectiva constitucional. Princípios do direito processual. Fontes. Interpretação. Lei processual no tempo. Ação. Processo. Meios alternativos de solução de conflitos.

A constitucionalização do direito processual civil no novo CPC: desafios (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil**. 12. Ed. São Paulo: Atlas Editora, 2016– 8 EXEMPLARES ADQUIRIDOS- (a previsão original no PPC era da obra **Curso de Dir. Proc. Civil**)

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil, Forense, 2018.V. I. (8 exemplares) - INCLUÍDO

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. São Paulo: Saraiva, 2011-3. 3v. (10ex. cada volume) - SUBSTITUIÇÃO

COMPLEMENTAR:

WEBER, Adriana. **Noções introdutórias de teoria geral do processo**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. (1ex.)

SILVA, Jose Milton da. **Teoria geral do processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. (1ex.)

NERY JUNIOR, Nelson. **Princípios do processo civil na Constituição Federal**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. (2ex.)

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do formalismo no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (2ex.)

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil**: teoria geral do processo e processo de conhecimento . v. 1. 7.ed. Salvador: Jus Podivm, 2007. (1ex.)

4º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Grupos sociais. Estratificação social. Mudança social. A sociedade de massas. Controle social. Padrões de comportamento e papel social. Direito e Sociedade. O Direito como instrumento de controle social. Os valores e as normas. Cultura e evolução social.

Crises sociopolíticas: origens sociológicas e o papel do Direito (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

SCURO NETO, Pedro. **Sociologia Geral e Jurídica:** introdução ao estudo do direito, instituições jurídicas, evolução e controle social. 7.ed. São Paulo: Saraiva, 2010. (10ex.)
 DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (10ex.)
 LEVY-BRUHL, Henri. **Sociologia do Direito.** São Paulo: Martins Editora, 2000. – enviado para compra (8 EXEMPLARES)

COMPLEMENTAR:

DURKHEIN, Émile. **Lições de sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2002. (8ex.)
 MORAIS, José Luiz Bolzan de. **A idéia de direito social:** o pluralismo jurídico de Geroges Gurvitch. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora. 1997. (2ex.)
 GOYARD-FEBRE, Simone. **Os fundamentos da ordem jurídica.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (10ex.)
 HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012. (v.1 (13ex) v.2 (5ex))
 DWORKIN, Ronald. **O império do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2003. (1ex.)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL II – OBRIGAÇÕES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Obrigações: Conceito, elementos constitutivos, fontes e classificação. Espécies de obrigações. Cláusula penal. Obrigações naturais, principais e acessórias, líquidas e ilíquidas, condicionais, modais e a termo.

Constitucionalização do direito obrigacional (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. v.2 Obrigações, São Paulo: Saraiva, 2013. (5ex.)
 WALD, Arnoldo. **Direito civil: direito das obrigações e teoria geral dos contratos**. 21.ed. São Paulo: Saraiva, 2013. (10ex.)
 GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.5 (10ex) e v.6 (10ex)

COMPLEMENTAR:

Diniz, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 29. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2013. v.3.(10ex.)
 Diniz, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 30. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2013. v.1.(10ex.)
 Diniz, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. São Paulo, SP : Saraiva, 2007. v.1.(2ex.); v.4 (1ex.); v.6 (1ex.)
 GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito civil: obrigações**. São Paulo: Atlas, 2008. (10ex.)
 PODESTA, Fabio Henrique. **Direito das obrigações: teoria geral e responsabilidade civil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005. (1ex.)
 VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2013. v.1 (9ex.); v.2 (10ex.); v.3 (7ex.)
 VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 8v. v.1 (1ex); v.3 (2ex); v.4 (1ex)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CONSTITUCIONAL II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: A defesa do Estado e das instituições democráticas. A ordem econômica e financeira. A ordem social. Processo Constitucional: controle de constitucionalidade abstrato (STF) e as ações constitucionais (ADI, ADC ADI por omissão ADPF); controle de constitucionalidade difuso-concreto (por qualquer juiz ou tribunal). Ato das disposições constitucionais transitórias.

Problemáticas sociopolíticas e o papel do Poder Judiciário na defesa da supremacia constitucional (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser

trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. (8ex.)

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 26. ed. São Paulo: Malheiros, 2011. (7ex.)

SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2007 (8 ex)

COMPLEMENTAR:

SARLET, Ingo Wolfgnag. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1998**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. (5ex.)

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 28.ed. São Paulo: Atlas, 2012. (4ex.)

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 27.ed. São Paulo: Atlas, 2011. (4ex.)

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 21.ed. São Paulo: Atlas, 2007. (4ex.)

PALU, Oswaldo Luiz. **Controle de constitucionalidade** : conceitos, sistemas e efeitos / 2. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2001. (1ex.)

SAMPAIO, Jose Adercio Leite (org). **Jurisdição constitucional e direitos fundamentais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003. (2ex.)

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional**. 7. ed. [Lisboa] : Coimbra Editora, 2003. Tomo I (3ex.)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PENAL II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Parte especial: Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a liberdade individual. Crimes contra a honra. Lesões corporais. Crimes Internacionais. Crimes contemporâneos.

A garantia constitucional dos direitos individuais e as novas formas de criminalidade contemporânea (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser

trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: v.3. 9 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. (10ex.)
 PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: v.2. 11 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. (10ex.)
 BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2013. v.1, (9ex.); v.4 (10ex.); v.5 (10ex.)
 CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. São Paulo, SP : Saraiva, 2013. (8 ex)

COMPLEMENTAR:

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**. São Paulo: Atlas, 2007. 3v. (1ex. cada volume)
 JESUS, Damasio E. de. **Violência contra a mulher**: aspectos criminais da lei n. 11.340/2006. São Paulo, SP : Saraiva, 2010. (5ex.)
 LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher**: o homicídio privilegiado e a violência doméstica. São Paulo: Atlas, 2009. (3ex.)
 FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes contra a natureza**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. (10ex.)

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Processo civil. Pressupostos processuais. Condições da ação. Processo. Processo de conhecimento. Procedimentos. Petição inicial. Pedido. Chamamento a juízo e outras comunicações. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Noções gerais da prova e a audiência. Sentença. Coisa julgada. Meios de impugnação das decisões judiciais.

Provas ilícitas e proporcionalidade: exame à luz das interpretações constitucionais (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA:

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Direito Processual Civil**. São Paulo: Atlas Editora, 2017. 8 comprados (a previsão original no PPC era da obra **Curso de Dir. Proc. Civil**)

ARRUDA, Teresa; DIDIER, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (COORDS.). **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Editora RT, 2016. 8 comprados

STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da. (orgs.) **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016. 8 comprados

ASSIS, Araken de; ALVIM, Angélica Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; LEITE, George Salomão (COORDS.). **Comentários ao Código de Processo Civil: Lei n. 13.105/2015 de acordo com a Lei n. 13.256/2016**. São Paulo: Saraiva, 2016. 8 comprados

COMPLEMENTAR:

ALVIM, J. E. CARREIRA. **COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LEI 13.105/2015**. Volumes 1 ao 11. Curitiba. Editora Juruá, 2015.

NERY JR, Nelson; NERY, ROSA MARIA DE ANDRADE. **Código de Processo Civil comentado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

WEBER, Adriana. **Noções introdutórias de teoria geral do processo**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, Jose Milton da. **Teoria geral do processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. **Técnica da contestação**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro**. 22. ed. São Paulo : Saraiva, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 8.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento**. v. 1. 7.ed. Salvador: Jus Podivm, 2007.

DINAMARCO, Candido R. **A instrumentalidade do processo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO INTERNACIONAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

Ementa: Correntes do Direito Internacional. Reconhecimento do Estado e do Governo. Conceito, objeto e características do Direito Internacional Público. Marco Jurídico interno. Fontes do DIP. Personalidade jurídica internacional: Estado, Organizações

internacionais e Indivíduo. Marco jurídico das relações internacionais: relações diplomáticas e consulares, solução pacífica dos litígios. Sujeitos e conteúdo do Direito Internacional Privado. Métodos de escolha da lei aplicável no direito brasileiro. Limites à aplicação da lei estrangeira. Fontes do DIPr e seus conflitos. Noções de contratos internacionais. Direito de família no DIPr. Sucessão internacional. Alimentos no plano internacional.

A crise sociopolítica e suas repercussões em âmbito internacional (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do segundo ano do bacharelado: Supremacia Constitucional em Tempos de Crise Sociopolítica).

BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

REZEK, José Francisco. **Direito internacional público**: curso elementar. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2011. (8ex.)
 SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Direito internacional público**. 4.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006. (13ex.)
 SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional público**. 4.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. (10ex.)

COMPLEMENTAR:

NYE JR. , Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. São Paulo: Gente, 2009. (8ex.)
 FERREIRA, Lier Pires; CHAPARRO, Veronica Zarate (orgs). **Curso de direito internacional privado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. (10ex.)
 DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional privado**. 9.ed. Rio de Janeiro: GEN; Forense, 2011. (10ex.)
 MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito internacional público**: parte geral. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. (1ex.)
 MARTINS, Juliano Cardoso Schaefer. **Contratos internacionais**: a autonomia da vontade na definição do direito material aplicável. São Paulo: LTr, 2008. (10ex.)
 ARAÚJO, Nádia de. **Contratos internacionais**: autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais. 4.ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. (10ex.)

5º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL III – CONTRATOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Acordo de vontades. O contrato como expressão do negócio jurídico. Regulamento e contrato. Teoria Geral dos contratos. Tipologia dos contratos. Teoria geral e regramento dogmático dos contratos de transferência e dos contratos de empréstimo. Contratos em espécie.

Conciliação e mediação frente ao inadimplemento contratual (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

Diniz, Maria Helena, Curso de direito civil brasileiro. 30. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2013.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **teoria geral dos contratos típicos e atípicos**. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPLEMENTAR:

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos**: lei n. 10406, de 10.01.2002. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. **Hermenêutica filosófica e direito**: o exemplo privilegiado da boa-fé objetiva no direito contratual. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

LARENZ, Karl. **Base del negocio juridico y cumplimiento de los contratos**. Granada : Comares, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil. 13. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2013.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé do direito privado**: Critérios para sua aplicação. São Paulo: Marcial Pons, 2015.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Teoria geral dos recursos. Recursos em espécie. Meios autônomos de impugnação. Execução. Procedimentos especiais do Código Processual Civil. Procedimentos especiais previstos em leis especiais. Direito processual constitucional. A solução consensual no âmbito processual (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

NEVES, Daniel Assumpção. **Manual de Processo Coletivo**. 3. ed. São Paulo: Juspodvím, 2016.

STRECK, Lênio Luiz; NUNES, Dierle; CUNHA, Leonardo Carneiro da. (orgs.) **Comentários ao Código de Processo Civil**. São Paulo: Saraiva, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**, V.2. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**, V.3. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

COMPLEMENTAR:

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**, V.1. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 12. Ed. São Paulo: Atlas Editora, 2016.

ARRUDA, Teresa; DIDIER, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (COORDS.). **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Editora RT, 2016.

WEBER, Adriana. **Noções introdutórias de teoria geral do processo**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SILVA, Jose Milton da. **Teoria geral do processo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

SALLES, Jose Carlos de Moraes. **Usucapiao de bens imoveis e moveis** / 6. ed. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006.

DINAMARCO, Candido R. **A instrumentalidade do processo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

ARAÚJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Prática no processo civil**: cabimento, acoes diversas, competência, procedimentos, petições, modelos. 9. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2006.

PORTANOVA, Rui. **Princípios do processo civil**. 8.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil: meios de impugnação as decisões judiciais e processo nos tribunais : volume 3 / 3**. ed. Salvador, BA : Jus Podivm, 2007.

ASSIS, Araken de. **Manual da execução**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Direito de punir. Direito processual penal: conceito e características. Fontes de direito processual penal. Princípios do direito processual penal. Aplicação do direito processual penal. Interpretação da lei processual penal: conceito e espécies. Inquérito policial. Ação penal. Ação civil: espécies de reparação. Jurisdição: civil e penal.

Formas consensuais de composição no âmbito criminal (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MARQUES, Jose Frederico. **Elementos de direito processual penal**. 2. ed. Campinas, SP: Millennium, 2003.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

JESUS, Damásio E. de. **Código de processo penal anotado**. 22. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. 20. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal**. 18. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2007.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LINTZ, Breno Linhares. **Prática processual penal**: doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão**: causas e alternativas. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Estado e administração. Princípios de direito administrativo. Poderes administrativos. Organização estrutural da administração pública. Atos administrativos. Licitação. Contratos administrativos.

A solução consensual na esfera administrativa: possibilidade? (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

CRETELLA JUNIOR, José. **Tratado de direito administrativo**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2002.

CAETANO, Marcello. **Princípios fundamentais do direito administrativo**. Coimbra: Almedina, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR:

MADEIRA, Jose Maria Pinheiro. **Administração pública**. 11.ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.

CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 26. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013.

TELLES, Antonio A. Queiroz. **Introdução ao direito administrativo**. 2. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2000.

RIVERO, Jean. **Direito administrativo**. Coimbra: Almedina, 1981.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Evolução histórica dos mecanismos de solução de conflitos. Autotutela, autocomposição, heterocomposição. Distinções conceituais e principiológicas acerca da mediação, da conciliação e da arbitragem. Mediação e conciliação no novo Código de Processo Civil: princípios. Composição e competências dos centros judiciários de solução consensual de conflitos.

Modernidade tardia e solução consensual de conflitos: exame de métodos (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MUSZKAT, Malvina Ester (Org.). **Mediação de conflitos:** pacificando e prevenindo a violência. 2. ed. São Paulo, SP: Summus, 2003.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio da não-violência:** uma trajetória filosófica. São Paulo, SP: Palas Athena, 2007.

GARCEZ, Jose Maria Rossani. **Negociação, ADRS, mediação, conciliação e arbitragem.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2004.

COMPLEMENTAR:

PRANIS, Kay. **Processos circulares:** teoria e prática. São Paulo: Palas Athena, 2010.

Pontes, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social:** um estudo preliminar sobre a categoria teorica e sua apropriação pelo Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JARES, Xexus R. **Educar para paz em tempos difíceis.** São Paulo: Palas Athena, 2007.

KANT, Immanuel. **Paz na Terra?** as religiões universais entre a renúncia e a disposição a violência. Aparecida, SP : Ideias & Letras, 2009.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 5ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2015. Acesso digital: <http://mediacao.fgv.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-de-Mediacao-Judicial-2015.pdf>.

SOUZA, Luciane Moessa de. Resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas / Luciane Moessa de Souza; Igor Lima Goettenauer de Oliveira, organizador. 1. ed. – Brasília, DF: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE

BRASÍLIA/FUB, 2014. Acesso digital: <http://mediacao.fgv.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolucao-Consensual-de-Politicas-Publicas.pdf>.

NOME DA DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: A política social no contexto da sociedade de classe. As políticas sociais distributivas, redistributivas e regulatórias. Análise do processo de institucionalização da política social no Brasil. As diretrizes das políticas sociais dos governos. Os planos de desenvolvimento em todos os níveis. As atribuições do Gestor Público na produção e redimensionamento da política social.

A solução consensual de conflitos como meio de equacionamento de problemas da agenda pública (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

SOUZA, Celina (org). **Governo, políticas públicas e elites políticas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage, 2012.

COMPLEMENTAR:

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e gestão de políticas públicas**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SERAINE, Ana Beatriz Martinas dos Santos; SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos; MIYAMOTO, Shiguenoli (orgs.). **Estado, desenvolvimento e políticas públicas**. Ijuí: Unijuí, 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Estado & sociedade**: contribuição ao debate sobre políticas públicas. Recife: UFPE, 2010.

COSTA, Nilson do Rosário. **Políticas públicas, justiça distributiva e inovação**: saúde e saneamento na agenda social. São Paulo: Hucitec, 1998.

6º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL IV – COISAS

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Relações jurídicas reais. Propriedade material e propriedade imaterial. Copropriedade: condomínio romano e condomínio germânico. Tradição. Estrutura e função dos direitos reais de fruição e dos direitos reais de garantia.

Conflitos fundiários e solução consensual: exame de cabimento (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**: Lei n. 10406, de 10.01.2002. 2.ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. 21. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. Atualizado por: Luiz Edson Fachin.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. 34. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2007.

COMPLEMENTAR:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de construir**. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

ARONNE, Ricardo. **Por uma nova hermenêutica dos direitos reais**: (das raízes aos fundamentos contemporâneos). Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2001.

SILVA, José Afonso da. **Propriedade e desenvolvimento**. Porto Alegre: Instituto de Estudos Empresariais, 2007.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL PENAL II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Competência. Questões de processos incidentes. Sujeitos do processo. Prova. Juiz, do Ministério Público, acusado e defensor, assistentes e auxiliares da justiça. Prisão. Citações e intimações. Sentença penal. Processos em espécie. Nulidades processuais. Recursos. Habeas corpus. Lei de execução penal.

O papel do conciliador e do mediador no âmbito criminal (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. **Provas ilícitas:** interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas. 3. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2003.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal**. 9. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão:** causas e alternativas. 3. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2004.

COMPLEMENTAR:

VIANNA, Marcelo. **Os homens do parquet:** trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do Rio Grande do Sul (1930-1964) / Porto Alegre, RS : Memorial do Ministério Público, 2013.

PASSOS, Luisa de Marillac Xavier. **O papel da comunidade na aplicação e execução da justiça penal** . Brasília : Escola Superior do Ministério Público da União, 2009.

DEZEM, Guilherme Madeira. **Nova lei do procedimento do júri comentada:** atualizado de acordo com as Leis 11.689, 11.690/08 e 11.719/08. Campinas: Millennium, 2008.

LINTZ, Breno Linhares. **Prática processual penal:** doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

CAPEZ, Fernando. **Prática forense penal.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ADMINISTRATIVO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Controle da administração pública. Agentes públicos. Domínio público. Serviços públicos. Intervenção na propriedade privada. Responsabilidade civil do Estado.

O Estado como agente causador de dano: possibilidade de acordo com entes públicos? (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

CRETELLA JUNIOR, Jose. **Manual de direito administrativo:** curso moderno de graduação. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2005.

OLIVEIRA, Fernao Justen de. **Parceria público-privada:** aspectos de direito público econômico (Lei n. 11.079/2004). Belo Horizonte, MG : Forum, 2007.

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo.** 12. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2007.

COMPLEMENTAR:

CRETELLA JUNIOR, Jose. **Tratado de direito administrativo.** 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2002.

CAETANO, Marcello. **Princípios fundamentais do direito administrativo.** Coimbra: Almedina, 2003.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 26. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2013.

TELLES, Antonio A. Queiroz. **Introdução ao direito administrativo**. 2. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2000.

RIVERO, Jean. **Direito administrativo**. Coimbra: Almedina, 1981.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo**. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 45H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Metodologia e epistemologia. Conceito de ciência. O trabalho científico: a construção do objeto. Métodos. Elaboração de hipóteses. Marco teórico e modelo de análise. Interdisciplinaridade na pesquisa. Normas de produção acadêmica (ABNT e outras). Projeto de pesquisa. Leituras e fichamentos. Pesquisa empírica (enquete, amostra). As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. A elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Artigo científico. O trabalho monográfico e suas especificidades.

Aspectos formais e materiais acerca do artigo científico (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica:** ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 4. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2006.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 7. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2011.

COMPLEMENTAR:

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul,RS: EDUNISC, 2000.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos: um guia metodológico**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

ALVARENGA, Maria Amalia de Figueiredo Pereira. **Apontamentos de metodologia para a ciência e técnicas de redação científica**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 2003.

REY, Luis. **Planejar e redigir trabalhos científicos**. 2. ed. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 2003.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA I – SIMULAÇÕES PROCESSO CIVIL, MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM

CARGA HORÁRIA TOTAL: 90H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Construção de peças processuais no âmbito do Direito Processual Civil (petição inicial, contestação etc). Atuação em audiências simuladas, na condição de advogado, defensor público, magistrado e/ou membro do Ministério Público. Atuação simulada em casos hipotéticos, para fins de mediação, conciliação e arbitragem.

Relatório de mediação e/ou conciliação (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MUSZKAT, Malvina Ester (Organizadora). **Mediação de conflitos**: pacificando e prevenindo a violência. 2. ed. São Paulo: Summus, 2003

GARCEZ, Jose Maria Rossani. **Negociação, ADRS, mediação, conciliação e arbitragem**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2004.

ARRUDA, Teresa; DIDIER, Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (COORDS.). **Breves comentários ao novo Código de Processo Civil**. Rio de Janeiro: Editora RT, 2016.

COMPLEMENTAR:

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil**. 12. Ed. São Paulo: Atlas Editora, 2016.

PRANIS, Kay. **Processos circulares**: teoria e prática. São Paulo: Palas Athena, 2010.

Pontes, Reinaldo Nobre. **Mediação e serviço social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JARES, Xexus R. **Educar para paz em tempos difíceis**. São Paulo: Palas Athena, 2007.

KANT, Immanuel. **Paz na Terra?** as religiões universais entre a renúncia e a disposição a violência. Aparecida, SP : Ideias & Letras, 2009.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 5ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2015. Acesso digital: <http://mediacao.fgv.br/wp-content/uploads/2015/11/Manual-de-Mediacao-Judicial-2015.pdf>.

SOUZA, Luciane Moessa de. Resolução consensual de conflitos coletivos envolvendo políticas públicas / Luciane Moessa de Souza; Igor Lima Goettenauer de Oliveira, organizador. 1. ed. – Brasília, DF: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FUB, 2014. Acesso digital: <http://mediacao.fgv.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolucao-Consensual-de-Politicas-Publicas.pdf>.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO ELEITORAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Princípios do Direito Eleitoral. Sistemas Eleitorais. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento das Campanhas Eleitorais. Infrações Eleitorais. Justiça Eleitoral. Ministério Público Eleitoral.

Principais conflitos na seara eleitoral (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do terceiro ano do bacharelado: Solução Consensual de Conflitos na Modernidade Tardia: possibilidades e obstáculos).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Direito eleitoral e processo eleitoral**: direito penal eleitoral e direito político. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

CONEGLIAN, Olivar. **Propaganda eleitoral**: de acordo com o Código Eleitoral e com a lei 9.504/97, modificada pelas leis 9.840/99, 10.408/02, 10.740/03, 11.300/06 e 12.034/09. 10. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas eleitorais**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

COMPLEMENTAR:

SILVEIRA, Jose Neri da. **Aspectos do processo eleitoral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

BARRETTO, Lauro. **Propaganda política & direito processual eleitoral**. Bauru: EDIPRO, 2004.

ROLLO, Alberto Rollo (org). **Propaganda eleitoral**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PORTO, Walter Costa. **O voto no Brasil**: da Colônia a 6ª República. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.

AZEVEDO, Debora Bithiah; RABAT, Marcio Nuno. **Palavra de mulher**: oito décadas do direito de voto. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2012.

7º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO CIVIL V - FAMÍLIA E SUCESSÕES

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Direito de família. Casamento. Efeitos jurídicos do casamento. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. União estável e concubinato. Parentesco e filiação. Poder familiar. Alimentos. Guarda, tutela e curatela. Direito das sucessões.

Classificação das sucessões. Aquisição da herança. Aceitação e renúncia. Capacidade sucessória. Vocação hereditária. Herdeiros necessários. Sucessão testamentária. Cláusulas testamentárias. Legados. Substituições. Deserdação. Nulidades, revogação e caducidade dos testamentos. Sonegação e colação. Cálculo para a partilha. Inventário e partilha.

Distintas configurações familiares e os desafios postos ao Direito (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2011.

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões**. 3. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013.

COMPLEMENTAR:

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2006.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental: um novo tema nos juízos de família**. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

FIDA, Orlando. **Inventários, arrolamentos e partilhas: teoria, prática, jurisprudência, legislação**. 9. ed. São Paulo, SP : RCN, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2013.

BARROS, Fernanda Otoni de. **Do direito ao pai**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Definição e características do Direito Tributário. Noção de tributo e de fato gerador. Limitações ao poder de tributar: princípios constitucionais tributários e imunidades. Espécies tributárias enumerados pelo Sistema Tributário Nacional Competência tributária. Repartição das receitas tributárias. Obrigação tributária, crédito

tributário e lançamento. Suspensão da exigibilidade do crédito. Extinção do crédito. Exclusão do crédito. Administração tributária.

Hermenêutica constitucional tributária (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 34. ed. São Paulo, SP : Malheiros, 2013.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (coord.). **Curso de direito tributário e finanças públicas: do fato a norma, da realidade ao conceito jurídico**. São Paulo, SP : Saraiva, 2008.

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 22. ed. São Paulo, SP : Malheiros, 2006.

COMPLEMENTAR:

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência**. 15. ed. Porto Alegre, RS : ESMAFE, 2013.

TORRES, Ricardo Lobo. **Normas de interpretação e integração do direito tributário**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2006

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 12. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006.

GOMES, Marcus Livio; ANTONELLI, Leonardo Pietro (coords). **Curso de direito tributário brasileiro**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER:

EMENTA: Fundamentos e Autonomia do Direito do Trabalho. Natureza Jurídica do Direito do Trabalho. Relações do Direito do Trabalho com os outros ramos da Ciência Jurídica. Fontes. Ato Jurídico Trabalhista. Prescrição e Decadência.

Aplicação e Interpretação do Direito do Trabalho (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MARTINS, Sergio Pinto. **O pluralismo do direito do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao trabalho**. 34. ed. São Paulo: LTr, 2009.

COMPLEMENTAR:

MORAES FILHO, Evaristo de. **Introdução ao direito do trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTR, 2003.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Princípios de direito do trabalho e seus fundamentos teórico-filosóficos: problematizando, refutando e deslocando o seu objeto**. São Paulo: LTr, 2008.

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo : LTr, 2008.

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno**. São Paulo: LTr, 2006.

NOME DA DISCIPLINA: FILOSOFIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Gnoseologia. Origem, essência, possibilidade e formas do conhecimento. O empirismo, o racionalismo e o criticismo. Direito como coordenação de condutas humanas. Democracia e conteúdo normativo. A axiologia jurídica. Jusnaturalismo e juspositivismo: evolução histórica das correntes. Direito e ideologia. Obstáculos epistemológicos à constituição de uma ciência jurídica. Metodologia jurídica. A jurisprudência dos conceitos. A jurisprudência dos interesses. A jurisprudência da valoração. A sistemática e a tópica. Considerações acerca da jusfilosofia latinoamericana atual.

Filosofia do Direito e limites hermenêuticos (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. 2. ed. São Paulo, SP : Icone, c2005.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. 3. ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2008.

PERELMAN, Chaim. **Ética e direito**. 2. ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2005.

COMPLEMENTAR:

DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. 2. ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2005.

COMPARATO, Fabio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno**. São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2011.

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistemático e conceito de sistema na ciência do direito**. 3. ed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

INGRAM, David. **Filosofia do direito: conceitos-chave em filosofia**. Porto Alegre, RS : Artmed, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Direito e poder**. São Paulo, SP : Editora Unesp, c2007.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA II – SIMULAÇÕES
PROCESSO PENAL – JÚRI

CARGA HORÁRIA TOTAL: 90H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Análise de ação penal concreta. Atividade prática de júri simulado. Exercício dos papéis de acusação, defesa e magistrado.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

DEZEM, Guilherme Madeira. **Nova lei do procedimento do júri comentada:** atualizado de acordo com as Leis 11.689, 11.690/08 e 11.719/08. Campinas, SP: Millennium, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal.** 29 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

JESUS, Damasio E. de. **Código de processo penal anotado.** 22. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

COMPLEMENTAR:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 20. ed. São Paulo, SP : Saraiva, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal.** 18. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2007.

LINTZ, Breno Linhares. **Prática processual penal:** doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

NOME DA DISCIPLINA: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO APLICADAS AO DIREITO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Era digital e seus impactos no Direito. Novas tecnologias e processo. O processo eletrônico e sua obrigatoriedade. Certificação eletrônica. Principais problemáticas em torno do processo eletrônico.

Hermenêutica e era digital: relações (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

NASCIMENTO, Decio Estevao do; LUZ, Nanci Stanck da; QUELUZ, Marilda (orgs.).

Tecnologia e sociedade: transformações sociais. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface:** como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro, RJ : Zahar, 2001.

COMPLEMENTAR:

PALFREY, John G. **Nascidos na era digital:** entendendo a primeira geração dos nativos digitais. Porto Alegre, RS : Artmed, 2011.

LIRA, Luzia Andressa Feliciano de; SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. O processo judicial eletrônico (pje) como instrumento que viabiliza o acesso democrático à justiça. Acesso Digital. Disponível em:

<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=91836ea292e68886>. Acesso em: 02 maio 2017.

SOARES, Fernanda Dias. Processo judicial eletrônico: Aspectos gerais e ações iniciais. Acesso digital. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8900. Acesso em: 02 maio 2017.

FARIA, Shirley de Fátima Oliveira; SAUMA, Ana Sofia Rezende. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO: A efetividade dos atos do Processo Eletrônico à luz dos princípios constitucionais. E-civitas Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH Belo Horizonte, vol. III, n. 1, jul-2010. ISSN: 1984-2716. Disponível em: www.unibh.br/revistas/ecivitas/. Acesso em: 02 maio 2017.

GLASSMAN, Guillermo. Restrições ao acesso em processos eletrônicos dos Tribunais de Contas. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5019, 29 mar. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/52462>>. Acesso em: 6 maio 2017.

8º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO TRIBUTÁRIO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Competência tributária internacional. Soberania tributária. Fontes do direito tributário internacional. Convenções internacionais sobre dupla tributação. O princípio da não-discriminação. Preços de transferência. Paraísos fiscais. Combate à fraude à evasão tributária internacional: cooperação administrativa.

Nova ordem econômica mundial. Tributação e o Direito Comunitário: (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributário**. 34. ed. São Paulo, : Malheiros, 2013.

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (coord.). **Curso de direito tributário e finanças públicas**: do fato a norma, da realidade ao conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2008.

PONTES, Helenilson Cunha. **O princípio da proporcionalidade e o direito tributário**. São Paulo: LTr, 2000.

COMPLEMENTAR:

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

PAULSEN, Leandro. **Direito Tributário**: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência. 15. ed. Porto Alegre: ESMAFE, 2013.

TORRES, Ricardo Lobo. **Normas de interpretação e integração do direito tributário**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMARO, Luciano. **Direito tributário brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributário brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

MELO, Jose Eduardo Soares de. **ISS - aspectos teóricos e práticos**. 4. ed. São Paulo: Dialética, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DO TRABALHO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER:

EMENTA: Conceito do Contrato Individual do Trabalho. Natureza Jurídica do Contrato de Trabalho. Aspectos Gerais, Especiais e Registros do Contrato de Trabalho. Sujeitos do Contrato de Trabalho. Alteração das Condições de Trabalho. Suspensão e Interrupção do Contrato. Cessação do Contrato.

Direito do Trabalho e Precarização: rumos das garantias trabalhistas na sociedade contemporânea (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

CAMINO, Carmen. **Direito individual do trabalho**. 4. ed. Porto Alegre: Síntese, 2004.

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas de trabalho**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Flexibilização das condições de trabalho**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

COMPLEMENTAR:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Teoria jurídica do salário**. 2. ed. São Paulo: LTr, 1997.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Salário: teoria e prática**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das leis do trabalho**: legislação complementar : jurisprudência . 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo: LTr, 2008.

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. **O dano moral no direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

NOME DA DISCIPLINA: HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: O conceito de Hermenêutica. A aplicação do Direito - teorias de interpretação. A noção de integração normativa. Os meios de integração. Problemas de integração. As principais correntes hermenêuticas. Argumentação e Direito.

A argumentação jurídica e sua fundamentação: correntes de pensamento (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quarto ano do bacharelado: Hermenêutica e Sociedade: o protagonismo da interpretação e seus desafios).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

STRECK, Lênio Luiz. **Hermenêutica jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do direito. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

COMPLEMENTAR:

RICOEUR, Paul. **Hermenêutica e ideologias**. Organização, tradução e apresentação de Hilton Japiassu. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEAL, Rogério Gesta. **Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

SILVA FILHO, Jose Carlos Moreira da. **Hermenêutica filosófica e direito: o exemplo privilegiado da boa-fé objetiva no direito contratual**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

PERELMAN, Chaim. **Tratado de argumentação**. Lisboa : Instituto Piaget, c2000.

WESTON, Anthony. **A construção do argumento**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

MACCORMICK, Neil. **Retórica e o estado de direito: uma teoria da argumentação jurídica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Elaboração do projeto de pesquisa de trabalho de conclusão de curso: do tema, da delimitação do tema, do problema de pesquisa, dos objetivos, da justificativa, do referencial teórico, das hipóteses, do cronograma, da metodologia, das referências.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração**, Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: Informação e documentação, apresentação de citações em documentos**, Rio de Janeiro, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica**. 4. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR:

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 7. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos: um guia metodológico**. Florianópolis : Editora da UFSC, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA III – AUDIÊNCIAS NO PODER JUDICIÁRIO (ASSISTÊNCIA E RELATÓRIOS)

CARGA HORÁRIA TOTAL: 90H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Participação, na condição de ouvinte, em audiências reais junto ao Poder Judiciário. Identificação de fases processuais e modos de atuação dos intervenientes em processos judiciais em âmbito cível, criminal, trabalhista e previdenciário. Produção de relatórios acerca das observações.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

ASSIS, Araken de; ALVIM, Angélica Arruda; ALVIM, Eduardo Arruda; LEITE, George Salomão (COORDS.). **Comentários ao Código de Processo Civil:** Lei n. 13.105/2015 de acordo com a Lei n. 13.256/2016. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAPEZ, Fernando. **Prática forense penal.** 6. ed. - São Paulo, SP : Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de prática trabalhista.** 40. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR:

ALVIM, J. E. CARREIRA. **COMENTÁRIOS AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. LEI 13.105/2015.** Volumes 1 ao 11. Curitiba. Editora Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Wagner Roberto de. **Prática forense previdenciária.** Leme, SP: J.H. Mizuno, 2005.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal.** 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LINTZ, Breno Linhares. **Prática processual penal:** doutrina, jurisprudência e modelos. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das leis do trabalho:** legislação complementar : jurisprudência .35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

9º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Origem e evolução legislativa da seguridade social no Brasil. Princípios da seguridade social. Previdência, saúde e assistência social na Constituição Federal de 1988. Limites e perspectivas da seguridade social no ordenamento jurídico brasileiro. Direitos sociais, proteção ambiental e seguridade: relações (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BALERA, Wagner. **Noções preliminares de direito previdenciário**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin do Brasil, 2012.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social**: custeio da seguridade social, benefícios, acidente do trabalho, assistência social, saúde. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. **Curso de direito da seguridade social**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COMPLEMENTAR:

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito previdenciário**. 9. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de direito previdenciário**. 8. ed. Florianópolis: Conceito, 2007.

OLIVEIRA, Wagner Roberto de. **Prática forense previdenciária**. Leme: J.H. Mizuno, 2005.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário**: regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência social. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

MOTA, Ana Elizabete da. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. 3. ed. São Paulo, SP : Cortez, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Conteúdo do Contrato de Trabalho. Remuneração, Jornada, Repouso Semanal Remunerado, Férias Anuais Remuneradas. Normas Gerais e Tutelares. Direito Coletivo do Trabalho. Organização Sindical. Soluções do Conflito Coletivo. Direito Processual do Trabalho. Justiça do trabalho. Organização. Serviços Auxiliares. Ministério Público junto à Justiça do Trabalho. Jurisdição. Conceito. Jurisdição voluntária. Competência. Modificações da competência. Processo. Procedimento. Atos e Fatos processuais. Prazos processuais. Nulidades. Partes. Litisconsórcio. Assistência. Substituição processual. Intervenção de terceiros. Petição inicial. Defesa do reclamado. Exceções. Reconvenção. Audiência de conciliação e instrução. Prova. Sentença. Requisitos. Coisa julgada. Recursos. Liquidação. Execução. Recurso na execução. Ações especiais. Dissídio coletivo.

A garantia do direito social ao trabalho na perspectiva socioambiental: análise de jurisprudência (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2007.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidação das leis do trabalho**: comentada. 40 . ed. São Paulo: LTr, 2007.

COMPLEMENTAR:

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho**: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **O procedimento sumaríssimo no processo do trabalho**: comentários à lei n. 9.957/2000. 2. ed. São Paulo: LTr, 2000.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das leis do trabalho**: legislação complementar, jurisprudência. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NAHAS, Thereza Christina. **Processo cautelar no processo do trabalho**: manual básico. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Sergio Pinto. **Execução da contribuição previdenciária na Justiça do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA IV – SAJUG/MP/DEFENSORIA/PODERJUDICIÁRIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 105H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Atividade prática de orientação à população carente acerca de seus direitos. Elaboração de ações, atuação em processos em curso, participação em audiências cíveis no âmbito do Direito de Família.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental**: um novo tema nos juízos de família. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 30. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2006.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental**: um novo tema nos juízos de família. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

FIDA, Orlando. **Inventários, arrolamentos e partilhas**: teoria, prática, jurisprudência, legislação. 9. ed. São Paulo, SP : RCN, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2013.

Barros, Fernanda Otoni de. **Do direito ao pai**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO AMBIENTAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Conteúdo dos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Tutela constitucional ambiental. A Política ambiental na sociedade de risco: o problema da participação democrática no acesso e controle da execução do Plano Nacional de Meio Ambiente. O problema do acesso coletivo à justiça. O Direito Penal do meio ambiente. A Administração Pública e o meio ambiente: o efeito legalizador das autorizações administrativas em matéria ambiental. Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental. Dano ambiental: caracterização e possibilidades de reparação.

Principais meios judiciais de proteção socioambiental: (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, Curso de direito ambiental brasileiro / 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

AYALA, Patryck de Araujo., Direito ambiental e sustentabilidade :desafios para a proteção jurídica da sociobiodiversidade. Curitiba: Juruá, 2012.

SIRVINSKAS, Luis Paulo, Manual de direito ambiental . 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

COMPLEMENTAR:

FREITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2010.

MOLINARO, Carlos Alberto, Direito ambiental: proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang Sarlet (organizador). **Estado socioambiental e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

Gomes, Carla Amado. **Direito ambiental**: o ambiente como objeto e os objetos do direito do ambiente. Curitiba: Juruá, 2010.

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental**: sistematizado. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes; LEITE, Jose Rubens Morato (orgs). **Direito constitucional ambiental brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Elaboração e defesa pública do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA:**BÁSICA:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação, referências, elaboração**, Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: Informação e documentação, apresentação de citações em documentos**, Rio de Janeiro, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 4. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR:

ARAÚJO, Cátia Rosana L. de; MARQUES, Dilva Carvalho. Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos: conforme normas da ABNT. 4.ed. Bagé: Universidade Federal do Pampa, 2016.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica**. 7. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.

WARAT, Luis Alberto. **A ciência jurídica e seus dois maridos**. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2000.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Escrevendo e normalizando trabalhos acadêmicos**: um guia metodológico. Florianópolis : Editora da UFSC, 1997.

10º SEMESTRE

NOME DA DISCIPLINA: CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Evolução histórico normativa do controle social. Aspectos conceituais acerca da participação do cidadão na fiscalização da gestão pública e suas relações com a cidadania. Instrumentos de controle social. Ouvidoria. Observatórios Sociais. Conselhos de Direitos. Efetividade dos veículos de controle e cidadania.

Conselhos de Direitos Sociais e Ambientais em nível local (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MESZAROS, Istvan. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. 2. ed. Salvador: Ed. Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2001.

COSTA, Cleia Margarete Macedo da. **As contradições da cidadania na sociedade brasileira**. Santa Maria, 1998.

COMPLEMENTAR:

ZEIFERT, Luiz Paulo. **A exclusão social na Grécia clássica e a postura dos sofistas**: repercussões nos processos emancipatórios contemporâneos. Ijuí: Unijui, 2004.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2008.

OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink; PESSOA, Elisângela Maia (orgs.). **Direitos humanos em perspectiva: análise interdisciplinar**. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2014.

DREWS, Barbara Lavarda. **Conselho Municipal de Saúde de São Borja: um espaço contraditório na efetivação do controle e da participação social**. São Borja, RS: 2010.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Histórico do Direito Empresarial. Instrumental Interpretativo. Fontes, relações e objeto. Princípios do Direito Empresarial. Atos de Comércio e Teoria da Empresa. Atividade Empresarial. Pessoa Jurídica no Direito Privado. Sociedade Empresária. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Empresário Individual. Capacidade. Estabelecimento Empresarial. Atributos e Elementos do Estabelecimento Empresarial. Propriedade Industrial. Componente curricular Jurídica da Concorrência. Responsabilidade Empresarial no Código de Defesa do Consumidor. Títulos de Crédito. A concordata e a Falência, suas Obrigações e deveres. Massa falida. Meios e Plano de Recuperação de Empresas. Procedimento e Processamento da Recuperação de Empresas. O processo falimentar. Intervenção e Liquidação Extrajudicial das Instituições Financeiras. Sociedades Anônimas: natureza e características, constituição, administração, dissolução das S.A. Espécies de ações. As várias transformações que sofrem as sociedades anônimas. Sociedades controladoras. Sociedades Multinacionais. Responsabilidade socioambiental de empresas (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial:** empresa comercial, direito comercial, sociedades empresárias, companhias, registro de empresa, empresa em crise, empresário individual, microempresas, corretores e leiloeiros, fundo de comercio, atos de concentração, concorrência, responsabilidade. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

REQUIAO, Rubens. **Curso de direito comercial**. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de direito comercial:** direito de empresa. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falência e recuperação de empresa**: de acordo com a Lei n. 11.101/2005. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PERIN JUNIOR, Ecio. **Curso de direito falimentar e recuperação de empresas**. 3. ed. São Paulo: Método, 2006.

SIMÃO FILHO, Adalberto; DE LUCCA, Newton (Coords.). **Direito empresarial contemporâneo**. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

LAMY FILHO, Alfredo. **A Lei das S. A.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

BOITEUX, Fernando Netto. **Contratos mercantis**. São Paulo: Dialética, 2001.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Leasing**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DO CONSUMIDOR

CARGA HORÁRIA TOTAL: 30H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Princípios do Direito do Consumidor. Conceitos e divergências acerca das definições de consumidor e fornecedor. Características das relações de consumo. Cláusulas abusivas. Vícios e defeitos de produtos e serviços. Proteção do consumidor em juízo. Tendências contemporâneas acerca da proteção consumerista.

Aspectos socioambientais da proteção ao consumidor no Brasil (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

MARQUES, Claudia Lima. **Comentários ao Código de defesa do consumidor**. 4. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

FILOMENO, Jose Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor**. 11. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2012.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do consumidor em juízo**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, Joao Batista de. **A proteção jurídica do consumidor**. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 5. ed. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2005.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **Responsabilidade por vício do produto ou do serviço**. Brasília: Brasília Jurídica, 1996.

FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direito penal do consumidor**: Código de Defesa do Consumidor e Lei n. 8.137/90. 2. ed. Porto Alegre: Livr. do Advogado, 1999.

NOME DA DISCIPLINA: DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CARGA HORÁRIA TOTAL: 60H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Evolução histórico-normativa da proteção à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a doutrina da proteção integral. Direitos individuais. Redes de atendimento. Ato infracional. Medidas socioeducativas.

Prestações materiais do Estado Socioambiental e repercussões no Direito da Criança e do Adolescente (ponto relativo ao Fórum de Estudos Interdisciplinares em Direito, a ser trabalhado em EC. Tema do quinto ano do bacharelado: Políticas Públicas à luz do Estado Socioambiental).

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

TAVARES, Jose de Farias. **Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2013.

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado**: comentários jurídicos sociais. 8. ed. São Paulo, SP : Malheiros, 2012.

ROSA, Alexandre. **Introdução crítica ao ato infracional**: princípios e garantias constitucionais. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2011.

COMPLEMENTAR:

BOUER, Jairo. **Adolescentes privados de liberdade**: a normativa nacional e internacional & reflexões acerca da responsabilidade penal. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

NAHRA, Clicia Maria Leite; Bragaglia, Monica (orgs). **Conselho tutelar**: gênese, dinâmica e tendências. Canoas: Ed. da ULBRA, 2002.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel**: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil. 21. ed. São Paulo: Ática, 2006.

DIGIÁCOMO, Murillo José; DIGIÁCOMO, Ildeara Amorim. Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado. Curitiba. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2010.

Disponível em:

http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/unidades/promotorias/pdij/Legislacao%20e%20Jurisprudencia/ECA_comentado.pdf. Acesso em: 02 maio 2017.

MULLER, Crisna Maria. Direitos Fundamentais: a proteção integral de crianças e adolescentes no Brasil. Disponível em:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9619. Acesso em 02 maio 2017.

TEOFILO, João Vitor Teofilo Oliveira. Autodeterminação do menor transexual nas decisões sobre o próprio corpo e os limites da autoridade parental. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5048, 27 abr. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/57287>>. Acesso em: 6 maio 2017.

CARVALHO, Fernanda Rodrigues de Brito. Luz, câmera, legislação! De Pixote ao ECA: o que mudou para jovens em situação de risco?. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 4965, 3 fev. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/55502>>. Acesso em: 6 maio 2017.

BRASIL. Congresso. Senado Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente:dispositivos constitucionais pertinentes : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 : legislação correlata : índice temático. Brasília, DF : Senado Federal, 200 -

NOME DA DISCIPLINA: ESTÁGIO DE PRÁTICA JURÍDICA V – SAJUG/MP/DEFENSORIA/PODERJUDICIÁRIO

CARGA HORÁRIA TOTAL: 105H

CARÁTER: Obrigatória

EMENTA: Atividade prática de orientação à população carente acerca de seus direitos. Elaboração de ações, atuação em processos em curso, participação em audiências cíveis no âmbito do Direito de Família.

BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo Código de Processo Civil anotado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família**: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental**: um novo tema nos juízos de família. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

COMPLEMENTAR:

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil**. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro**. 30. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitária, 2006.

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental**: um novo tema nos juízos de família. São Paulo, SP : Cortez, 2010.

FIDA, Orlando. **Inventários, arrolamentos e partilhas**: teoria, prática, jurisprudência, legislação. 9. ed. São Paulo, SP : RCN, 2002.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2013.

BARROS, Fernanda Otoni de. **Do direito ao pai**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

2.3.5 Flexibilização curricular

O que vivenciamos é um modelo defasado em relação à realidade contemporânea. Um modelo de ensino jurídico que pouco se alterou ao longo de sua história, iniciada em 1827, embora inúmeras carências de nossa sociedade tenham suscitado não apenas a elaboração de um novo direito positivado, mas, e principalmente, a formação de um conhecimento jurídico capaz de compreender as angústias da pós-modernidade e profissionais do direito dotados de capacidade crítica, compreensiva e criadora, que converjam pra as experiências jurídico-legislativa e jurídico-jurisdicional formadoras do direito. [...] nunca conhecemos outra realidade que não seja esta: a de cursos que, em vez de formarem profissionais dotados de raciocínio lógico-jurídico e de caráter reflexivo, num ambiente de formação de conhecimento e de investigação, produzem técnicos, burocratas do direito ou, como já referiu Ferreira da Cunha, engenheiros ou gestores do direito, que aprendem, quando muito, a enfadonha técnica de exegese mais elementar de normas positivas do direito (GUIMARÃES, 2010, p. 29-30).

[...] esta figura de profissional do direito, que não consegue ultrapassar a questão lindeira do positivismo jurídico, pouco apto a entender o *lóghos* subjacente a todas as intervenções dos mecanismos jurídicos e a própria ideia do direito integrada por elementos metajurídicos, ao

fim e ao cabo, incapaz de refletir a vida do direito, não mais aplaca muitas carências brotadas da vida social dos tempos atuais (GUIMARÃES, 2010, p. 99).

As palavras de Isaac Sabbá Guimarães inauguram a questão de flexibilização curricular considerando que se entende que, na esteira de tal elemento, é possível realizar a interdisciplinaridade, conectando o acadêmico de Direito com campos distintos do conhecimento, articulação hoje imprescindível para a formação de um profissional reflexivo, dotado de uma formação generalista e humanística, como proposto no presente projeto político pedagógico.

Nesta linha, o PPC propõe uma formação que vá além da compreensão de elementos rotulados como estritamente jurídicos, no intuito de que se compreenda que o Direito, hoje, não se restringe a uma habilidade para aplicação da legislação pátria, mas exige, sobretudo na seara do ensino jurídico, uma concepção que permita a visualização de elementos de outras naturezas, o que se faz necessário para o alcance de respostas ao menos razoáveis diante da complexidade ora vivenciada nas relações sociais, políticas, econômicas, ambientais e jurídicas.

Para atingir tal desiderato, o Curso propõe, desde a sua concepção, atividades de extensão que permitam aos acadêmicos sua inserção na comunidade local, em uma perspectiva de indissociabilidade entre teoria e prática. De igual sorte, em todos os eixos de formação (fundamental, profissional, prática e complementar), já se encontram previstas as interações entre diversos campos do conhecimento, o que se dará, inclusive, com a participação de discentes e docentes de outros cursos da Unidade Acadêmica, como previsto, especificamente, no tocante ao estágio supervisionado a ser desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica (explicitação constante no item 2.3.2 - metodologias de ensino e avaliação).

A perspectiva interdisciplinar também está presente nas próprias ementas de vários componentes curriculares obrigatórios, nos quais o recurso a distintos saberes encontra-se explícita.

Também convém mencionar que esta se trata da concepção inicial, a ser complementada e diversificada no desenvolvimento do curso, dinâmica inerente à graduação. Neste sentido, pontua-se que a interdisciplinaridade e a flexibilização

curricular podem se desenvolver a partir de atividades, projetos de ensino-aprendizagem ou eixos que integrem os componentes curriculares.

Em semelhante trilha, o curso deve promover iniciativas de capacitação prática complementar à teoria, materializadas por visitas técnicas, eventos de capacitação promovidos inter e extracampus, bem como atividades de pesquisa aplicadas em instituições locais.

2.3.6 Educação Ambiental no Bacharelado em Direito

[...] as universidades deixam transparecer que não têm mais compromisso social, procuram atender a um ciclo vicioso do modo de produção, importando somente em formar profissionais para o mercado de trabalho e não cidadãos com uma reflexão crítica capaz de pensar e atuar no mundo em que vivem. A universidade deve contribuir para uma visão articulada e integrada, ou seja, a teoria educativa deve superar as práticas fragmentadas (MARTINS, 2011).

A crítica tecida por Martins inaugura o presente tópico justamente por traduzir problemática recorrente no ensino superior brasileiro, ancorado, muitas vezes, em visões fechadas, disciplinares e especificamente mercadológicas.

O Bacharelado em Direito, ofertado no Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa, busca romper com o paradigma acima descrito, propiciando uma formação geral, humanística e axiológica, que se soma às capacidades técnicas e à postura reflexiva e crítica, requerendo, assim, a inserção nas questões de cunho socioambiental em seu desenvolvimento, com repercussões no perfil do egresso. Neste sentido, o Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC) carrega concepção que exige, na formação do acadêmico, o olhar voltado para a realidade, uma visão alargada, que contemple de forma multifacetada a realidade.

Tal concepção coaduna-se com mandamento contido na Constituição Federal de 1988, cujo artigo 225, VI, determina como incumbência do Poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. De igual sorte, a Lei n. 9.795/1995, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece em seu artigo 3º, II, sua **promoção integrada aos programas educacionais**, efetivação esta presente no Curso de Bacharelado em Direito, seja através da inserção de tal temática em componentes curriculares obrigatórios da matriz, seja por meio das atividades de ensino, pesquisa e

extensão, as quais contemplam questões de caráter ambiental. A educação ambiental perpassa todo o curso, de modo transversal, considerando que, uma vez direcionado (não somente, mas com elevada ênfase) aos direitos humanos e fundamentais como alicerces das políticas públicas, a sustentabilidade ambiental consiste em fator de enfrentamento obrigatório, posto que nenhum projeto que entre na agenda política pode descurar deste aspecto. Assim, restam atendidos os objetivos da educação ambiental, inscritos no art. 5º, da Lei n. 9.795/95:

Art. 5º São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II - a garantia de democratização das informações ambientais;

III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Nesta linha, o Projeto Político-Pedagógico do Curso contempla os objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental, posto que prevê, em seu bojo, uma perspectiva interdisciplinar que permite aos acadêmicos uma visão holística acerca da sociedade e do mercado no qual irão se inserir, com atenção aos fatores atinentes à sustentabilidade. Sobre o ponto, vale referir o entendimento de Silva e Haetinger:

Para o ensino superior, a legislação observa que a temática da Educação Ambiental deve estar referenciada nos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC), **não sendo necessariamente como uma disciplina, mas, para além disso, que sejam proporcionados espaços de debate e atividades práticas, de modo envolvente e interdisciplinar, não ficando apenas na instância teórica, mas aplicar o conhecimento no campo real**, averiguando e aperfeiçoando suas ações e analisando seus resultados (2012, grifo não constante no original).

É justamente nesta perspectiva que o Bacharelado em Direito trabalha a questão ambiental, como referido, ora a inserindo de modo transversal em componentes curriculares, ora enfrentando temas referentes à sustentabilidade em atividades de pesquisa, as quais vão além da perspectiva teórica.

Com efeito, ao longo do PPC do Curso, verifica-se a presença da educação ambiental em vários componentes curriculares, como descrito a seguir:

Quadro 3 - A Educação Ambiental na Matriz Curricular do Curso de Direito

COMPONENTE CURRICULAR	PONTO CONSTANTE NA EMENTA RELACIONADO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL
CIÊNCIA POLÍTICA, ESTADO E CONSTITUCIONALISMO I	Relações entre movimentos sociais, política, Estado e Direito.
FUNDAMENTOS DE FILOSOFIA E ÉTICA	Filosofia e ética no contexto contemporâneo: ética, meio ambiente e desenvolvimento.
FORMAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO BRASIL	Capitalismo e Transformações Contemporâneas.
HISTÓRIA DO DIREITO	A dialética do humano e do jurídico: instituições, desenvolvimento e sustentabilidade.
TEORIA GERAL DO DIREITO II	Direito e Desenvolvimento Socioambiental.
DIREITOS HUMANOS	Direitos humanos e meio ambiente: o fomento ao direitos humanos como pressuposto de desenvolvimento e sustentabilidade.
POLÍTICAS PÚBLICAS	Os planos de desenvolvimento em todos os níveis.
DIREITO ADMINISTRATIVO II	Intervenção na propriedade privada.

DIREITO AMBIENTAL	Conteúdo dos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Tutela constitucional ambiental. A Política ambiental na sociedade de risco: o problema da participação democrática no acesso e controle da execução do Plano Nacional de Meio Ambiente. O problema do acesso coletivo à justiça. O Direito Penal do meio ambiente. A Administração Pública e o meio ambiente: o efeito legalizador das autorizações administrativas em matéria ambiental. Aspectos jurídicos do licenciamento ambiental. Dano ambiental: caracterização e possibilidades de reparação. Principais meios judiciais de proteção ambiental.
CIDADANIA E CONTROLE SOCIAL	Conselhos de Direitos. Efetividade dos veículos de controle e cidadania.

Nesta esteira, a educação ambiental será desenvolvida tanto nos componentes descritos supra, quanto em projetos de ensino, pesquisa e extensão a serem propostos no decorrer do Curso, devendo estes buscar a integração com acadêmicos de outros cursos, em especial, pela temática, com os discentes de Ciências Humanas – Licenciatura, os quais, como futuros professores, necessitam de sólido aporte a respeito da questão.

3. RECURSOS

3.1 CORPO DOCENTE

O perfil desejado dos docentes do Curso de Direito corresponde a um educador com alta titulação e sólida formação acadêmica. Almeja-se um professor que possua domínio e atuação em suas áreas específicas de conhecimento, mas que esteja aberto às exigências da interdisciplinaridade, já explicitadas no presente projeto. De igual sorte, valoriza-se uma postura docente de caráter inovador, devidamente fundamentada.

Quanto ao ponto, menciona-se a política de capacitação da UNIPAMPA. Inicialmente, vale referir que a IES conta com o Núcleo de Desenvolvimento de Pessoal (NUDEPE), constituído em dezembro de 2009 com a finalidade de implantar e

coordenar as ações do Programa de Capacitação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação. O Programa visa ao desenvolvimento do servidor como profissional e cidadão, capacitando-o para as ações de gestão pública e para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da UNIPAMPA.

Especificamente no que concerne aos docentes, a formação continuada é uma das principais ações da política de Pedagogia Universitária. Dessa forma, o Curso de Formação Pedagógica, ofertado anualmente, integra o Projeto de Aperfeiçoamento à Docência (PADS), vinculado ao Programa de Desenvolvimento Docente.

O Curso de Formação Pedagógica também é voltado aos servidores técnicos dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE), pois são parceiros da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da gestão dos campi nas ações de desenvolvimento pedagógico.

O Núcleo de Desenvolvimento Educacional (NuDE) trata-se de um setor vinculado à Coordenação Acadêmica, responsável pela execução da política de assistência estudantil e pelo apoio pedagógico e psicossocial no âmbito do Campus, de forma integrada com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e com o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA). Dentre as atividades do NuDE, encontra-se a assessoria aos docentes do campus na área do desenvolvimento pedagógico educacional, visando à qualidade do trabalho pedagógico de maneira abrangente.

Importa também mencionar que o coordenador de curso conta com assessoria de técnico administrativo, bem como da Coordenação Acadêmica de cada Unidade.

Quanto à composição do corpo docente do Curso de Direito do Campus São Borja, a Unidade Acadêmica conta com professores suficientes para o funcionamento do bacharelado por dois anos, necessitando, após este período, de novas contratações. Sobre o ponto, imprescindível que se mencione que a UNIPAMPA, em função de possuir Curso de Direito em funcionamento desde 2015, no Campus de Santana do Livramento, caso necessário, irá lançar mão do compartilhamento de docentes.

DOCENTES DO CAMPUS SÃO BORJA

Profa. Adriana Hartemink Cantini – Bacharela em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP), Especialista em Formação de Professores para Disciplinas Especiais pela Fundação Educacional de Alegrete, Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela URCAMP, Mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Doutora em Direito pela Universidade de Salamanca (USAL, Espanha).

Profa. Angela Quintanilha Gomes - Graduada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Prof. Edson Romário Monteiro Paniagua - Possui graduação em História pela Universidade da Região da Campanha, URCAMP, (1993). Mestrado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2003). Doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (2013).

Profa. Lisianne Pintos Sabedra Ceolin – Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Prof. Ronaldo Bernardino Colvero - Graduado em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Profa. Andréa Becker Narvaes -Possui graduação em Ciências Sociais, Bacharelado e Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2012).

Profª. Lauren Lacerda Nunes - Licenciada em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) - RS (2008). Mestre em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSM (2010). Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da UFSM (2015).

Prof. Domingos Sávio Campos de Azevedo – Doutor em Ciência Política pela UFRGS (2017). Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela PUCRS (1992), Mestre em Comunicação pela UFRJ (1999) e Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC (2007).

Prof. Daniel Angel Burgueno Etcheverry - Doutor e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição.

Profª. Simone Barros de Oliveira - Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2004), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2007) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009).

DOCENTES DO CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO

Profª. Alessandra Marconatto - Doutora em Direito pela Universidade de León, Espanha (2011), defendendo a tese com o tema "Instrumentos jurídicos de lucha contra la precariedad laboral". Título de doutorado revalidado no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (Capes 5). Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pelotas - UCPEL (2006).

Prof. Alexandre Vicentine Xavier - Pós Doutor em Direito pela Universidade de Córdoba, Doutor em Direito pela Universidade de León, Espanha (2011) e Advogado. Título de doutorado revalidado no Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco (Capes 5). Graduado em Direito pela Universidade católica de Pelotas (UCPEL, 2006).

Profª. Aneline dos Santos Ziemann - Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC com bolsa CAPES/PROSUP (tipo II). Mestra em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, com bolsa CAPES/PROSUP (tipo II).

Mestra em Direitos Humanos pela Universidade do Minho - UMINHO, Portugal. Pós - graduada Lato Sensu (especialização) em Educação em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Graduada em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2009).

Prof. Fernando Pedro Meinero - Doutor em Direito Internacional Privado pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (2005). Graduação em Abogacía pela Universidad Nacional del Litoral (2003), com Revalidação do Título pela Universidade Federal de Pelotas (2011).

Marcelo Mayora Alves - Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Mestre em Ciências Criminais e Especialista em Ciências Penais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUCRS.

Prof. Cristian Ricardo Wittmann - Doutor em Direito na UNISINOS (201 - Conceito 6). Mestre em Direito pela UNISC (2010). Graduado em Direito pela UNISC (2007).

Profa. Daniela Vanila Nakalski Benetti - Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta (1996), Especialista em Direito Público pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1999) Mestre em Integração Latino - Americana pela Universidade Federal de Santa Maria (2002) e Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2007). Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009) com projeto de pesquisa desenvolvido na área de propriedade intelectual, transferência de tecnologia e inovação.

Prof. Rafael Vitória Schmidt - Doutor em Estudos Estratégicos Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS; Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel.

Prof. Rodrigo Alexandre Benetti - Possui graduação em Direito, pós-graduação nível especialização em Direito Público pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ, pós-graduação nível especialização em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas - FGV; Mestrado em Integração Latino - Americana pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

DOCENTE DO CAMPUS JAGUARÃO

Prof. Allan Dutra de Melo – Graduado em Direito (2004). Especialista em Sociologia e Política (2008). Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural (2009). Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural (2014).

3.2 CORPO DISCENTE

A UNIPAMPA possui sólida política de Assistência Estudantil, a qual, por meio de suas ações, visa criar condições para garantir o acesso e a permanência dos estudantes na Instituição, de forma a atender a comunidade universitária multicampi na perspectiva da inclusão social, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, conforme descrito na Resolução n. 84, de 30 de outubro de 2014, do CONSUNI.

As ações dessa política institucional obedecem aos princípios da inclusão social, da isonomia nos processos de seleção, da garantia dos direitos da comunidade discente e da autonomia política nas instâncias consultivas e deliberativas da Universidade.

As finalidades da Assistência Estudantil são: I. inclusão universitária, na perspectiva da igualdade de direitos ao atendimento das demandas dos discentes, proporcionando o acesso de estudantes e a continuidade dos estudos a todos os alunos de graduação, incluindo igualmente os grupos que historicamente estiveram à margem do direito ao Ensino Superior Público; II. democratização das informações sobre o acesso e as finalidades potencializadoras dos planos, programas, projetos, benefícios e ações de assistência estudantil; III. equidade na atenção aos educandos, considerando as especificidades dos programas e da estrutura multicampi da UNIPAMPA; IV.

compromisso de apoio às formas de participação da comunidade universitária e de organização dos educandos, de acordo com o Estatuto da Universidade; V. redução do tempo médio de permanência dos estudantes na graduação, implementando ações que favoreçam a permanência deles na Universidade até a conclusão do Curso.

Os objetivos da Assistência Estudantil consistem em: I. articular o ingresso dos estudantes na Universidade, em articulação com as demais políticas institucionais; II. identificar necessidades e propor planos, programas, projetos e ações de apoio à comunidade universitária, em consonância com as demais políticas institucionais que assegurem aos estudantes os meios necessários para sua permanência e sucesso acadêmico; III. contribuir na redução da evasão e do desempenho acadêmico insatisfatório em razão de condições de vulnerabilidade socioeconômica e/ou dificuldades de aprendizagem.

Quanto aos Programas de Assistência Estudantil, encontram-se os seguintes: I. Plano de Permanência, composto pelos Programas de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, Programa de Moradia Estudantil João de Barro, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio Creche; II. Programa de Desenvolvimento Acadêmico; III. Programa de Apoio à Instalação Estudantil; IV. Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos; V. Programa de Ações Afirmativas; VI. Programa Coração de Estudante; VII. Programa de Apoio à Cultura, ao Esporte e à Formação Complementar; VIII. Programa de Mobilidade Acadêmica.

O Plano de Permanência consiste na concessão de benefícios de assistência básica ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando prevenir a evasão e a retenção dele além do tempo necessário para a conclusão do Curso. Seus beneficiários são os estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, exceto os casos de trancamento total de matrícula, respeitadas as especificidades, modalidades e/ou disponibilidade de benefícios de cada Programa.

O Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa, por sua vez, consiste na concessão de subsídio à alimentação aos estudantes de graduação regularmente matriculados na UNIPAMPA, exceto nos casos de trancamento total da

matrícula, com o objetivo de proporcionar refeições saudáveis, com qualidade e a um preço acessível.

Já o Programa de Moradia Estudantil João de Barro consiste na concessão do benefício de moradia aos estudantes de graduação regularmente matriculados na UNIPAMPA, exceto nos casos de trancamento total da matrícula, desde que provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estão vinculados e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O Programa de Moradia Estudantil João de Barro tem como objetivo geral garantir uma estada digna para os estudantes nos dez campi da UNIPAMPA, oportunizando esforços entre a PRAEC e as Unidades de Ensino, no sentido de acolhimento, autonomia e solidariedade aos alunos.

O Programa de Moradia Estudantil tem as seguintes modalidades: I. Alojamento: vaga temporária em alojamento específico, visando acolher aos estudantes ingressantes que provenham de localidades externas à cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estão vinculados. II. Vaga na Moradia Estudantil João de Barro: tem o objetivo de proporcionar espaço de acolhimento e moradia temporário e gratuito aos acadêmicos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham de municípios externos à cidade-sede do Campus, seja em território nacional ou em área de Fronteira. III. Auxílio-Moradia: repasse de auxílio financeiro que visa contribuir com as despesas de moradia dos acadêmicos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham municípios externos à cidade-sede do Campus, e que não estejam contemplados nas modalidades dos itens I e II.

No Campus São Borja, a moradia estudantil encontra-se em fase de finalização.

Quanto ao Programa de Apoio ao Transporte, trata-se da concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a fim de contribuir com o deslocamento dos estudantes nas atividades acadêmicas, apresentando-se nas seguintes modalidades: I. Auxílio-Transporte: auxílio financeiro para despesas com transporte na realização de atividades acadêmicas aos estudantes que comprovem residir em zona urbana do município sede do Campus onde estejam vinculados, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica. II. Auxílio-

Transporte Rural: auxílio financeiro para despesas com transporte na realização de atividades acadêmicas concedido aos estudantes que comprovem residir na zona rural do município sede do Campus onde estejam vinculados, em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica.

No que se refere ao Programa de Auxílio Creche, cuida-se da concessão de auxílio financeiro aos estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos da rede pública de educação e que possuam filhos em idade até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e (29) vinte e nove dias.

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA), por sua vez, consiste na concessão de bolsas a acadêmicos, previamente selecionados, para realização de atividades de formação acadêmica nas modalidades de ensino, pesquisa e extensão, constitutivas do perfil do egresso da UNIPAMPA, sendo desprovidas de vínculo empregatício. Suas modalidades são as seguintes: I. Iniciação ao Ensino, com as submodalidades Projeto de Ensino e Monitoria; II. Iniciação à Pesquisa; III. Iniciação à Extensão;

No que se refere ao Programa de Apoio à Instalação Estudantil, por meio de tal iniciativa ocorre a concessão de auxílio financeiro aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica onde estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica.

A UNIPAMPA também conta com o Programa de Apoio à Participação em Eventos, que tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação em eventos presenciais acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e de formação complementar, com o objetivo de contribuir no desempenho acadêmico e na formação integral dos estudantes, em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

No tocante ao Programa de Ações Afirmativas, a finalidade centra-se em combater no ambiente universitário as desigualdades e as discriminações étnicas, raciais, sociais, as discriminações em razão da deficiência e outras historicamente enraizadas na sociedade e contribuir na institucionalização da Política Nacional de

Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o objetivo de garantir o pleno acesso à educação superior em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

Cabe referir, também, o Programa de Saúde Coração de Estudante: Saúde e Cultura, o qual tem como finalidade planejar, coordenar e executar ações de promoção e prevenção da saúde dos universitários em seus múltiplos aspectos, de acordo com os princípios e as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), bem como ações e práticas culturais.

A UNIPAMPA conta, ainda, com o Programa de Apoio ao Esporte, ao Lazer e à Formação Complementar, o qual tem por objetivo promover ações integradoras e interculturais com a comunidade universitária, visando incentivar vida saudável aos universitários, de acordo com as ações previstas no PNAES.

Os estudantes também contam com o Programa de Apoio à Mobilidade Acadêmica, que consiste na concessão de auxílio financeiro aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, exceto em casos de trancamento total de matrícula, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, aprovados em processo de mobilidade acadêmica em instituição de Ensino Superior e que não tenham sido contemplados com bolsas e/ou auxílios nos editais para os quais estejam selecionados.

Imprescindível referir o papel do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade – NInA, que constitui órgão de natureza institucional, vinculado ao Gabinete da Reitoria da Universidade Federal do Pampa. O NInA é o setor responsável pela articulação de ações visando contribuir com a definição, desenvolvimento e implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA.

A atuação do NInA está voltada para os alunos que apresentam: deficiência na(s) área(s) auditiva, visual, física, intelectual e/ou múltipla; transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e dificuldades específicas de aprendizagem que requeiram Atendimento Educacional Especializado. As ações são desenvolvidas baseando-se nos princípios da colaboração, intersetorialidade e

multiprofissionalidade das equipes, alcançando de modo ramificado todas as unidades universitárias (campus) e setores da Reitoria e Pró-Reitorias.

Para tanto, além do grupo de servidores próprios do NInA/Reitoria, o Núcleo conta com uma rede de servidores (Interfaces NInA) nos dez campi. Em cada Campus, os Núcleos de Desenvolvimento Educacional, por meio de suas equipes de trabalho, desenvolvem ações destinadas à inclusão e acessibilidade de alunos e servidores.

Especificamente no Campus São Borja, os recursos de acessibilidade são os seguintes: 1 Impressora braile Juliet Pro; 1 Impressora laser HP M1120 MFP; 2 Netbooks; 8 Mesas acessíveis para cadeiras de rodas; 1 Teclado numérico; 2 Gravadores digitais; 1 Lupa eletrônica ALLADIN; 6 Cadeiras para obesos; 2 Licenças do software leitor de telas Jaws; 1 Scanner “ledor”; Software boardmaker.

3.3 INFRAESTRUTURA

A unidade acadêmica de São Borja conta com quatro prédios, além de Restaurante Universitário e Casa do Estudante, esta última ainda não inaugurada. O quadro a seguir ilustra tal estrutura:

Quadro 4 - Espaço físico do Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa – Imóveis próprios

	2014	2015	2016
Terreno I	26000	26000	26000
Terreno II	492.613,58	492.613,58	492.613,58
Área Construída	4907,19	4907,19	6.482

Fonte: Setor de infra e obras Campus São Borja

Importante frisar que a Unidade Acadêmica não possui nenhum espaço alugado, como demonstrado no quadro infra:

Quadro 5 - Espaço físico do Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa – imóveis cedidos/alugados

Tipo	Nº de imóveis			Área total (m²)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Sala	0	0		0	0	0
Prédio	0	0		0	0	0
Outros (especificar)	0	0		0	0	0
Total	0	0		0	0	0

Fonte: Setor de infra e obras Campus São Borja

No chamado Campus I (distante do Campus II apenas um quarteirão), estão localizadas as salas de aula, os laboratórios de informática, edição, fotografia, rádio e TV, as coordenações de graduação e de pós-graduação, bem como a Biblioteca (planta em anexo).

Neste campus (I), o Curso de Direito contará, inicialmente, com duas salas de aula, quais sejam, as de números 2309 e 2312, cada uma com metragem de sessenta metros quadrados e capacidade para 50 acadêmicos por turno, com o mesmo número de carteiras escolares. Ambas as salas são equipadas com datashow, lousa branca e dispõem de ar condicionado split.

No que pertine à acessibilidade, o prédio é dotado de elevadores, acesso adequado para deficientes visuais e cadeiras especiais para alunos/docentes/técnicos com sobrepeso.

A Sala de Informática (2101), dotada de 12 computadores com acesso à internet, é de uso comum de toda a comunidade acadêmica.

Quanto às salas de professores, estão localizadas no Prédio Administrativo (Campus II), inaugurado em novembro de 2015. Há gabinetes para cada quatro

docentes, cada um com espaço de 32 metros quadrados, mesas amplas individuais, computador, acesso à internet e armários para a guarda de materiais dos professores.

Também no prédio administrativo, localiza-se o Auditório, com capacidade para sediar eventos e demais atividades do curso, tais como o júri simulado. O auditório tem capacidade para 70 pessoas.

O Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) está localizado na sala 2303, cuja dimensão é de 53,74 m², sendo climatizada com split, contando com acomodações para até 8 estações de trabalho com 8 computadores.

É no Núcleo de Prática Jurídica que serão desenvolvidas várias das práticas previstas na matriz curricular, dentre elas o Serviço de Assistência Jurídica Gratuita (SAJUG).

Quanto à Biblioteca do Campus São Borja (localizada no Campus I), possui como espaço físico uma área de 240m², contando com 7 Computadores: 2 computadores para processamento técnico; 3 computadores para empréstimo e referência; 2 computadores para acesso a base de dados.

Dados gerais (nº de livros, de periódicos e áreas nas quais eles se concentram):

ACERVO DA UNIPAMPA CAMPUS SÃO BORJA (2015): Total de Livros - CIÊNCIAS HUMANAS (TOTAL DE TÍTULOS 3.342; TOTAL DE EXEMPLARES 18.629); - CIÊNCIAS DA SAÚDE (65; 252); CIÊNCIAS AGRÁRIAS (9; 35); CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (2.892; 12.485); LINGÜÍSTICA, LETRAS E ARTES (1.679; 4.668); CIÊNCIAS EXATAS (83; 479); CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (56; 269); GESTÃO AMBIENTAL; (3; 6); ENGENHARIAS 10; 24; OUTROS (174; 776) TOTAL (8.401; 37.907)

Total de Periódicos

ÁREAS DO CONHECIMENTO (TOTAL DE TÍTULOS; TOTAL DE EXEMPLARES) CIÊNCIAS HUMANAS (9; 9); CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (20; 20); LINGÜÍSTICA LETRAS E ARTES (2; 2); ENGENHARIAS(1; 1); TOTAL (32; 32).

O NÚMERO TOTAL DE TÍTULOS NA ÁREA DO DIREITO É DE 8779, CONTANDO COM 39.292 EXEMPLARES (LISTAGEM COMPLETA EM ANEXO).

A biblioteca do Campus São Borja da UNIPAMPA é a que possui o segundo maior acervo dentre os dez campi da Instituição (7.721 títulos e 29.135 exemplares), contando com número superior de títulos e exemplares se comparada a de outros *campi* que tiveram seus mestrados (tanto na modalidade acadêmica quanto profissional) aprovados pela CAPES (Mestrado Profissional em Educação, Campus Jaguarão; Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica, Campus Alegrete; Mestrado em Tecnologia Mineral, Campus Caçapava do Sul; Mestrado em Ciências Biológicas, Campus São Gabriel; Mestrado em Bioquímica, Mestrado em Ciência Animal e Mestrado em Ciências Farmacêuticas, Campus Uruguaiana).

Ademais, cumpre assinalar que a UNIPAMPA possui acervo total de 39.760 títulos e 188.062 exemplares, informação que se destaca pois a Instituição conta com o EEB, Empréstimo entre Bibliotecas, serviço que permite o empréstimo de livros entre as bibliotecas dos dez campi. Logo, os graduandos terão pleno acesso ao acervo integral.

Reitera-se que esta caracterização não inclui o acervo de outros campus da Universidade Federal do Pampa, que conforme for a necessidade podem ser migrados para o campus. O acervo da biblioteca do Campus de São Borja é composto por livros, periódicos e multimídias (CD, CD-ROM, DVD). Tais dados podem ser consultados por meio do Sistema de Bibliotecas da UNIPAMPA (<http://porteiras.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/sisbi/>), com possibilidade de verificação clara do acervo através do link <http://bibweb.UNIPAMPA.edu.br/>. Além disso, acompanha este PPC listagem das obras referidas nas ementas das disciplinas, chancelada pela Bibliotecária do Campus São Borja.

4. AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação institucional

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, constituída nos termos da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, tem as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

Considerando suas características *multicampi*, a CPA/UNIPAMPA é constituída por:

- I – Comitês Locais de Avaliação (CLA) em cada Campus da UNIPAMPA;
- II – Comissão Central de Avaliação (CCA/UNIPAMPA).

Os Comitês Locais de Avaliação (CLA) são compostos, em cada Campus, por:

- 1 representante do corpo docente;
- 1 representante do corpo técnico-administrativo em educação;
- 1 representante discente;
- 1 representante da sociedade civil.

São atribuições dos Comitês Locais de Avaliação:

- I. sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo Campus para os processos de avaliação institucional;
- II. desenvolver o processo de autoavaliação no Campus, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Central de Avaliação;
- III. organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades;
- IV. sistematizar e prestar as informações solicitadas pela Comissão Central de Avaliação.

A Comissão Central de Avaliação (CCA) é composta por:

- 5 servidores docentes;
- 5 servidores técnico-administrativos em educação;
- 5 discentes;
- 3 representantes da sociedade civil;
- 1 representante da Comissão Superior de Ensino;
- 1 representante da Comissão Superior de Pesquisa;
- 1 representante da Comissão Superior de Extensão;
- o(a) Coordenador(a) de Avaliação da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação.

São atribuições da CCA/UNIPAMPA:

- I. elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional em articulação com a comunidade acadêmica, com a Administração e com os conselhos superiores;
- II. promover a cultura avaliativa no âmbito institucional, de acordo com o Projeto Institucional, o Estatuto, o Regimento Geral e os demais documentos oficiais da Instituição;
- III. coordenar os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação;
- IV. acompanhar e orientar o processo de avaliação nas unidades acadêmicas e administrativas;
- V. desenvolver estudos e análises e elaborar proposições com vistas a aperfeiçoar o Projeto de Avaliação Institucional, apresentando-as à Administração e ao Conselho Universitário;
- VI. elaborar e apresentar, de forma sistemática, relatórios sobre os resultados da avaliação;
- VII. prestar as informações solicitadas pelo Ministério da Educação;
- VIII. prestar as informações solicitadas pela Administração e os conselhos superiores com a finalidade de colaborar com o Planejamento Institucional, bem como com a comunidade em geral;
- IX. Propor ao CONSUNI as alterações neste Regimento que vierem a ser deliberadas pela maioria absoluta de seus membros.

DIMENSÕES SINAES	DIMENSÕES UNIPAMPA
I. A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).	○ Gestão.
II. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	○ Ensino de Graduação; ○ Ensino de Pós-Graduação; ○ Pesquisa; ○ Extensão.

III. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	○ Ensino de Graduação; ○ Ensino de Pós-Graduação; ○ Pesquisa; ○ Extensão; ○ Assistência Estudantil; ○ Infraestrutura.
IV. A comunicação com a sociedade.	○ Gestão.
V - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.	○ Gestão.
VI. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.	○ Gestão.
VII. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	○ Infraestrutura.
VIII. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.	○ Gestão.
IX. Políticas de atendimento aos estudantes.	○ Assistência Estudantil.
X. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	○ Gestão.

Figura 1 – Definição das dimensões de avaliação da UNIPAMPA e sua referência junto ao SINAES

4.2 Autoavaliação do Curso

O trabalho de autoavaliação do curso de Direito, a exemplo dos demais cursos do Campus São Borja, dar-se-á pela reunião da Comissão de Curso e Núcleo Docente Estruturante, responsáveis pela implementação do projetos pedagógico, para analisar o estado das coisas frente aos indicadores que constam no formulário do INEP para processos de reconhecimento de cursos. Tal trabalho conta com a orientação dos avaliadores do INEP da instituição, que participaram no intuito de esclarecer dúvidas sobre os indicadores de forma específica e sobre os processos de avaliação de maneira geral. O resultado do trabalho foi um panorama geral dos cursos de graduação da UNIPAMPA, no que diz respeito a esses indicadores.

A busca da excelência na qualidade dos processos, em todos os contextos nos quais acontecem, depende fundamentalmente de um levantamento correto dos problemas, do planejamento das ações, da execução e do acompanhamento daquilo que foi planejado. Em qualquer uma das fases, a informação é um requisito essencial, sem a qual as chances de sucesso da proposta tendem a esgotarem-se.

É necessário, no entanto, que haja um mínimo de conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento do curso, o que sugere atividades que se poderia chamar de pré-aprendizado, considerando-se como tais a) o conhecimento do Projeto do Curso, objetivos e perfil do egresso, b) a apresentação da ementa do componente curricular aos alunos no início do semestre, c) a apresentação dos objetivos, conteúdo, metodologia, instrumentos e critérios de avaliação, bem como referência a ser usada também no início do semestre; e d) a preparação do aluno anterior ao início do componente curricular.

Nesse sentido, o Curso de Direito também pretende utilizar o resultado do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes, para avaliar o rendimento dos alunos ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos do curso os quais embasam a formação desejada. Ainda não houve a oportunidade de participação no exame, porém, assim que houver, o resultado será utilizado para as reflexões do Curso.

A avaliação institucional integra, portanto, o Projeto Institucional e destina-se a acompanhá-lo, descobrindo avanços, dificuldades e potencialidades no decorrer do tempo, permitindo a contínua adequação às responsabilidades da instituição. No Campus São Borja, semestralmente (fim de cada semestre) é aplicada a autoavaliação de curso. A mesma consiste em um instrumento de pesquisa disponibilizado aos

estudantes no laboratório de informática. Essa investigação refere-se à avaliação dos componentes curriculares ministradas no período, bem como a postura individual de cada docente. Além disso, o estudante tem a oportunidade de avaliar o Curso, o Coordenador e alguns setores do campus (direção, coordenação acadêmica). Há uma questão aberta em que o aluno poderá expor suas críticas e sugestões. Nestes termos, esse trabalho colabora para a gestão do Curso de Direito e para a reflexão dos profissionais que atuam no mesmo, buscando sempre a melhoria e a qualidade da educação oferecida. Os dados coletados na pesquisa subsidiam reuniões pedagógicas no campus.

Referente às evasões que ocorrem, é realizado levantamento dos evadidos no Curso e enviado a eles, por e-mail, formulário de pesquisa “Formulário de controle de evasão”. Os dados coletados informam à Gestão dos cursos dos campi os motivos que levaram o discente a desistir da vaga que ocupavam no Curso. A partir desse estudo, tem-se o panorama de perfil dos evadidos, modalidade de evasão (reopção, abandono, transferência), bem como o levantamento da influência de aspectos internos e externos da universidade nas causas da evasão. Além disso, o evadido tem a oportunidade de responder questões abertas referente ao que esperava do Curso, dar sugestões, responder se estudaria novamente na instituição e por que, enfim, esclarecer as causas de sua saída do Curso. Com estes dados a Coordenação poderá autoavaliar o trabalho do Curso e realizar modificações e reflexões junto à comunidade acadêmica, caso seja necessário.

As atividades didático-pedagógicas são planejadas e avaliadas mensalmente em reuniões convocadas para tal fim. Para estas reuniões são convocados, além dos docentes pertencentes à Comissão de Curso e ao NDE, representantes Técnicos Administrativos em Educação e discentes, ocasião em que as políticas e práticas, após debate, são criticadas, revistas e, se for o caso, modificadas. Além destes aspectos, há iniciativas voltadas para um aperfeiçoamento constante no processo avaliativo, principalmente pelo fato de que a Comissão Própria de Avaliação (CPA) mantém constante diálogo com a Coordenação do Curso, o que sugere um acompanhamento ininterrupto do processo como um todo, procurando-se, inclusive, desde já, uma busca de propostas visando acompanhar os egressos. A avaliação, portanto, aliada ao planejamento, se constitui neste contexto, condição *sine qua non* para a excelência acadêmica buscada pelo Curso de Direito da UNIPAMPA.

4.3 Acompanhamento de egressos

Os egressos serão acompanhados por meio de questionários que possibilitem conhecer suas áreas de atuação, as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, entre outros.

Há que se referir, neste ponto, o Programa de Acompanhamento de Egressos (PAE), que visa conhecer a atuação profissional dos egressos, diagnosticar necessidades formativas que possam ampliar as possibilidades dessa atuação e qualificar o ensino de graduação.

Além disso, o programa intenta a manutenção da relação de proximidade com o egresso da instituição, entendendo-o como parte da sua história, em uma relação de solidariedade e responsabilidade para com o aluno formado pela UNIPAMPA.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Habilidades**: ensino jurídico e contemporaneidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. Disponível em: <<https://xa.yimg.com/kq/groups/24705744/162464026/name/10.ENSINAR+APRENDE+R-+LEA+DAS+GRA%C3%87AS+ANASTASIOU.doc>>. Acesso em 20 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta Preliminar de Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/acs_pampa.pdf., Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. UFP. Universidade Federal do Pampa. Edição de Reinaldo Jardim. s/d. 26 p.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Faixa de Fronteira. Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça. Bases para uma Proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira. Brasília: Kako Editora, 2010.

CARNEIRO, Maria Francisca. **Pesquisa jurídica na complexidade e transdisciplinaridade**. Temas transversais. Interfaces. Glossário. 4.ed. Curitiba, Juruá Editora, 2015.

COLVERO, Ronaldo B. **Negócios na Madrugada**: O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF, 2004.

DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão e dominação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GUIMARÃES, Isaac Sabbá. **Metodologia do Ensino Jurídico**: aproximação ao método e à formação do conhecimento jurídico. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2010.

GUINDANI, Evandro; KOGA, Yáscara M; NASCIMENTO, Sandro Ben Hur Gonçalves do. **A educação frente à realidade socioeconômica: assimetrias entre a fronteira e região central do estado do Rio Grande do Sul**. III Seminário Internacional de Ciências Sociais-Ciência Política - Buscando o Sul: política, sociedade, educação e suas fronteiras. Universidade Federal do Pampa. São Borja. Anais do Evento. 2014. Disponível em: <<http://cursos.UNIPAMPA.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/artigo-sobre-fronteira.pdf>>. Acesso em 20 maio 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da educação superior 2012: resumo técnico. – Brasília : Inep, 2014. 133 p. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf p. 77>. Acesso em: 14 jul. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da Educação Superior 2014: resumo técnico. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2014/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em 21 abr. 2017.

MARQUES, Claudia Lima; MIRAGEM, Bruno. **O novo Direito Privado e a proteção dos vulneráveis**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

MARTINS, Leidiane Maria S. M. Educação Ambiental - uma perspectiva transdisciplinar no ensino superior. II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade UFG / IESA / NUPEAT - Goiânia, maio de 2011.

PINTO, Muriel. As micro-identidades da Região das Missões Jesuítica-guarani através da interpretação das paisagens culturais: uma dialética com as reflexões de Guy Di Méo. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 24 (2012), p. 124-150.

SARLET, Ingo Wolfgang. FENSTERSEIFER, Tiago. Estado Socioambiental e mínimo existencial (ecológico?): algumas aproximações. In: SARLET, Ingo Wolfgang. **Estado socioambiental e direitos fundamentais** (org). Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010. p. 11-38.

SILVA, Andrea da; HAETINGER, Claus. Educação Ambiental no ensino superior: o conhecimento a favor da qualidade de vida e da conscientização socioambiental. REVISTA CONTEXTO & SAÚDE IJUÍ EDITORA UNIJUÍ v. 12 n. 23 jul./dez. 2012.

SOUSA FILHO, Alípio de. O ideal de universidade e de sua missão. In: MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira (orgs). **Universidade e mundo do trabalho**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 3) p. 173-186.

UNIPAMPA. Dados Gerais. Jun. 2015. Disponível em: <http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/acs/files/2015/06/Universidade-Federal-do-Pampa-informa%C3%A7%C3%B5es-gerais-JUNHO-2015.pdf>. Acesso em 05 out. 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Resolução n. 71, de 27 de fevereiro de 2014. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2014-2018). Disponível em: http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf. Acesso em: 28 abr. 2015.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Educação básica e ensino superior:** projeto político-pedagógico. Campinas: Papirus, 2004.

ANEXOS

- 1. Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica**
- 2. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso**
- 3. Plantas relativas aos espaços destinados ao Curso de Direito (salas de aula e salas do Núcleo de Prática Jurídica)**
- 4. Listagem do acervo disponível na Biblioteca do Campus São Borja**

1. Regulamento do Núcleo de Prática Jurídica

Regulamentação do Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da UNIPAMPA

Art. 1º - Fica criado o Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), órgão encarregado de coordenar e supervisionar a realização do estágio curricular, extracurricular e outras atividades práticas que devem ser cumpridas pelos alunos do curso de Direito, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Direito e a Lei 8906/94, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo Único – O Núcleo de Prática Jurídica deverá absorver a estrutura material, funcional e pedagógica da Assistência Judiciária, tudo de modo a assegurar a continuidade de seus serviços, evitando também qualquer interrupção na formação prática que tem sido ministrada aos alunos do curso de Direito.

Art. 2º – As atividades de estágio realizadas no âmbito do Núcleo de Prática Jurídica serão essencialmente práticas, devendo proporcionar aos alunos a participação direta, de forma simulada ou real, em situações próprias das variadas rotinas vivenciadas nas diversas profissões jurídicas e com estrita observância das normas procedimentais peculiares aplicáveis a cada tipo de atividade desenvolvida, sempre numa perspectiva crítica que possa contribuir para o aprimoramento e aperfeiçoamento dessas mesmas rotinas.

Capítulo I - Do Núcleo de Prática Jurídica

Art. 3º - O Núcleo de Prática Jurídica é formado pelo conjunto dos professores do curso de Direito da UNIPAMPA.

Art. 4º - Compete ao Núcleo de Prática Jurídica: a) fomentar as modalidades de estágio do curso de graduação em Direito, capacitando o aluno para o exercício prático das diversas profissões jurídicas; b) buscar a permanência do serviço de assistência jurídica gratuita à população carente, assim definida por lei, propiciando aos alunos maior conscientização sobre a função social inerente ao exercício das profissões jurídicas; c) propiciar o devido apoio aos professores das componentes curriculares profissionalizantes do curso, para o desenvolvimento das práticas específicas; d) incentivar a participação de todos os professores do Curso de Direito, para colaborar na realização das atividades típicas do estágio de prática jurídica; e, e) manifestar-se sobre eventuais alterações ao presente Regulamento.

Art.5º - O Núcleo de Prática Jurídica será composto por um coordenador, indicado pelo Coordenador do Curso de Direito da UNIPAMPA, com mandato de 2 anos, permitida a reeleição e após ser aprovado pelo Comissão de Curso.

Art. 6º - O Coordenador do NPJ será obrigatoriamente professor integrantes do corpo docente do Curso de Direito da UNIPAMPA.

Art. 7º - Ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica compete velar pelo fiel cumprimento, e promover a efetiva execução, de todas as atribuições referidas no art. 4º, e, ainda:

I. propor ao Coordenador do Curso, ouvidos os demais professores, quaisquer alterações ao presente Regulamento, para encaminhamento à Comissão de Curso;

II. cumprir e fazer cumprir este Regulamento.

Art. 8º - O Núcleo de Prática Jurídica, através da Assistência Judiciária, tendo em vista a demanda de atendimento à população carente, concentrará prioritariamente suas atividades de prática jurídica real, nas seguintes áreas: 1) Direito de Família; 2) Direito Civil.

Art. 9º - As práticas nas áreas referidas no artigo anterior poderão ser desdobradas nas seguintes modalidades:

- I) atividades típicas da assistência jurídica e prática forense, no campo da advocacia;
- II) visitas orientadas;
- III) audiências reais e simuladas;
- IV) júri simulado;
- V) técnicas de negociação e conciliação;
- VI) atividades em juizados especiais cíveis e criminais;
- VII) atividades de arbitragem e mediação;
- VIII) atividade de assessoramento às empresas júnior da Unidade Acadêmica, quando demandado.

Art. 10 – O Núcleo de Prática Jurídica se encarregará de proporcionar aos estagiários, através de estudos de casos reais, inclusive com análise de autos findos, visitas orientadas, seminários e trabalhos de pesquisa e atividades práticas simuladas, a necessária complementação nas práticas processuais e não processuais, inclusive quando referentes às demais matérias constantes do currículo pleno do curso de Direito, além daquelas previstas no Art. 8º deste Regulamento, bem como o exercício de outras atividades típicas que fazem parte da rotina das demais profissões jurídicas, além da advocacia privada.

Parágrafo Único – As atividades de pesquisa deverão permear todo processo de formação prático-profissional, despertando a consciência crítica do aluno para que possa compreender a complexidade e as mutações inerentes à realidade jurídica.

Art. 11 - A Coordenação do Curso de Direito é órgão de controle e registro das atividades do NPJ.

Art. 12 - Compete ao Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica dirimir dúvidas referentes à interpretação deste Regulamento e suprir eventuais lacunas, expedindo os atos complementares necessários, que deverão aprovados pela Comissão do Curso de Direito.

Capítulo II - Do estágio curricular

Art. 13 - O estágio curricular obrigatório, é distribuído em, no mínimo, 480 horas/aula, conforme estabelecido no currículo do Curso de Direito, compreendendo as seguintes componentes curriculares:

§ 1º - As componentes curriculares envolvem necessariamente práticas reais e/ou simuladas, através da redação de petições iniciais, contestações, sentenças, recursos, acórdãos, pareceres e petições no sentido genérico do termo e, também, através da realização de audiências simuladas, onde os alunos participarão efetivamente como advogados, agentes do Ministério Público, magistrados e partes e através da prática real ou não, bem como obrigam o comparecimento a audiências, sessões de julgamentos e visitas a órgãos e serviços específicos que lidem com a prática jurídica ou, análise de processos judiciais findos, de cujas atividades serão exigidos do aluno comprovantes e relatórios.

§ 2º - O comparecimento a que se refere o § 1º anterior deverá obedecer ao turno e aos horários em que são efetivamente realizadas as audiências, as sessões de julgamento, ou oferecidas as visitas a órgãos e serviços específicos que lidam com a prática jurídica.

Art. 14 – O total de 480 horas/aula ou atividades será computado da seguinte maneira:

§ 1º - Duzentas e setenta horas serão cumpridas em Estágio de Prática Jurídica I, II e III, no sexto, no sétimo e no oitavo semestre, respectivamente;

§ 2º - Duzentas e dez horas serão cumpridas relativamente às componentes curriculares de Estágio de Prática Jurídica IV e V, no nono e décimo semestres.

Art. 15. Casos omissos serão decididos pela Comissão do Curso de Direito.

2. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso de Direito da UNIPAMPA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O presente regulamento visa normatizar as atividades relacionadas a Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Graduação - Bacharelado em Direito da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Art. 2º - O TCC consiste em um componente curricular obrigatório a ser realizado na forma de Monografia, ou seja, trabalho de pesquisa individual, sob orientação docente, envolvendo temas de abrangência da área de Direito.

Art. 3º - Os objetivos gerais da Monografia são os de propiciar aos alunos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação crítica na área de Direito.

CAPÍTULO II

DOS PRÉ-REQUISITOS DAS COMPONENTES CURRICULARES DE TCC I (PROJETO DE TRABALHO DE CURSO) e TCC II (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO)

Art. 4º – Poderá matricular-se na componente curricular de TCC I (Projeto de Trabalho de Curso) o aluno que tiver concluído a carga horária de 1.600 horas da estrutura curricular de Direito.

§1º – O não cumprimento desse requisito constitui motivo para cancelamento da matrícula na respectiva componente curricular.

§2º A aprovação no componente curricular de TCC I (Projeto de Trabalho de Curso) constitui-se em pré-requisito para cursar a componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Art. 5º – A matrícula no componente curricular de Trabalho de Curso II atribui ao aluno o direito de escrever e defender seu trabalho, conforme calendário estabelecido semestralmente pelo Professor do componente curricular.

CAPÍTULO III

DO PROJETO DE TRABALHO DE CURSO – TCC I

Art. 6º - O objetivo do componente curricular é elaborar um projeto de pesquisa voltado para o estudo de uma problemática relacionada ao Direito e/ou ciências sociais aplicadas desde que devidamente justificada a relação com o curso de graduação.

Parágrafo único – O componente curricular TCC I será ofertado presencialmente, com carga de 60 horas-aula, sempre sob a responsabilidade de um professor de Direito. A escolha do professor orientador do TCC ocorrerá a partir de uma lista tríplice de conjugação tema-professor (1ª opção, 2ª opção e 3ª opção). O Coordenador do curso, junto com o provável orientador e o professor de TCC I definirão quais as orientações.

Art. 7º - O aluno deve elaborar seu Projeto de Trabalho de Conclusão de acordo com este Regulamento e com as recomendações do seu docente orientador, apresentando-o juntamente com o cronograma de execução.

Parágrafo único. A estrutura formal do Projeto deve seguir os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT sobre documentação.

Art. 8º - A estrutura básica do Projeto de Trabalho de Conclusão compõe-se de:

I – Sumário;

II - Apresentação (título, autor, orientador, previsão de duração da pesquisa);

III - Objeto (tema, delimitação do tema, formulação do problema, definições de hipóteses);

IV - Justificativa;

V - Objetivos: Gerais e Específicos;

VI - Embasamento Teórico;

VII - Metodologia (método de abordagem e procedimento);

VIII - Estrutura da Monografia (Sumário Provisório)

IX - Cronograma de Atividades;

X - Bibliografia.

Art. 9º - O Projeto de Trabalho de Conclusão do Curso deve ser entregue ao Professor de TCC I, assinado pelo orientando e pelo orientador responsável, com no mínimo 15 (quinze) dias úteis de antecedência ao término do semestre letivo, para conhecimento e controle da Secretaria da Coordenação do Curso.

Art. 10 - A mudança de tema só será permitida mediante a elaboração de um novo Projeto e preenchimento dos seguintes requisitos:

I - ocorrer a mudança dentro de um prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis, contados da data de início do período letivo;

II - haver a aprovação do docente orientador;

III - existir a concordância do docente orientador em continuar com a orientação, ou a concordância expressa de outro docente em substituí-lo;

Parágrafo único. Pequenas mudanças que não comprometam as linhas básicas do Projeto são permitidas a qualquer tempo, desde que com anuência do orientador.

Art. 11º - A avaliação do TCC I será dada pelo professor da componente curricular e pelo professor orientador, em média de zero a dez, sendo (6,0) seis a nota mínima para aprovação.

Parágrafo único – O professor da componente curricular de TCC I poderá elaborar uma ficha de avaliação contendo os requisitos constantes da avaliação.

CAPÍTULO IV

DA DISCIPLINA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO II

Art. 12 - O Trabalho de Conclusão de Curso deve ser elaborado considerando-se:

I - na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas da ABNT.

II - no seu conteúdo, as finalidades estabelecidas no artigo 6º deste Regulamento e a vinculação direta do seu tema com um dos ramos do conhecimento na área de Direito.

Art. 13 – Para a matrícula na componente curricular de Trabalho de Curso II o aluno deverá ter obtido aprovação na componente curricular de TCC I - Projeto de Trabalho de Curso.

Art. 14 – Ao iniciar a componente curricular Trabalho de Curso II o aluno fará contato prévio com o professor orientador, devendo assinar o Termo de Compromisso de orientação.

Art. 15 – O aluno deverá entregar a primeira versão completa do Trabalho de Curso ao professor orientador até 4 semanas antes do prazo fixado no calendário escolar da UNIPAMPA para o término do respectivo semestre.

Parágrafo primeiro – O professor orientador terá o prazo de uma semana, a partir do recebimento da mesma, para avaliar a primeira versão do Trabalho de Curso e fazer observações e sugestões pertinentes ao conteúdo e forma para serem incluídas na versão definitiva.

Parágrafo segundo – O aluno deverá entregar ao professor da componente curricular 3 cópias encadernadas em espiral da versão definitiva do Trabalho de Curso e versão digital até o último dia fixado pela Coordenação da componente curricular, dentro do Calendário Acadêmico. A entrega deverá ser acompanhada de uma carta padrão com a expressão “apto para a defesa”.

Art. 16 - A estrutura da TCC em formato de Monografia compõe-se de:

I – Capa;

- II - Folha de rosto;
- III - Termo ou folha de aprovação ;
- IV – Dedicatória;
- V – Agradecimentos;
- VI – Epígrafe;
- VII - Lista de ilustrações (quando for o caso);
- VIII - Lista de tabelas (quando for o caso);
- IX - Lista de abreviaturas ou siglas (quando for o caso);
- X - Lista de símbolos (quando for o caso);
- XI - Sumário;
- XII - Introdução;
- XIII - Desenvolvimento do trabalho (capítulos);
- XIV - Conclusão;
- XV - Referências bibliográficas;
- XVI - Glossário (quando for o caso);
- XVII - Apêndices (quando for o caso);
- XVIII - Anexos (quando for o caso);
- XIX Índices (quando for o caso);
- XX - Capa final.

§ 1º – O Trabalho de Curso deve ter no máximo 80 (oitenta) páginas de texto escrito, dentro das normas da ABNT.

§ 2º – O Trabalho de Curso que extrapolar o limite máximo estabelecido no parágrafo anterior, para a apresentação, deve obter a aprovação da Coordenação da componente curricular, ouvido antes o professor orientador.

Art. 17 – O sistema de verificação do rendimento acadêmico do aluno da componente curricular (nota final) de Trabalho de Curso II será constituído pela média ponderada das avaliações feitas por cada um dos membros da banca examinadora.

Parágrafo primeiro – A nota dada pelo orientador terá peso 4 na nota final e peso 3 para os demais membros da banca

CAPÍTULO V

DA DEFESA DO TRABALHO DE CURSO

Art. 18 – As sessões de defesa do Trabalho de Curso são públicas.

Parágrafo único – Não é permitido aos membros das bancas examinadoras tornarem públicos os conteúdos dos trabalhos antes de suas defesas.

Art. 19 – Cabe ao Professor do componente curricular autorizar e designar as bancas examinadoras, ouvindo as sugestões dos orientadores e do Coordenador do Curso.

Parágrafo único – O professor do componente curricular TCC II será o responsável pela coordenação dos trâmites, como elaboração de calendários de bancas e finalizações da componente curricular.

Art. 20 – Ao término da data limite para entrega das cópias do Trabalho de Curso, o Professor do componente curricular deverá divulgar publicamente a composição das bancas examinadoras, o local e as salas destinadas à realização das defesas.

§1º – Quando não for entregue no prazo estabelecido, caberá ao Professor da componente curricular analisar a relevância ou não do motivo apresentado pelo aluno.

§2º – Comprovada a existência de justo motivo pelo Professor da componente curricular e com o consentimento do professor orientador, poderá ser estabelecida data específica para a defesa no mesmo semestre letivo.

Art. 21 – Na defesa, o aluno terá até 20 (vinte) minutos, prorrogáveis por mais cinco, a critério da banca examinadora, para apresentar seu trabalho e cada componente da banca examinadora até (quinze) minutos para fazer sua arguição, dispondo ainda o aluno de outros 10 (dez) minutos para responder a cada um dos examinadores.

Art. 22 – A atribuição das notas dá-se após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora.

§1º – Utilizam-se, para a atribuição das notas, fichas de avaliação individuais, elaboradas pelo Professor da componente curricular, onde o professor apõe suas notas para cada item a ser considerado;

§2º – A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da comissão examinadora;

§3º – Será considerado aprovado, no Trabalho Final de Graduação, o aluno que receber por todos os membros da banca examinadora, notas iguais ou superiores a 6,0 (seis).

§4º – Para os alunos que obtiverem nota inferior a 6,0 (seis), não haverá exame de recuperação, isto é, o aluno que não obtiver nota igual ou superior a 6,0 (seis) cursará novamente o componente curricular Trabalho de Curso II.

Art. 23 – A banca examinadora, por maioria, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu Trabalho.

Parágrafo único – O prazo para apresentar as alterações sugeridas é de no máximo 10 (dez) dias, podendo ser inferior a critério da banca examinadora.

Art. 24 – O aluno que não entregar o Trabalho de Curso, ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado na forma da legislação em vigor, está automaticamente reprovado na componente curricular de Trabalho de Curso II.

Art. 25 – Em caso de reprovação o aluno poderá recorrer à Comissão do Curso de Direito, no prazo de 48 horas, contados da data de publicação do resultado.

§1º – Caso o recurso de aluno seja aceito pelo Colegiado do Curso de Direito, será constituída uma comissão revisora da avaliação, composta por três professores distintos dos componentes da banca examinadora e, preferencialmente, da área de concentração do trabalho.

§2º – A Comissão revisora terá três dias para apresentar julgamento da revisão da nota.

§3º - Se reprovado, fica a critério do aluno continuar ou não com o mesmo tema do Trabalho de Curso e com o mesmo orientador.

§4º - Optando por mudança de tema, deve o aluno reiniciar todo o processo para elaboração do Trabalho de Curso, desde a elaboração do projeto.

Art. 26 – Ao aluno cujo Trabalho de Curso tenha sido reprovado, é vedada a defesa do mesmo ou de novo Trabalho, qualquer que seja a alegação, no semestre da reprovação.

Art. 27 – A avaliação final, assinada por todos os membros da banca examinadora, deve ser registrada no livro de atas.

CAPÍTULO VI

DA BANCA EXAMINADORA

Art. 28 – O Trabalho de Curso será defendido pelo aluno perante banca examinadora composta pelo professor orientador, que a preside e por outros 2 (dois) membros, sugeridos pelo orientador e aprovados pela Coordenação do Curso de Direito juntamente com o professor da componente curricular de TCC II.

§1º – Pode fazer parte da banca examinadora um membro escolhido entre os professores de outros cursos da UNIPAMPA ou de outras instituições de nível superior.

§2º – Quando da designação da banca examinadora deve também ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento.

Art. 29 – A comissão examinadora somente pode executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes.

§1º – Não comparecendo algum dos professores designados para a banca examinadora, o Professor-orientador deve comunicar, por escrito, ao Coordenador do Curso de Direito.

§2º – Poderá ser aceito parecer de um dos membros da banca em caso da impossibilidade de comparecer, sendo então chamado o membro suplente.

Art. 30 – Todos os professores do Curso de Direito da UNIPAMPA podem ser convocados para serem orientadores de Trabalho de Curso, bem como para participar das bancas examinadoras.

Parágrafo único – Deve, sempre que possível, ser mantida a equidade no número de indicações de cada professor para compor as bancas examinadoras, procurando ainda evitar-se a designação de qualquer docente para um número superior a 06 (seis) comissões examinadoras por semestre.

CAPÍTULO VII

DA FREQUENCIA EM TRABALHO DE CURSO I E II

Art. 31 – A frequência mínima será de 75% relativamente às orientações com o coordenador da componente curricular, de acordo com o cronograma de horário estabelecido e atividades solicitadas.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32 – De forma alguma as componentes curriculares de TCC I e TCC II poderão ser realizadas no mesmo período.

Art. 33 – Os casos de plágio comprovado incorrerão em reprovação imediata do acadêmico, sendo passíveis de processo dependendo do nível apresentado.

Art. 34 - Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente regimento serão solucionados pelo Professor dO componente curricular

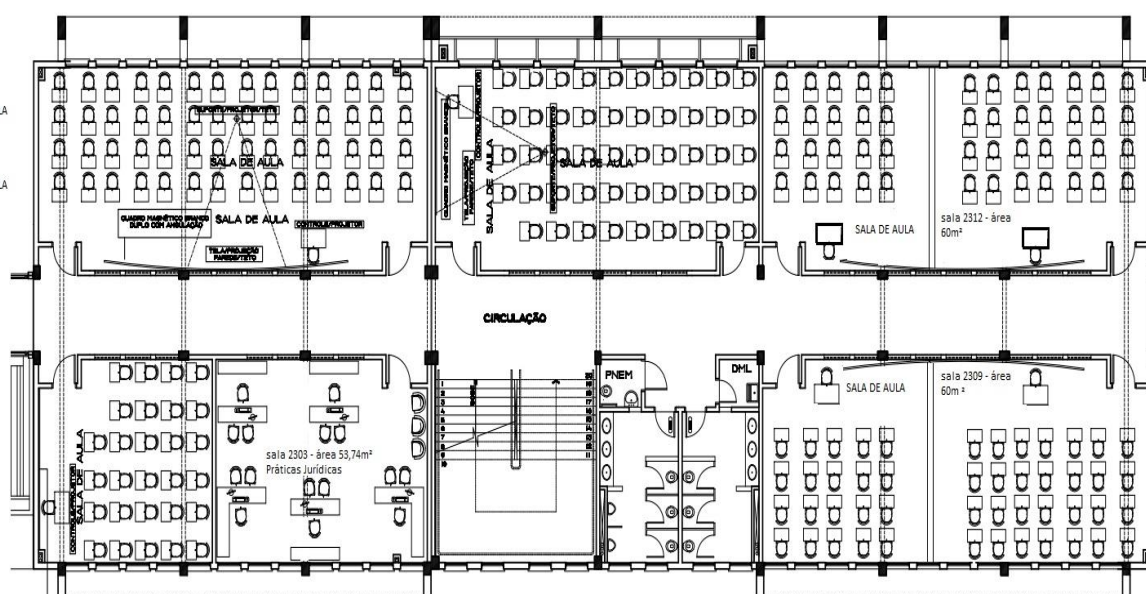
3. Plantas relativas aos espaços destinados ao Curso de Direito (salas de aula, gabinetes de professores e sala do Núcleo de Prática Jurídica)

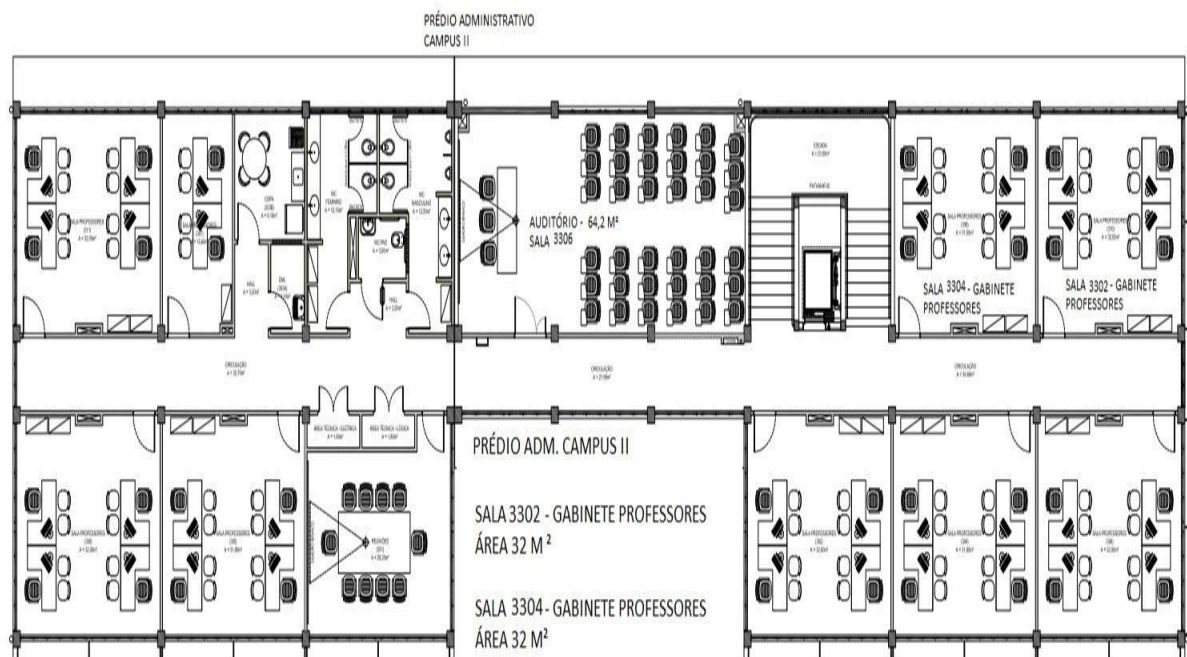
PRÉDIO ACADÊMICO II
CAMPUS I

SALA 2303 - PRÁTICAS
JURÍDICAS
ÁREA 53,74m²

SALA 2309 - SALA DE AULA
ÁREA 60m²

SALA 2312 - SALA DE AULA
ÁREA 60m²





4. Listagem do acervo disponível na Biblioteca do Campus São Borja

LIVROS DE DIREITO REGISTRADOS ATÉ 05/05/2017

A lei do piso salarial no STF : debates sobre a valorizacao do magisterio e o direito a educacao / Sao Paulo, SP : Campanha Nacional pelo Direito a Educacao, 2011. 84 p. : 1 ex. 342.54:37.011.3

ABRAO, Nelson. **Direito bancario** / 10. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 544 p. ; 1 ex. 347.734

ABREU, Alzira Alves de (Org.). Caminhos da cidadania / Rio de Janeiro, RJ : Editora FGV, 2009. 240 p. : 8 ex. 342.74

ABREU, Haroldo. **Para alem dos direitos : cidadania e hegemonia no mundo moderno** / Rio de Janeiro, RJ : UFRJ, 2008 381p. 2 ex. 342.71

ACCIOLY, Elizabeth. **Mercosul e Uniao Europeia : estrutura juridico-institucional** / 4. ed. rev. e atual. Curitiba, PR : Jurua, 2010. 266 p. ; 27 ex. 341:339.923

- ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional publico** / 19. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011. 976 p. ; 21 ex. 341.1/.8
- AGUIAR, Roberto A.R. de. **Direito, poder e opressao** / 3. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Alfa-Omega, 1990. 184 p. ; 1 ex. 340.12
- AGUIAR, Roberto A.R. de. **O que e justicia** / 6. ed. Sao Paulo, SP : Alfa-Omega, 2004. 123 p. ; 1 ex. 340.114
- ALENCAR, Chico. **Direitos mais humanos** / Rio de Janeiro, RJ : Garamond, 2010. 102 p. ; 1 ex. 342.7
- ALEXANDRE, Ricardo. **Direito tributario : esquematizado** / 2. ed. - rev. atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Metodo, 2008. 751 p. : 1 ex. 34:336.2
- ALMEIDA, Amador Paes de. **Curso de falencia e recuperacao de empresa : de acordo com a Lei n. 11.101/2005** / 22. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 407 p. : 1 ex. 347.736
- ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria geral dos direitos humanos** / Porto Alegre, RS: Sergio Antonio Fabris, 1996. 212 p.; 8 ex. 342.7
- ALMEIDA, Joao Batista de. **A protecao juridica do consumidor** / 5. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 661 p. ; 1 ex. 347.451.031
- AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Introducao ao direito internacional publico** / Sao Paulo : Atlas, 2008. 540 p. ; 3 ex. 341.1/.8
- AMARANTE, Aparecida. **Responsabilidade civil por dano a honra** / 6. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2005. 412 p. ; 1 ex. 347.53
- AMARO, Luciano. **Direito tributario brasileiro** / 12. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 512 p. ; 1 ex. 34:336.22
- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Principios de direito do trabalho e seus fundamentos teorico-filosoficos : problematizando, refutando e deslocando o seu objeto** / Sao Paulo, SP : LTr, 2008. 287 p. : 3 ex. 349.2:331.1
- APPIO, Eduardo. **Controle judicial da politicas publicas no Brasil** / Curitiba, PR : Jurua Editora, 2012. 302p., 8 ex. 342.7(81)
- ARAGAO, Joao Carlos Medeiros de. **Judicializacao da politica no brasil: influencia sobre atos interna corporis do Congresso Nacional** / Brasilia,DF: Centro de Documentacao e Informacao, 2013. 39p., 1 ex. 342.56(81)
- ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Pratica no processo civil : cabimento, acoes diversas, competencia, procedimentos, peticoes, modelos** / 16. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Atlas, 2013. 822 p. ; 8 ex. 347.91/.95

ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. **Pratica no processo civil : cabimento, acoes diversas, competencia, procedimentos, peticoes, modelos** / 9. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2006. 722 p. ; 12 ex. 347.91/.95

ARAUJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo** / 5. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 1348 p. ; 10 ex. 342.9

ARAUJO, Jose Francelino de. **A Escola do Recife no Rio Grande do Sul : influencia dos nordestinos na magistratura, no magisterio e nas letras juridicas do Rio Grande do Sul** / Porto Alegre, RS : Sagra-D.C. Luzzatto, 1996. 131 p. : 1 ex. 34

ARAUJO, Nadia de. **Contratos internacionais : autonomia da vontade, Mercosul e convenções internacionais** / 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro : Renovar, 2009. 484 p. ; 22 ex. 346.3

ARAUJO, Nadia de. **Direito internacional privado : teoria e pratica brasileira** / 5. ed. atual. e ampl. Rio de Janeiro : Renovar, 2011. 660 p. ; 40 ex. 341.9

ARONNE, Ricardo. **Por uma nova hermenêutica dos direitos reais : (das raízes aos fundamentos contemporâneos)** / Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2001. 454 p. 10 ex. 347.22

ASCENSAO, Jose de Oliveira. **Direito civil : direito de autor e direitos conexos** / Coimbra : Coimbra Editora, 1992. 778 p. ; 1 ex. 347.78

ASSIS, Araken de. **Manual da execucao** / 11. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2007. 1310 p. ; 2 ex. 347.952

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese incidência tributária** / 6. ed. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2013. 209p., 20 ex. 34:336.2

AVILA, Rafael. **A guerra e o direito internacional** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2009. 164 p. : 21 ex. 341.3

AVOLIO, Luiz Francisco Torquato. **Provas ilícitas : interceptações telefônicas, ambientais e gravações clandestinas** / 3. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2003. 222 p. ; 1 ex. 343.14

AYALA, Patryck de Araujo. **Direito ambiental e sustentabilidade : desafios para a proteção jurídica da sociobiodiversidade** / Curitiba, PR : Jurua , 2012. 164p.; 5 ex. 349.6

AZEVEDO, Debora Bithiah de & RABAT, Marcio Nuno (Org.). **Palavra de mulher : oito décadas do direito de voto** / 2. ed. Brasília, DF : Edicoes Camara, 2012. 335 p. : 1 ex. 342.52

BACKES, Ana Luiza. **A sociedade no parlamento : imagens da Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988** / Brasília, DF : Edicoes Camara, 2008. 245 p. : 1 ex. 342.4

BALEEIRO, Aliomar. **Direito tributario brasileiro** / 11. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 1063 p. ; 2 ex. 34:336.2

BALERA, Wagner. **Nocoos preliminares de direito previdenciario** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Quartier Latin do Brasil, 2010. 318 p. ; 10 ex. 349.3

BARBI, Celso Agricola. **Comentarios ao Codigo de processo civil : (lei n. 5869, de 11 de janeiro de 1973)** / 14. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2010. 20 ex. 347.91/.95(81)(094.4.072)

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. **Historia constitucional brasileira : mudanca constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pos-1964** / Brasilia, DF : Edicoes Camara, 2012. 420 p. ; 1 ex. 342.4

BARRETTO, Lauro. **Manual de propaganda eleitoral : comentarios a legislacao, jurisprudencia, instrucoes do TSE** / Bauru, SP : Edipro, 2000. 220 p. : 8 ex. 342.849.2(035)

BARRETTO, Lauro. **Propaganda politica & direito processual eleitoral** / Bauru, SP : EDIPRO, 2004. 236 p. ; 8 ex. 342.849.2:347.9

BARROS, Fernanda Otoni de. **Do direito ao pai** / 2. ed. Belo Horizonte : Del Rey, 2005 127 p. ; 1 ex. 347.63

BARROS, Wellington Pacheco. **Curso de direito agrario** / 4. ed. rev. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2002. 2 v. 19 ex. 349.42

BARROS, Wellington Pacheco. **Dimensoes do direito** / 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS : Livr. do Advogado, 1999. 160 p. ; 18 ex. 340.12

BARROSO, Fabio Tulio & MELO FILHO, Hugo Cavalcanti (org.). **Direito do trabalho** : valorizacao e dignidade do trabalhador no seculo XXI / Sao Paulo, SP : LTr, 2012. 213 p. ; 5 ex. 349.2

BARROSO, Luis Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas : limites e possibilidades da constituicao brasileira** / 8. ed. atual. Rio de Janeiro : Renovar, 2006. 345 p. ; 1 ex. 342

BARROSO, Luiz Felizardo. **Franchising e direito** / 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2002. 360 p. ; 1 ex. 347.741

BASTOS, Guilherme Augusto Caputo. **O dano moral no direito do trabalho** / Sao Paulo, SP: LTr, 2003. 94 p., 1 ex. 347.53

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2005. 139 p. ; 3 ex. 343

BEHRING, Elaine Rossetti & ALMEIDA, Maria Helena Tenorio de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas** / 2. ed. Rio de Janeiro : UFSS/UERJ, 2010. 252 p. ; 3 ex. 349.2:364.3

BEHRING, Elaine Rossetti & ALMEIDA, Maria Helena Tenorio de (Orgs.). **Trabalho e seguridade social** : percursos e dilemas / Rio de Janeiro : UFSS/UERJ, 2008. 252 p. ; 8 ex. 349.2:364.3

BERGEL, Jean-Louis. **Teoria geral do direito** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2006. 464 p. : 1 ex. 340.11

BERNARDES, Cristiane Brum & SCHWARTZ, Fabiano Peruzzo (Org.). **Comunicacao, educacao e democracia no Legislativo brasileiro** / Brasilia, DF : Camara dos Deputados. Edicoes Camara, 2015. 189 p. : 3 ex. 342.53

BERNARDI, Jorge Luiz. **O processo legislativo brasileiro** / Curitiba, PR : IBPEX, 2009. 429 p. : 2 ex. 340.134

BERNARDI, Jorge Luiz. **O processo legislativo brasileiro** / Curitiba, PR : Intersaberes, 2012. 459 p. : 1 ex. 340.134

BIAVASCHI, Magda Barros; LUBBE, Anita & MIRANDA, Maria Guilhermina (coord.). **Memoria e preservacao de documentos** : direitos do cidadao / Sao Paulo, SP : LTR, 2007. 160 p. : 1 ex. 347.998:331

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falencia da pena de prisao : causas e alternativas** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2004. 396 p. ; 4 ex. 343.82

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 5. v. 3 ex. 343.2

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 5. v. 29 ex. 343.2

BITTAR, Carlos Alberto. **Contratos civis** / 3. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2006. 229 p. ; 20 ex. 347.44

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade** / 7. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2006. 164 p. ; 1 ex. 342.7

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de familia** / 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2006. 263 p. ; 1 ex. 347.61

BLAY, Eva Alterman. **Assassinato de mulheres e direitos humanos** / Sao Paulo, SP : Editora 34, 2008. 242 p. ; 3 ex. 343.4-055.2

BOBBIO, Norberto. **Direito e poder** / Sao Paulo, SP : Editora Unesp, c2007. 299 p. ; 8 ex. 340.12

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos** / Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, 2004. 232 p. ; 22 ex. 342.7

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento juridico** / Sao Paulo, SP : EDIPRO, 2011. 175 p. ; 8 ex. 340.11

BOITEUX, Fernando Netto. **Contratos mercantis** / Sao Paulo, SP : Dialetica, 2001. 271 p. ; 1 ex. 347.74

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional** / 19. ed. atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2006. 808 p. ; 1 ex. 342

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional** / 26. ed. atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2011. 808 p. ; 7 ex. 342

BRANCO, Gilberto [et al.]. **Propriedade intelectual** / Curitiba, PR : Aymara, 2011. 96 p.: 7 ex. 347.121.2

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Audiencias publicas na Assembleia Nacional Constituinte : a sociedade na tribuna / Brasilia, DF : Edicoes Camara, 2009. 653 p. : 1 ex. 342.4.028

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. Convencao sobre os direitos das pessoas com deficiencia / 4. ed. Brasilia, DF : Edicoes Camara, 2011. 185 p. ; 1 ex. 342.726

Brasil. **CLT Saraiva academica e Constituicao Federal** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 548+218+13 p. ; 2 ex.

Brasil. **Codigo civil : 10 anos de sancão** / Brasilia, DF : Camara dos Deputados, 2012. 452 p. ; 1 ex.

Brasil. **Codigo civil, legislacao civil, constituicao federal** / 14. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo : Revista dos Tribunais, 2009 1055 p. ; 2 ex.

Brasil. **Codigo de processo civil e legislacao processual em vigor** / 42. ed. atual. e reform. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 2020 p. ; 2 ex.

Brasil. **Codigo do processo civil e Constituicao Federal**/ lei n. 5869, de 11-1-1973, atualizada, acompanhada de legislacao complementar e sumulas, de indices cronologicos e alfabetico da legislacao complementar e das sumulas e sistematico e alfabetico-remissivo do Codigo de Processo Civil. 40. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 734+160 p. ; 2 ex.

Brasil. **Codigo do processo civil e legislacao processual em vigor** / 39. ed. atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 2289 p. ; 1 ex.

Brasil. **Codigo do processo civil e legislacao processual em vigor** / 41. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2009. 2343 p. ; 1 ex.

Brasil. **Codigo tributario nacional e constituicao federal** / 42. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. XL, 650, 168 p. 20 ex.

Brasil. **Constituicao da Republica Federativa do Brasil** : promulgada em 5 de outubro de 1988 : atualizada ate a emenda constitucional n. 53, de 19-12-2006, versao hisstoriada, acompanhada de notas remissivas e dos textos integrais das Emendas Constitucionais de Revisao e das Emendas Constitutionais / [Santa Maria, RS] ; [200-]. 711 p. ; 4 ex.

Brasil. **Estatuto da terra** : legislacao complementar sobre : aquisicao de imovel rural, banco da terra, cadastro rural, desapropriacoes, dispositivos da constituicao federal de 1988, dispositivos do codigo civil, imposto sobre a renda, imposto sobre propriedade territorial / 20. ed. atual. e reform. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 416 p. ; 2 ex.

Brasil. **Lei de licitacoes e contratos administrativos e legislacao complementar** / 12. ed. ampl. rev. e atual. Belo Horizonte, MG : Forum, 2010. 486 p. ; 2 ex.

Brasil. Congresso Nacional. **Resolucao nº 1, de 2006 - CN** : texto consolidado ate a resolucao nº 3, de 2008 - CN : dispoe sobre a comissao mista permanente a que se refere o § 1º do art. 166 da constituicao, bem como a tramitacao das materias a que se refere o mesmo artigo / Brasilia, DF : 2011. 194 p. : 1 ex.

Brasil. Congresso Nacional. Camara dos Deputados. **Normas conexas ao Regimento Interno da Camara dos Deputados** / 3. ed. Brasilia : Camara dos Deputados, Coordenacao de Publicacoes, 2006 356 p. ; 1 ex.

Brasil. Congresso Nacional. Camara dos Deputados. **Regimento Interno da Camara dos Deputados** / 7. ed. Brasilia : Camara dos Deputados, Coordenacao de Publicacoes, 2006 395 p. ; 1 ex.

Brasil. Congresso. Senado Federal **Estatuto da Crianca e do Adolescente** : dispositivos constitucionais pertinentes : Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 : legislacao correlata : indice tematico / Brasilia, DF : Senado Federal, 200 - . 205 p. ; 2 ex.

Brasil. Consolidacao das Leis do Trabalho. **Consolidacao das leis do trabalho : 2010** / 37. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2010. 943 p. ; 1 ex.

Brasil. Constituicao (1988). **A Constituicao de 1988 na vida brasileira** / Sao Paulo, SP : Aderaldo & Rothschild, 2008 395p. 8 ex.

Brasil. Constituicao (1988). **Constituicao da Republica Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 Emenda constitucionais n. 1 a 68 , Leis n.9.868, de 10-11-1999,e 9.882, de 3-12-1999, Emendas constitucionais de Revisao n.1,2,3,4,5 e 6** / 35.. ed., Sao Paulo,SP : Atlas, 2012 476 ´ ; 1 ex.

Brasil. Constituicao (1988). **Constituicao da Republica Federativa do Brasil** : promulgada em 5 de outubro de 1988 : atualizada ate a emenda constitucional n. 51, de 19-12-2006, acompanhada de novas notas remissivas e dos textos integrais, das emendas constitucionais e das emendas constituionais de revisao / 40. ed., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 331 p. ; 3 ex.

Brasil. Constituicao (1988). **Constituicao da Republica Federativa do Brasil** : promulgada em 5 de outubro de 1988 : atualizada e preparada com as emenda constitucionais, integra das Emendas Constitucionais, textos originais dos artigos alterados (Adendo Especial), novas notas remissivas, indices sistematico, cronologico e alfabetico 44. ed., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 432 p. ; 4 ex.

Brasil. Constituicao (1988). **Constituicao da Republica Federativa do Brasil** : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alteracoes adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisao n. 1 a 6/94 / Brasilia, DF : Senado Federal, Subsecretaria de Edicoes Tecnicas, 2011. 103 p. 1 ex.

Brasil. Leis etc. **Codigo civil e constituicao federal** : lei n. 10406, de 10-1-2002, acompanhada de legislacao complementar, sumulas e indices sistematico e alfabetico-remissivo do Codigo Civil, cronologicos da legislacao e alfabetico da legislacao complementar, da lei de introducao e das sumulas. 61. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 1016+160 p. ; 1 ex.

Brasil. Leis etc. **Codigo civil e constituicao federal** : lei n. 10406, de 10-1-2002, acompanhada de legislacao complementar, sumulas e indices sistematico e alfabetico-remissivo do Codigo Civil, cronologicos da legislacao e alfabetico da legislacao complementar, da lei de introducao e das sumulas. 59. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2008. 914+178 p. ; 1 ex.

Brasil. Leis etc. **Codigo de menores : lei n. 6697/79** : comparacoes, anotacoes, historico, informacoes / 2. ed. Brasilia, DF : Senado Federal. Subsecretaria de Edicoes Tecnicas, 1984. 532 p. : 1 ex.

Brasil. Leis etc. **Estatuto do idoso** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2012. 46 p. ; 1 ex.

Brasil. Leis etc. **Vade mecum academico-forense** / Sao Paulo, SP : Vertice, 2005. 1754 p. + 1 CD-ROM ; 1 ex.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. **Caderno de educacao em direitos humanos : educacao em direitos humanos : diretrizes nacionais** / Brasilia, DF : SDH, 2013. 72 p. ; 1 ex.

BRASIL. SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL. **Estatuto da crianca e do adolescente e convencoes** / [Brasilia, DF] : SEAS, [199 -]. 220 p. ; 1 ex. 342.726

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidencia da Republica. **Brasil direitos humanos, 2008 : a realidade do pais aos 60 anos da Declaracao Universal** / Brasilia, SEDH, 2008. 285 p. : 1 ex.

Brasil. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidencia da Republica. **Programa Nacional de Direitos Humanos plano de acao 2009 : PDNH III**. - Brasilia : Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidencia da Republica, 2010. 308 p. : 2 ex.

Brasil. Senado Federal. **Acao do Senado na diplomacia brasileira : coletanea de indicacoes de embaixadores, 2009-2010** / 2. ed. Brasilia, DF : Senado Federal, Comissao de Relacoes Exteriores e Defesa Nacional, [2010?]. 2 v. : 2 ex.

Brasil. Senado Federal. **Codigo de protecao e defesa do consumidor e legislacao correlata : dispositivos constitucionais pertinentes, Lei n. 8078, de 11 de setembro de 1990, vetos presidenciais, legislacao correlata, indice tematico** / Brasilia : Senado Federal, 2009 100 p. ; 1 ex.

Brasil. Senado Federal. **Direitos da pessoa com deficiencia : conhecer para exigir** / Brasilia : Senado Federal, 2009 70 p. ; 1 ex.

Brasil. Senado Federal. **Estatuto do idoso e normas correlatas : dispositivos constitucionais pertinentes Lei n. 10.741 de 1 de outubro de 2003, normas correlatas, indice tematico** / Brasilia : Senado Federal, 2009. 66 p. ; 1 ex.

BRAGANCA, Kerlly Huback. **Direito previdenciario, volume 1 / (parte introdutoria e legislacao de beneficios) : doutrina, jurisprudencia e exercicios** / 7. ed. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2011. 548 p. : 20 ex. 349.3

BRASIL. CENTRO REGIONAL DE REGISTROS E ATENCAO AOS MAUS-TRATOS NA INFANCIA (CAMPINAS, SP). **Abuso sexual domestico : atendimento as vitimas e responsabilizacao do agressor** / 3. ed. Brasilia, DF : United Nations Children's Fund - UNICEF, 2009. 95 p. : 9 ex.

BRASIL. LEIS, decretos, etc. **Coletanea de direito internacional** / 3. ed. ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2005. 1117 p. ; 1 ex.

BRASIL. LEIS, decretos, etc. **Estatuto do idoso : lei N. 10.741, de 1 de outubro de 2003 : dispoe sobre o Estatuto do Idoso e da outras providencias** / Brasilia, DF : Senado Federal, 2011. 56 p. ; 1 ex.

BUSNELLO, Ronaldo. **Processo de producao e regulacao social** / Ijuí, RS : Editora Unijui, 2005. 402 p. ; 5 ex. 349.2

CAETANO, Marcello. **Principios fundamentais do direito administrativo** / Coimbra : Almedina, 2003. 467 p. ; 3 ex. 342.9

CALHEIROS, Renan. **Discussoes da cidadania** / Brasilia, DF: Senado Federal, 2008. 572p. 1 ex. 342.71

CAMARGO, Heraclides Batalha de (Org.). **Expressoes latinas no forum** / [Sao Paulo, SP] : Hemeron, 1978. 62 p. ; 1 ex. 340.113

CAMINO, Carmen. **Direito individual do trabalho** / 4. ed. rev., ampl. e atual. Porto Alegre, RS : Sintese, 2004. 570 p. : 6 ex. 349.2

CAMPOS, Joao Mota de (coord.). **Organizacoes internacionais : teoria geral : estudo monografico das principais organizacoes internacionais de que Portugal e membro** / 3. ed. rev. e atual. Curitiba, PR : 2008. 607 p. : 11 ex. 341

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. **Nocoes essenciais de direito** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2012. 92 p. ; 1 ex. 34

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. **Tecnica da contestacao** / 8. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 346 p. ; 9 ex. 347.924

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. **Tecnica da contestacao** / 7. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 311 p. ; 11 ex. 347.924

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. **Tecnica da peticao inicial** / 12. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011. 238 p. : 8 ex. 347.957

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. **Tecnica da peticao inicial** / 10. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 246 p. ; 12 ex. 347.922.6

CANARIS, Claus-Wilhelm. **Pensamento sistematico e conceito de sistema na ciencia do direito** / 3. ed. Lisboa : Fundacao Calouste Gulbenkian, 2002. 311 p. : 1 ex. 340.12

CANDAU, Vera Maria [et al.]. **Oficinas pedagogicas de direitos humanos** / 6. ed. Petropolis : Vozes, 2003. 125 p. : 5 ex. 342.7

CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de politicas publicas** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011. 193 p. ; 16 ex. 342.7

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional : e teoria da constituicao** / 7. ed. Coimbra : Almedina, [2003]. 1522 p. ; 1 ex. 342

CANOTILHO, Jose Joaquim Gomes & LEITE, Jose Rubens Morato. **Direito constitucional ambiental brasileiro** / 3. ed. rev. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010 490 p. ; 3 ex. 342:502.7(81)

CANTINI, Juliane Hartemink. **Gestao empresarial e os direitos humanos: as acoes preventivas para inibir o assedio no ambiente de trabalho** / Curitiba,PR: Prottexto, 2013. 203p., 1 ex. 343.54

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 3 v. 2 ex. 343.2

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal** / 11. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 4 v. 9 ex. 343.2

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal** / 13. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 735 p. 2 ex. 343.1

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal** / 20. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 835 p. 19 ex. 343.1

CAPEZ, Fernando. **Pratica forense penal** / 6. ed. - rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 342 p. ; 20 ex. 343.1

CARBONARI, Paulo Cesar. **Direitos humanos : sugestoes pedagogicas** / Brasilia, DF : Comissao de Direitos Humanos de Passo Fundo, 2014. 101 p. ; 1 ex. 342.7

CARNELUTTI, Francesco. **Teoria geral do direito** / Sao Paulo, SP : Lejus, 2000. 546 p. : 1 ex. 340.12

CARNIO, Thais Cintia. **Contratos internacionais : teoria e pratica** / Sao Paulo, SP : Atlas, 2009. 208 p. ; 38 ex. 346.3:341.1/.8

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributario** / 22. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2006. 1041 p. ; 2 ex. 34:336.2

CARRION, Valentin. **Comentarios a consolidacao das leis do trabalho** / 31. ed. atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 1388 p. ; 2 ex. 349.2

CARRION, Valentin. **Comentarios a consolidacao das leis do trabalho** / 34. ed. atual. Sao Paulo : Saraiva, 2009 1395 p. ; 3 ex. 349.2

CARRION, Valentin. **Comentarios a consolidacao das leis do trabalho** / 32. ed. atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 1420 p. ; 5 ex. 349.2

CARRION, Valentin. **Comentarios a Consolidacao das leis do trabalho : legislacao complementar : jurisprudencia** / 35. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 1492 p. ; 1 ex. 349.2

CARVALHO FILHO, Jose dos Santos. **Manual de direito administrativo** / 26. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2013. liv, 1266 p. ; 13 ex. 342.9

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil : o longo caminho** / 9. ed. Rio de Janeiro : Civilizacao Brasileira, 2007. 236 p. ; 1 ex. 342.71

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil : o longo caminho** / 11. ed. Rio de Janeiro : Civilizacao Brasileira, 2008. 236 p. ; 1 ex. 342.71

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil : o longo caminho** / 10. ed. Rio de Janeiro : Civilizacao Brasileira, 2008. 236 p. ; 3 ex. 342.71

CARVALHO, Jose Murilo de. **Cidadania no Brasil : o longo caminho** / 15. ed. Rio de Janeiro, RJ : Civilizacao Brasileira, 2012. 236 p. ; 16 ex. 342.71(81)

CARVALHO, Maria Cristina Neiva de & MIRANDA, Vera Regina (org.). **Psicologia juridica : temas de aplicacao** / Curitiba, PR : Jurua, 2007. 287 p. ; 19 ex. 343.95

CASTAN, Vitor Manoel. **Abuso do direito sindical** / Sao Paulo, SP : LTr, 2008. 143 p. ; 5 ex. 349.2:331.105.44

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 185 p. : 8 ex. 342.7

CASTRO, Amilcar de. **Direito internacional privado** / 6. ed. atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2005. 629 p. ; 1 ex. 341.9

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de direito previdenciário** / 8. ed. rev. e atual. Florianópolis, SC : Conceito, 2007. 741 p. : 1 ex. 349.3

CASTRO, Flavia Lages de. **Historia do direito : geral e Brasil** / 10. ed. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2013. xvii, 570 p. : 15 ex. 34

Centro de Estudos Marxistas. **Luz e sombras : ensaios de interpretacao marxista** / Porto Alegre : Centro de Estudos Marxistas, 1997. 299 p. ; 5 ex.

CEOLIN, Lisianne Pintos Sabedra. **Liberdade de pesquisa e meio ambiente** / Curitiba, PR : Jurua, 2012. 260 p. ; 6 ex. 342.727

CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO (2. : 1996 : FOZ DO IGUAÇU, PR). **II ciclo de estudos de direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : Instituto Brasileiro de Ciencia Bancaria, 1996. 153 p. : 1 ex. 349.2

CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO (4. : 1997 : COMANDATUBA, BA). **IV ciclo de estudos de direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : Instituto Brasileiro de Ciencia Bancaria, 1997. 226 p. : 1 ex. 349.2

CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO (5. : 1998 : ANGRA DOS REIS, RJ). **V ciclo de estudos de direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : Instituto Brasileiro de Ciencia Bancaria, 1998. 251 p. : 1 ex. 349.2

CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO (6. : 2000 : CABO DE SANTO AGOSTINHO, PE). **VI ciclo de estudos de direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : Instituto Brasileiro de Ciencia Bancaria, 2000. 222 p. : 1 ex. 349.2

CICLO DE ESTUDOS DE DIREITO DO TRABALHO (7. : 2001 : COSTA DO SAUIPE, BA). **VII ciclo de estudos de direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : Instituto Brasileiro de Ciencia Bancaria, 2001. 190 p. : 1 ex. 349.2

CINTRA, Antonio Carlos de Araujo. **Teoria geral do processo** / 23. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2007. 383 p. ; 1 ex. 347.9

Conselho da Justica Federal (Brasil) Centro de Estudos Judiciarios. **A Atuacao da justica federal na esfera criminal** / Brasilia, DF : 2000. 168 p. : 1 ex.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de direito civil** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 5 v. ; 1 ex. 347

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de direito comercial : direito de empresa** / 17. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 3 v. ; 24 ex. 347.7

COELHO, Fabio Ulhoa. **Manual de direito comercial : direito de empresa** / 18. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 497 p. ; 1 ex. 347.7

COELHO, Fabio Ulhoa. **Para entender Kelsen** / 4. ed. rev. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 74 p. ; 1 ex. 340.12

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Direito eleitoral e processo eleitoral : direito penal eleitoral e direito politico** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Renovar , 2010. 580p. 8 ex. 342.8

COLACO, Thais Luzi. **Incapacidade indigena : tutela religiosa e violacao do direito guarani pre-colonial nas missoes Jesuiticas** / Curitiba, PR : Jurua, 2000. 223 p. ; 17 ex. 342.57

COMPARATO, Fabio Konder. **A afirmacao historica dos direitos humanos** / 8. ed. 2. tiragem Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 598 p. : 13 ex. 342.7

CONEGLIAN, Olivar. **Propaganda eleitoral : de acordo com o codigo eleitoral e com a lei 9.504/97, modificada pelas leis 9.840/99, 10.408/02, 10.740/03, 11.300/06 e 12.034/09** / 10. ed. rev. e atual. Curitiba : Jurua, 2010. 431 p. ; 8 ex. 342.849.2

COOK, Rebecca J. **Rebecca Cook : entrevistada por Debora Diniz** / Rio de Janeiro, RJ : EdUERJ, 2012. 93 p. ; 4 ex. 342.7-055.2

CORREA, Darcisio. **Estado, cidadania e espaco publico : as contradicoes da trajetoria humana** / Ijuí, RS : Ed. UNIJUI, 2010. 454 p. ; 10 ex. 342.716

CORREIA, Marcus Orione Goncalves. **Curso de direito da seguridade social** / 5. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 362 p. ; 2 ex. 34:369

CORREIA, Marcus Orione Goncalves. **Curso de direito da seguridade social** / 3. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 362 p. ; 6 ex. 34:369

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania** / Sao Paulo,SP: Loyola, 2005. 210p. ; 10 ex. 342.74

COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias processuais e o direito penal juvenil : como limite na aplicacao da medida socioeducativa de internacao** / Porto Alegre , RS : Livraria do advogado , 2005. 1 ex. 343.224.1

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que e cidadania** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Brasiliense, 1996. 89 p. ; 1 ex. 342.71

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que e cidadania** / 4. ed. Sao Paulo, SP : Brasiliense, 2010. 108 p. : 6 ex. 342.71

CRETELLA JUNIOR, Jose. **Curso de direito administrativo** / 18. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 512 p. : 5 ex. 342.9

CRETELLA JUNIOR, Jose. **O estado e a obrigacao de indenizar** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2002. 360 p. ; 3 ex. 347.426.6:342.22

CRETELLA JUNIOR, Jose. **Manual de direito administrativo : curso moderno de graduacao** / 7. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2005. 442 p. ; 1 ex. 342.9

CRETELLA JUNIOR, Jose. **Tratado de direito administrativo** / 2. ed. atual., ampl. e rev. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2002. v. ; 6 ex. 342.9

CRETELLA NETO, Jose. **Teoria geral das organizacoes internacionais** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 950 p. ; 15 ex. 341.1

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da crianca e do adolescente comentado : comentarios juridicos sociais** / 8. ed. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2006. 866 p. ; 1 ex. 342.726

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da crianca e do adolescente comentado : comentarios juridicos sociais** / 12. ed. atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2012. 1248 p. ; 19 ex. 342.726

DALL'AGNOL JUNIOR, Antonio Janyr. **Comentarios ao codigo de processo civil : v. 2, do processo de conhecimento arts. 102 a 242** / 2. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2007. 1 ex. 347.91/.95

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania** / 2. ed. reform. Sao Paulo : Moderna, 2008 112 p. ; 8 ex. 342.7

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O poder dos juizes** / 3. ed. rev. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 166 p. ; 20 ex. 347.962

D'ANGELIS, Wagner Rocha (org.). **Direito internacional do seculo XXI : integracao, justica e paz** / Curitiba, PR : Jurua, 2003. 387 p. ; 8 ex. 341.1

DAVID, Rene. **Os grandes sistemas do direito contemporaneo** / 4. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2002. 687 p. ; 4 ex. 340.5

DEL'OLMO, Florisbal de Souza. **Curso de direito internacional privado** / 9. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2011. 330 p. ; 29 ex. 341.9

DELGADO, Gabriela Neves. **Direito fundamental ao trabalho digno** / Sao Paulo, SP : LTr, 2006. 256 p. ; 5 ex. 349.2

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho** / 6. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2007. 1478 p. ; 6 ex. 349.2

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho** / 12. ed. Sao Paulo : LTr, 2008. 1504p. ; 14 ex. 344.01

DELGADO, Mauricio Godinho. **Salario : teoria e pratica** / 2. ed. rev e atual. Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2002. 251 p. ; 6 ex. 349.232

DEVINE, Carol; HANSEN, Carol Rae & WILDE, Ralph [et.al.]. **Direitos humanos: referencias essenciais** / Sao Paulo, SP: Edusp, 2007. 484p.: 6 ex. 342.7

DEZEM, Guilherme Madeira. **Nova lei do procedimento do juri comentada : atualizado de acordo com as Leis 11.689, 11.690/08 e 11.719/08** / Campinas, SP : Millennium, 2008. 160 p. ; 1 ex. 343.1

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo** / 20. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2007. 800 p. ; 3 ex. 342.9

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo** / 25. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2012. 935 p. ; 5 ex. 342.9

DIAS, Jacqueline Sarmento. **O direito a imagem** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2000. 179 p. ; 1 ex. 347.788.5

DIAS, Jose de Aguiar. **Da responsabilidade civil** / 11. ed. rev., atual. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2006. 1148 p. ; 1 ex. 347.51

DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessoes** / 3. ed. atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013. 702 p. : 20 ex. 347.65

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das familias** / 9. ed. atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013. 717 p. : 10 ex. 347.6

DIAS, Maria Berenice. **Uniao homossexual : o preconceito & a justica** / 3. ed. rev., atual. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2006. 184 p. ; 5 ex. 347.628

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil : teoria geral do processo e processo de conhecimento : volume 1** / 7. ed. Salvador, BA : Jus Podivm, 2007. 561 p. ; 1 ex. 347.91/.95

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil : direito probatorio, decisao judicial, cumprimento e liquidacao da sentenca e coisa julgada : volume 2** / Salvador, BA : Jus Podivm, 2007. 619 p. ; 1 ex. 347.91/.95

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de direito processual civil : meios de impugnacao as decisoes judiciais e processo nos tribunais : volume 3** / 3. ed. Salvador, BA : Jus Podivm, 2007. 458 p. ; 1 ex. 347.91/.95

DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadao de papel : a infancia a adolescencia e os direitos humanos no Brasil** / 21. ed. Sao Paulo, SP : Atica, 2006. 175 p. : 20 ex.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedacos : direitos humanos no Brasil** / Sao Paulo, SP : Companhia das Letras, c1996. 262 p. : 5 ex. 342.7(81)

DINAMARCO, Candido R. **A instrumentalidade do processo** / 12. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2005. 413 p. ; 1 ex. 347.91/.95

DINIZ, Maria Helena. **Compendio de introducao a ciencia do direito** / 18. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 589 p. ; 2 ex. 340.12

DINIZ, Maria Helena. **Compendio de introducao a ciencia do direito** / 20. ed. rev. e atual. Sao Paulo : Saraiva, 2009 595 p. : 3 ex. 340.12

DINIZ, Maria Helena. **Compendio de introducao a ciencia do direito** / 22. ed. rev. e atual. Sao Paulo : Saraiva, 2011. 595 p. : 3 ex. 340.12

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro** / 29. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 7 v. ; 10 ex. 347(81)

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 7 v. ; 24 ex. 347

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro** / 30. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 7 v. 30 ex. 347(81)

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado : parte geral** / 8. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2005. 536 p. ; 1 ex. 341.9

DUARTE, Adriano Luiz. **Cidadania e exclusao : Brasil 1957 - 1945** / Florianopolis , SC : UFSC , 1999. 341 p. ; 3 ex. 342.71

DWORKIN, Ronald. **Uma questao de principio** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2005. 593 p. ; 20 ex. 340.12

DWORKIN, Ronald. **O imperio do direito** / Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2003. 513 p. ; 1 ex. 340.12

EL TASSE, Adel. **Investigacao preparatoria** / 2. ed. rev. e atual. Curitiba, PR : Jurua, 2001. 141 p. ; 1 ex. 343.132

ENEDINO, Edilson. **Nova lei de falencia : um estudo comparativo da nova lei de falencia** / Brasilia, DF : [s.n.] 2005. 304p., 1 ex. 347.736

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comercio** / 4. ed. rev. e atual. Sao Paulo : Atlas, 2007. 142 p. ; 20 ex. 346.3

ENGELS, Friedrich. **O socialismo juridico** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Boitempo, 2012. 77 p. ; 4 ex. 340.12

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO. **Politica de cotas : mitigacao da isonomia em acao afirmativa?** / Brasilia : ESMPU, 2009. 287 p. ; 2 ex. 342.722

ESTEVES, Maria do Rosario. **Normas gerais de direito tributario** / [Sao Paulo], SP : Max Limonad, 1997. 129 p. ; 1 ex. 34:336.2

FABRICIO, Adroaldo Furtado [et al.]. **Previdencia ou imprevidencia?** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Livraria do Advogado, 2003. 183 p. ; 3 ex. 349.3

- FACHIN, Luiz Edson. **Teoria critica do direito civil** / 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2003. 365 p. ; 1 ex. 347
- FARIA, Jose Eduardo (organizador). **Direito e globalizacao economica** : implicacoes e perspectivas / 1. ed. Sao Paulo, SP : Malheiros, 1996. 160 p. : 5 ex. 34:339.92
- FAZZO JUNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial** / 8. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2007. xxii, 717 p. ; 1 ex. 347.7
- FERNANDES, Flavio da Silva. **As pessoas idosas na legislacao brasileira : direito e gerontologia** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 167 p. ; 1 ex. 342.726
- FERRARI, Regina Maria Macedo Nery. **Efeitos da declaracao de inconstitucionalidade** / 5. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2004. 539 p. ; 1 ex. 342
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **A ciencia do direito** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 1980. 111 p. ; 8 ex. 340.12
- FERRAZ, Sergio. **Mandado de seguranca** / Sao Paulo, SP : Malheiros, 2006. 462 p. ; 1 ex. 347.951.3
- FERREIRA, Lier Pires Ferreira, Chaparro, Veronica Zarate (org). **Curso de direito internacional privado** / 3. ed. Rio de Janeiro, RJ : F. Bastos, 2013. 380 p. ; 25 ex. 341.9
- FERREIRA FILHO, Manoel Goncalves. **Curso de direito constitucional** / 32. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 396 p. ; 2 ex. 342
- FIDA, Orlando. **Inventarios, arrolamentos e partilhas : teoria, pratica, jurisprudencia, legislacao** / 9. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : RCN, 2002. 507 p. ; 1 ex. 347.65
- FILOMENO, Jose Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor** / 11. ed. rev., ampl e atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2012. 883 p. ; 10 ex. 347.451.031
- FILOMENO, Jose Geraldo Brito. **Manual de direitos do consumidor** / 8. ed. rev. ampl e atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2005. 807 p. ; 11 ex. 347.451.031
- FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro** / 14. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 961 p. ; 13 ex. 349.6
- FIUZA, Cesar; SA, Maria de Fatima Freire de & NAVES, Bruno Torquato de Oliveira (coord.). **Direito civil: atualidades** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2003. 331 p. : 1 ex. 347
- FONSECA, Antonio Cezar Lima da. **Direito penal do consumidor : codigo de defesa do consumidor e lei n. 8.137/90** / 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre, RS : Livr. do Advogado, 1999. 292 p. ; 1 ex. 347.451.031

FORTES, Valeria & BRITES, Cristina Maria. Direitos humanos e serviço social : polemicas, debates e embates / 3. ed. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2013. 209 p. ; 2 ex. 342.7:364

FORUM DE CORTES SUPREMAS (2007 : BRASILIA, DF). **Encontros de cortes supremas : desafios e perspectivas no processo de integracao do Mercosul** / Brasilia, DF : Supremo Tribunal Federal, 2007. 398 p ; 1 ex. 341.12

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir : nascimento da prisao** / 33. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2007. 277 p. : 11 ex. 343.8

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir : nascimento da prisao** / 40. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2012. 291 p. : 3 ex. 343.8

FRANCEZ, Andrea; COSTA NETTO, Jose Carlos & D'ANTINO, Sergio Fama (org.). **Manual do direito do entretenimento** : guia de producao cultural / 2. ed. Sao Paulo, SP : Edicoes SESC SP, 2010. 212 p. : 9 ex. 34:379.8

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **Direito do trabalho no STF** / Sao Paulo, SP : LTr, 1998. v. ; 39 ex. 349.2:347.991

FREITAS, Vladimir Passos de. **Direito administrativo e meio ambiente** / 4. ed. rev. e atual. Curitiba, PR : Jurua, 2010. 263 p. ; 5 ex. 342.951:502/504

FREITAS, Vladimir Passos de. **Crimes contra a natureza** / 9. ed. rev. atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2012. 427 p. ; 20 ex. 349.6

FRENCH, John D. **Afogados em leis: a CLT e a cultura politica dos trabalhadores brasileiros** / Sao Paulo, SP : Fundacao Perseu Abramo, c2001 127p. 8 ex. 349.2

GAGLIETTI, Mauro; GAGLIETTI, Natalia Formagini (Org.). **Direito contemporaneo em pauta** / Santo Angelo,RS: URI, 2012. 445p., 1 ex. 34

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo curso de direito civil** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. v. ; 22 ex. 347

GALLI, Alessandra (coord.). **Direito socioambiental** : homenagem a Vladimir Passos de Freitas / Curitiba, PR : Jurua, 2010. 2 v. ; 5 ex. 342.951:502/504

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. **Direito civil : obrigacoes** / Sao Paulo, SP : Atlas, 2008. 472 p. ; 20 ex. 347.4

GARCEZ, Jose Maria Rossani. **Negociacao, ADRS, mediacao, conciliacao e arbitragem** / 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2004. 343 p. : 2 ex. 347.918

GARCIA-PABLOS DE MOLINA, Antonio. **Direito penal : fundamentos e limites do direito penal** / 3. ed. reform. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2012. 718 p. : 20 ex. 343.2/7

GASPARINI, Diogenes. **Direito administrativo** / 12. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 1030 p. ; 3 ex. 342.9

GIUSTI, Miriam Petri Lima de Jesus. **Direito da seguridade social : provas e concursos** / Sao Paulo, SP : Pillares, 2008. 168 p. : 1 ex. 349.3

GODOY, Claudio Luiz Bueno de. **A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2008. 123 p. : 5 ex. 342.732:347.152

GOMES, Carla Amado, **Direito ambiental : o ambiente como objeto e os objetos do direito do ambiente** / Curitiba, PR : Jurua, 2010. 248 p. ; 5 ex. 349.6

GOMES, Fabio de Barros Correia **Producao legislativa no Brasil : visao sistematica e estrategica no presidencialismo de coalizao** / Brasilia, DF : Edicoes Camara, 2013. 167 p. : 1 ex. 342.537.4

GOMES, Luiz Flavio & PIOVESAN, Flavia (coord.). **O sistema interamericano de protecao dos direitos humanos e o direito brasileiro** / Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2000. 466 p. ; 6 ex. 342.7:341

GOMES, Marcus Livio & ANTONELLI, Leonardo Pietro (Coord). **Curso de direito tributario brasileiro** / Sao Paulo, SP : Quartier Latin, 2005. v. 1 1 ex. 34:336.2

GOMES, Orlando. **Direitos Reais** / 21. ed. revista e atualizada Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2012. Atualizado por: Luiz Edson Fachin. 20 ex. 347

GOMES, Orlando. **Raizes historicas e sociologicas do codigo civil brasileiro** / 2. ed. Sao Paulo,SP: Martins Fontes, 2006. 115p., 6 ex. 347.7

GOMIERI, Olga Aida Joaquim & GOMIERI, Antonio Tadeu (org.). **Ementario de julgados trabalhistas selecionados do Tribunal Regional do Trabalho da 15. Regiao, Campinas/SP : 2004-2008, n. 3** / Sao Paulo, SP : Impressora Catanduvense, 2008. 827 p. ; 1 ex. 349.2

GONCALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro** / 10. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 7 v. ; 20 ex. 347

GONCALVES, Edwar Abreu. **Manual de seguranca e saude no trabalho** / 3. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2006. 1456 p. : 5 ex. 349.24

GOYARD-FEBRE, Simone. **Os fundamentos da ordem juridica** / 2. ed. Sao Paulo,SP: Martins Fontes, 2007. 376p., 13 ex. 340.12

GRAU, Eros Roberto. **A ordem economica na constituicao de 1988 : (interpretacao e critica)** / 14.ed. Sao Paulo,SP: Malheiros, 2010, 391p. 8 ex. 342.4(094.46)"1988"

GRECO FILHO, Vicente. **Direito processual civil brasileiro, volume 2** / 22. ed. Sao Paulo : Saraiva, 2010. 495p. 20 ex. 347.91/.95

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas : um estudo sobre mulheres, relacoes violentas e a pratica feminista** / Sao Paulo, SP : ANPOCS, c1993. 218 p. : 3 ex. 343.4-055.2

GUARESCHI, Pedrinho A. **O direito humano a comunicacao: pela democratizacao de midia** / Petropolis,RJ: Vozes, 2013. 203p., 1 ex. 342.7:316.77

GUEDES, Jefferson Carus; HAUSCHILD, Mauro Luciano & RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. **Meio ambiente, propriedade e agronegocio** / Brasilia, DF : IP, 2011. 186 p. : 1 ex. 349.6

GUERRA, Sergio (org.). **Transformacoes do Estado e do direito : novos rumos para o poder judiciario** / Rio de Janeiro, RJ : FGV, 2009. 165 p. ; 8 ex. 342.56

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos : curso elementar** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 406 p. : 8 ex. 342.7

GUIMARAES, Andre Sathler & VIEIRA, Fernando Saboia (Org.). **Legislativo e democracia: reflexoes sobre a Camara dos Deputados** / Brasilia,DF: Centro de Documentacao e Informacao, 2013. 277p.: 1 ex. 342.532(81)

GUIMARAES, Jose Augusto Chaves. **Elaboracao de ementas jurisprudenciais : elementos teorico-metodologicos** / Brasilia, DF : CJF, 2004. 153 p. ; 1 ex. 340.113

GUSMAO, Paulo Dourado de. **Introducao ao estudo do direito** / 38. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 465 p. ; 1 ex. 340.12

HABERMAS, Jurgen. **Direito e democracia : entre facticidade e validade** / 2. ed. Rio de Janeiro,RJ: Tempo brasileiro, 2012. 2 v. 39 ex. 340.115

HACK, Erico. **Direito constitucional : conceitos, fundamentos e principios basicos** / Curitiba, PR : InterSaberes, 2012. 213 p. ; 1 ex. 342

HACK, Erico. **Nocoas preliminares de direito administrativo e direito tributario** / 3. ed. rev. Curitiba, PR : IBPEX, 2010. 348 p. : 2 ex. 342

HAGE, Jorge. **Omissao inconstitucional e direito subjetivo** / Brasilia, DF : Brasilia Juridica, 1999. 237 p. ; 1 ex. 342

HECK, Luis Afonso (org.). **Direito natural, direito positivo, direito discursivo** / Porto Alegre, RS: Livraria Do Advogado, c2010. 282 p. ; 20 ex. 340.12

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Principios da filosofia do direito** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Icone, c2005. 279 p. ; 8 ex. 340.12

HEMINGWAY, Ernest. **O velho e o mar** / 75. ed. Rio de Janeiro, RJ : Bertrand Brasil, 2011. 126 p. 16 ex. 821.111-3

HENRIQUES, Antonio. **Monografia no curso de direito : como elaborar o trabalho de conclusao de curso (TCC)** / 7. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2010. 316 p. : 5 ex. 34:001.8

HINZ, Henrique Macedo. **Direito individual do trabalho** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 159 p. ; 5 ex. 349.2

HOLLENSTEINER, Stephan (org.). **Estado e sociedade civil no processo de reformas no Brasil e na Alemanha** / Rio de Janeiro,RJ: Lumen Juris, 2004. 252p., 10 ex. 341.23(81)(430)

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito previdenciario** / 9. ed. Sao Paulo, SP : Quartier Latin, 2012. 743 p. : 20 ex. 349.3

INGRAM, David. **Filosofia do direito : conceitos-chave em filosofia** / Porto Alegre, RS : Artmed, 2010. 248 p. ; 8 ex. 340.12

INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS. **Propriedade e desenvolvimento** / Porto Alegre, RS : Instituto de Estudos Empresariais, 2007. 432 p. : 1 ex. 347.121.2

ISHIDA, Valter Kenji. **Estatuto da crianca e do adolescente : doutrina e jurisprudencia** / 10. ed. atual. Sao Paulo : Atlas, 2009 510 p. ; 2 ex. 1997

ISRAEL, Gerard. **Rene Cassin e os direitos humanos: uma biografia** / Sao Paulo, SP: Edusp, 2010. 243p., 6 ex. 342.7

IZUMINO, Wania Pasinato. **Justica e violencia contra a mulher : o papel do sistema judiciario na solucao dos conflitos de genero** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Fundacao de Amparo a Pesquisa do Estado de Sao Paulo - FAPESP, 2004. 277 p. : 3 ex. 343.4-055.2

JABINE, Thomas B. & CLAUDE, Richard P. (orgs.). **Direitos humanos e estatistica: o arquivo posto a nu** / Sao Paulo, SP: Edusp, 2007. 545p.: 6 ex. 342.7

JESUS, Damasio E. de. **Codigo de processo penal anotado** / 22. ed. atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 988 p. ; 3 ex. 343.1

JESUS, Damasio E. de. **Codigo penal anotado** / 17. ed. atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 1181 p. ; 1 ex. 343.2

JESUS, Damasio E. de. **Violencia contra a mulher : aspectos criminais da lei n. 11.340/2006** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 103 p. : 5 ex. 343.4-055.2

KAUFMANN, Marcus de Oliveira. **Das praticas anti-sindicais as praticas anti-reoresentativas: sistemas de combate e a tutela de representacoes coletivas de trabalhadores** / Sao Paulo, SP : LTr, 2005. 533p., 5 ex. 349.2:331.105.44

KELSEN, Hans. **O Estado como integracao : um confronto de principios** / Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2003 123 p. ; 6 ex. 340.12

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito : introducao a problematica cientifica do direito** / 4. ed. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006. 159 p. ; 1 ex. 340.12

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito** / 8. ed. Sao Paulo, SP : WMF Martins Fontes, 2012. 427 p. ; 19 ex. 340.12

KGELMAS, Eduardo (org.). **Jose Antonio Pimenta Bueno: Marques de Sao Vicente** / Sao Paulo, SP: 34, 2002. 682p., 6 ex. 342(81)

KOCOUREK, Sheila. **Nas dobras da historia : o desafio dos direitos da crianca e do adolescente na construcao da cidadania para o seculo XXI** / Porto Alegre, RS : Faith, 2009 172 p. ; 10 ex. 342.7

KONRAD-ADENAUER-STIFTUNG. **Cinquenta anos da declaracao universal dos direitos humanos** / Sao Paulo, SP : Konrad-Adenauer-Stiftung, 1998. 104 p. : 1 ex. 342.7

KONZEN, Afonso Armando. **Justica restaurativa e ato infracional : desvelando sentidos no itinerario da alteridade** / Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2007. 158 p. ; 5 ex. 343.24

KUMMEL, Marcelo Barroso. **As convencoes da OIT e o Mercosul** / Sao Paulo, SP : LTr, 2001. 127 p. ; 5 ex. 349.2:339.923

LACERDA, Ana Beatriz de Castro Carvalho [et al.]. **A construcao do artigo 5. da Constitucao de 1988** / Brasilia, DF : Edicoes Camara, 2013. 371 p. + 1 CD-ROM ; 1 ex. 342.4

LAFER, Celso. **A reconstrucao dos direitos humanos : um dialogo com o pensamento de Hannah Arendt** / Sao Paulo, SP : Companhia das Letras, 2006. 406 p. ; 1 ex. 342.7

LAMY FILHO, Alfredo. **A Lei das S. A.** / 3. ed. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 1997. 2 v. 2 ex. 347.725

LARENZ, Karl. **Base del negocio juridico y cumplimiento de los contratos** / Granada : Comares, 2002 212 p. ; 1 ex. 347.13

LAVORENTI, Wilson. **Violencia e discriminacao contra a mulher : tratados internacionais de protecao e o direito penal brasileiro** / Campinas, SP : Millennium, 2009. 318 p. : 5 ex. 343.4-055.2

LEAL, Maria Cristina & FREIRE, Silene de Moraes (org.). **Direitos humanos e suas interfaces nas politicas sociais** / Rio de Janeiro,RJ: EdUERJ, 2012. 206p.: 6 ex. 342.57:304.4

LEAL, Rogerio Gesta. **Direitos humanos no Brasil : desafios a democracia** / Santa Cruz do Sul, RS : EDUNISC, 1997. 176 p. ; 6 ex. 342.7

- LEAL, Rogerio Gesta. **Perspectivas hermenêuticas dos direitos humanos e fundamentais no Brasil** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2000. 224 p. ; 1 ex. 342.7
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho** / 11. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2013. 1504 p. ; 2 ex. 349.2:347.9
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho** / 11. ed. Sao Paulo : LTr, 2009. 1156 p. 17 ex. 349.2:347.9
- LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de direito processual do trabalho** / 5. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2007. 1216 p. ; 1 ex. 349.2:347.9
- LEITE, Eduardo de Oliveira. **Monografia jurídica / Eduardo de Oliveira Leite**. 7. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006. 542 p. : 2 ex. 34:001.8
- LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado** / 17. ed. Sao Paulo : Saraiva, 2013. 24 cm. 27 ex. 342
- LIMA, Paulo Marco Ferreira. **Violência contra a mulher : o homicídio privilegiado e a violência doméstica** / Sao Paulo, SP : Atlas, 2009. 170 p. : 3 ex. 343.4-055.2
- LINTZ, Breno Linhares. **Prática processual penal : doutrina, jurisprudência e modelos** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2002. 424 p. : 3 ex. 343.1
- LOBO, Maria Teresa de Carcomo. **Manual de direito comunitário : 50 anos de integração** / 3. ed. rev. e atual. Curitiba, PR : Jurua, 2009. 433 p. : 32 ex. 342
- LOBO, Paulo Luiz Netto. **Responsabilidade por vício do produto ou do serviço** / Brasília : Brasília Jurídica, 1996 126 p. ; 1 ex. 347.51
- LOPES, Joao Batista. **Condomínio** / 9. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006. 300 p. ; 1 ex. 347.238
- LOPES, Jose Reinaldo de Lima. **O direito na história : lições introdutórias** / 4. ed. Sao Paulo, SP : Boitempo, 2012. 459 p. : 10 ex. 34
- LOVETT, Frank. **Uma teoria da justiça, de John Rawls : guia de leitura** / Porto Alegre, RS : Penso, 2013. 136 p. : 3 ex. 340.116
- LUZ, Valdemar P. da. **Contratos, procurações, requerimentos, e outros documentos** / 10. ed. rev. e ampl. Florianópolis, SC : OAB/SC, 2004. 339 p. ; 1 ex. 347.44
- LUZ, Valdemar P. da. **Manual do advogado** / 20. ed. Florianópolis, SP : Conceito, 2007. 743 p. ; 2 ex. 34
- LUZ, Valdemar P. da. **Manual prático das petições judiciais** / 2. ed. Porto Alegre, RS : Sagra, 1986. 163 p. ; 1 ex. 347.957

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito** / 17. ed. São Paulo, SP : Brasiliense, 2006. 93 p. ; 1 ex. 34

LYRA, Afranio. **Responsabilidade Civil** / Afranio Lyra. 2. ed. São Paulo, SP : Jurid Vellenich, [19 -] 283 p. ; 1 ex. 347.51

MACCORMICK, Neil. **Retorica e o estado de direito : uma teoria da argumentacao juridica** / Rio de Janeiro : Elsevier, 2008. 389 p. : 8 ex. 340.12

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor** / 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2007. 316 p. ; 1 ex. 347.451.031

MACHADO, Carlos Augusto. **Mandado de injuncao : um instrumento de efetividade da constituicao** / 2. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2004. 199 p. ; 1 ex. 347.994.2

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de direito tributario** / 34. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP : Malheiros, 2013. 562p., 17 ex. 34:336.22

MACHADO, Maira Rocha. **Internacionalizacao do direito penal : a gestao de problemas internacionais por meio do crime e da pena** / São Paulo, SP : Ed. 34, 2004. 254 p. : 6 ex. 341.4

MAIA NETO, Candido Furtado. **Direito constitucional penal do mercosul** / 2. ed. rev. e ampl. Curitiba, PR : Jurua, 2008. 503 p. : 5 ex. 342

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Leasing** / 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2002. 329 p. ; 1 ex. 347.751

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. **Manual do consumidor em juizo** / 5.ed. São Paulo : Saraiva, 2013. 301p. 20 ex. 347.451.031(81)

MARINHO, Danilo Nolasco C.; BALESTRO, Moises Villamil & WALTER, Maria Inez M. T. **Políticas públicas de emprego no Brasil : avaliacao externa do Programa Seguro-Desemprego** / Brasília, DF : Ed. Universidade Federal de Brasília - UnB, 2010. 350 p. ; 2 ex. 331.1(81)

MARINONI, Luiz Guilherme. **Processo de conhecimento** / 11. ed. rev. atual. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013. 718p. 17 ex. 347.91/.95

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciencia do direito : conceito, objeto, metodo** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2001. 253 p. ; 1 ex. 340.12

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no codigo de defesa do consumidor : o novo regime das relacoes contratuais** / 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2005. 1342 p. 1 ex. 347.44:366.5

MARQUES, Claudia Lima. **Comentarios ao codigo de defesa do consumidor** / 4. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 1966 p. ; 8 ex. 347.451.031

MARQUES, Jose Frederico. **Elementos de direito processual penal** / 2. ed. Campinas, SP : Millennium, 2003. 4 v. 8 ex. 343.1

MARQUES, Nadia Rejane Chagas. **O direito a saude no Brasil : entre a norma e o fato** / Porto Alegre, RS : Nuria Fabris, 2012. 158 p. ; 1 ex. 342.7:614

MARTINEZ, Luciano. **Curso de direito do trabalho : relacoes individuais, sindicais e coletivas de trabalho** / 4. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 833 p. ; 5 ex. 349.2

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial : empresa comercial, direito comercial, sociedades empresarias, companhias, registro de empresa, empresa em crise, empresario individual, microempresas, corretores e leiloeiros, fundo de comercio, atos de concentracao, concorrancia, responsabilidade empres** 36. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2013. 437 p. ; 8 ex. 347.7

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial : empresa comercial, empresarios individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comercio** / 30. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 494 p. ; 1 ex. 347.7

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial** / 36. ed. rev. ,atual. e ampl. Rio de Janeiro,RJ Forense, 2013. 437p., 11 ex. 347.7

MARTINS, Juliano Cardoso Schaefer. **Contratos internacionais : a autonomia da vontade na definicao do direito material aplicavel** / Sao Paulo, SP : LTr, 2008. 149 p. ; 24 ex. 346.3

MARTINS, Ruy G. **O metodo da fronteira** / Palheira : Almedina, 2007. 252 p. 5 ex. 341.018

MARTINS, Sergio Pinto. **A terceirizacao e o direito do trabalho** / 12. ed. rev e ampl. Sao Paulo, SP : Atlas, 2012. 185 p. ; 5 ex. 349.2:658.64

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social : custeio da seguridade social, beneficios, acidente do trabalho, assistencia social, saude** / 33. ed. atualizada ate 21-11-12 Sao Paulo,SP : Atlas, 2013. 561 p. ; 9 ex. 349.3

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da seguridade social : custeio da seguridade social, beneficios, acidente do trabalho, assistencia social, saude** / 24. ed. atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2007. 525 p. ; 11 ex. 349.3

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho** / 23. ed. atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2007. 887 p. ; 9 ex. 349.2

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito processual do trabalho : doutrina e pratica forense, modelos de peticoes, recursos, sentencas e outros** / 27. ed. atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2007. 737 p. ; 3 ex. 349.2:347.9

MARTINS, Sergio Pinto. **Execucao da contribuicao previdenciaria na justica do trabalho** / Sao Paulo, SP : Atlas, 2001. 110 p. ; 1 ex. 349.2

MARTINS, Sergio Pinto. **Flexibilizacao das condicoes de trabalho** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2004. 145 p. ; 8 ex. 349.2:331.106

MARTINS, Sergio Pinto. **Instituicoes de direito publico e privado** / 9. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2009. xvii, 464 p. ; 1 ex. 34

MARTINS, Sergio Pinto. **O pluralismo do direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : Atlas, 2001. 188 p. ; 5 ex. 349.2:141.113

MARX, Karl. **Contribuicao a critica da filosofia do direito de Hegel : introducao** / Sao Paulo, SP : Expressao Popular, 2010. 56p., 5 ex. 340.12

MARX, Karl. **Critica da filosofia do direito de Hegel : 1843** / 2. ed. rev. Sao Paulo, SP : Boitempo, 2010. 175 p. : 6 ex. 340.12

MARX, Karl. **Critica da filosofia do direito de Hegel : 1843** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Boitempo, 2013. 181p., 2 ex. 340.12

MATTEI, Ugo. **Pilhagem : quando o estado de direito e ilegal** / Sao Paulo, SP : WMF Martins Fontes, 2013. 445 p. ; 6 ex. 342.22

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermeneutica e aplicacao do direito** / 19. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 346 p. ; 2 ex. 340.12

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermeneutica e aplicacao do direito** / 20. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2011. 335 p. : 18 ex. 340.12

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. **Direito internacional publico : parte geral** / 3.ed. revista, atualizada e ampliada. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006 . 224p. 1 ex. 341.1/.8

MEDAUAR, Odete. **O direito administrativo em evolucao** / 2. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2003. 298 p. ; 2 ex. 342.9

MEDEIROS, Cristiano Carrilho Silveira de (Org.). **Saude mental e o direito** : ensaios em homenagem ao professor Heitor Carrilho / Sao Paulo, SP : Metodo, 2004. 126 p. ; 5 ex. 343.96:613.86

MEDEIROS, Joao Bosco. **Portugues forense : lingua portuguesa para curso de direito** / 6. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2013. 437 p. : 5 ex. 34:81'36

MEDEIROS, Maria Bernadette de Moraes. **Interdicao civil : protecao ou exclusao** / Sao Paulo, SP : Cortez, 2007. 245 p. : 8 ex. 347.163

MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de seguranca : acao popular, acao civil publica, mandado de injucao, habeas data, acao direta de inconstitucionalidade,**

acaodeclaratoria de constitucionalidade, arguicao de descunprimento de preceito fundamental, o controle incidental de normas no direito brasileiro / 27. ed. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2004. 671p. 1 ex. 347.951.3

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de construir** / 9. ed. atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2005. 480 p. ; 1 ex. 347.242

MELLO, Cleyson de Moraes. **Curso de direito civil : parte geral** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Freitas Bastos, 2013. 555 p. ; 10 ex. 347

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato juridico : plano da eficacia - 1a. parte** / 8. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 305 p. ; 9 ex. 347.13

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato juridico : plano da eficacia** / 3. ed. rev. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 283 p. ; 11 ex. 347.13

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato juridico : plano da existencia** / 13. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 288 p. ; 1 ex. 347.13

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato juridico : plano da validade** / 7. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 314 p. ; 1 ex. 347.13

MELO, Jose Eduardo Soares de. **ISS - aspectos teoricos e praticos** / 4. ed. Sao Paulo, SP : Dialetica, 2005. 239 p. ; 1 ex. 34:336.226

MENCK, Jose Theodoro Mascarenhas (Org.). **Codigo civil brasileiro no debate parlamentar** : elementos historicos da elaboracao da Lei nº 10.406, de 2002 / Brasilia, DF : Camara dos Deputados, 2012. 4 v. ; 4 ex. 347

MENDES, Naldemir Maria. **Cidadania** / 2. ed. Petropolis, RJ : Vozes, 2007. 42 p. : 8 ex. 342.71

MENDONCA, Jacy de Souza. **Introducao ao estudo do direito** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2002. 257 p. ; 1 ex. 340.12

MERENIUK, Ruy Orlando. **Contratos bancarios e o impacto das taxas de juros : a usura na velocidade do tempo** / 1. ed. Curitiba, PR : Jurua, 2006. 199 p. : 1 ex. 347.755

MESSEDER, Hamurabi. **Entendendo o estatuto da crianca e do adolescente : legislacao comentada e 200 questoes atualizado pela Lei N. 12.010, de 04 de agosto de 2009** / Rio de Janeiro, RJ : Elsevier, 2010. 345 p. ; 8 ex. 342.726-053.2/.6

MICHILES, Carlos. **Cidadao constituinte : a saga das emendas populares** / Rio de Janeiro, RJ : Paz e Terra, 1989 412p. 8 ex. 342

MINAHIM, Maria Auxiliadora; FREITAS, Tiago Batista & OLIVEIRA, Thiago Pires (Coord.). **Meio ambiente, direito e biotecnologia** / Curitiba, PR : Jurua, 2010. 623 p. ; 5 ex. 349.6

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo penal** / 18. ed. rev. e atual. São Paulo, SP : Atlas, 2007. 818 p. ; 7 ex. 343.1

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal** / São Paulo, RS: Atlas, 2007. 3 v. ; 3 ex. 343.2

MIRANDA, Jorge. **Manual de direito constitucional** / 7. ed. rev. e atual. [Lisboa] : Coimbra Editora, 2003. v. : 3 ex. 342

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado** / Campinas, SP : Bookseller, 200 -. 60 v. 5 ex. 347

MIRANDA, Pontes de. **Tratado de direito privado** / São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2012. 60 v. + 2 índice ; 62 ex. 347

MIRANDA, Roberto Campos da Rocha (org.). **Informação e conhecimento no legislativo** / Brasília, DF : Câmara dos Deputados, 2012. 173 p. : 1 ex. 342.52:001

MOLINARO, Carlos Alberto [et al.]. **A dignidade da vida e os direitos fundamentais para além dos humanos: uma discussão necessária** / Belo Horizonte, MG: Forum, 2008. 542p.; 5 ex. 349.6

MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito ambiental : proibição de retrocesso** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2007. 133 p. : 5 ex. 349.6

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos** / São Paulo, SP : Contexto, 2006. 189 p. ; 1 ex. 342.7

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos no Brasil** / São Paulo : Contexto, 2009. 141p. ; 3 ex. 342.7

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil** / São Paulo, SP : Saraiva, 2006-2007. 6 v. ; 3 ex. 347

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de direito processual civil : medidas de urgência, tutela antecipada e ação cautelar, procedimentos especiais : volume 3 / 3. ed.** São Paulo, SP : Atlas, 2006. 554 p. ; 1 ex. 347.91/.95

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. **O espírito das leis** / 3. ed. São Paulo, SP : Martins Fontes, 2005. 733 p. ; 6 ex. 340.12

MORAES FILHO, Evaristo de. **Introdução ao direito do trabalho** / 9. ed. São Paulo, SP : LTR, 2003. 819 p. ; 8 ex. 349.2

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional** / 21. ed. atual. São Paulo, SP : Atlas, 2007. 994 p. ; 4 ex. 342

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional** / 28. ed. rev. e atual. São Paulo, SP : Atlas, 2012. xxvii, 956 p. : 4 ex. 342

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional** / 27. ed. rev. e atual. . Sao Paulo, SP : Atlas, 2011. xxvii, 944 p. 5 ex. 342

MORAES, Alexandre de. **Direitos humanos fundamentais : teoria geral, comentarios aos arts. 1º a 5º da Constituicao da Republica Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudencia** / 7. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2006. 331 p. ; 1 ex. 342.7

MORAIS, Jose Luis Bolzan de. **A ideia de direito social : o pluralismo juridico de Georges Gurvitch** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 1997. 100 p. 2 ex. 34:316

MOREIRA, Eduardo Ribeiro & PUGLIESI, Marcio (Coord.). **20 anos da Constituicao brasileira** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2009. 587 p. ; 8 ex. 342.4(81)"1988"

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Curso de direito administrativo** / 14. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 667 p. : 2 ex. 342.9

MOTTA, Manoel Barros da. **Critica da razao punitiva : nascimento da prisao no Brasil** / Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2011. 369 p. : 8 ex. 343.811

MUKAI, Toshio. **Direito ambiental : sistematizado** / 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2005. 214 p. 1 ex. 349.6

NAHRA, Clicia Maria Leite & BRAGAGLIA, Monica (org.). **Conselho tutelar : genese, dinamica e tendencias** / Canoas, RS : Ed. da ULBRA, 2002. 160 p. ; 5 ex. 342.7

NAHAS, Thereza Christina. **Processo cautelar no processo do trabalho : manual basico** / Sao Paulo, SP : Atlas, 2000. 169 p. : 2 ex. 347.9

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compendio de direito sindical** / 7. ed. Sao Paulo, SP : LTr., 2012. 668 p. : 5 ex. 349.2:331.105.44

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho** / 22. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 1277 p. ; 3 ex. 349.2

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho** / 28. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 1024 p. ; 10 ex. 349.2:347.9

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Direito contemporaneo do trabalho** / 2. tiragem Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011. 550p., 5 ex. 349.2

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciacao ao direito do trabalho** / 33. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2007. 588 p. ; 6 ex. 349.2

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciacao ao trabalho** / 34. ed. Sao Paulo : LTr, 2009. 588 p. : 3 ex. 349.2:331.1

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Teoria juridica do salario** / 2. ed. Sao Paulo, SP : LTr, 1997. 350 p. ; 1 ex. 349.2:331.2

NAVES, Marcio Bilharinho. **Marxismo e direito : um estudo sobre Pachukanis** / Sao Paulo, SP: Boitempo, 2008. 183p.; 5 ex. 340.128

NERY JUNIOR, Nelson. **Principios do processo civil na constituicao federal** / 8. ed. rev. atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2004. 303 p. ; 2 ex. 347.91/.95

NERY JUNIOR, Nelson. **Principios do processo na constituicao federal : processo civil, penal e administrativo** / 11. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013. 413 p. ; 7 ex. 347.9:342.4

NERY, Rosa Maria Andrade. **Nocoas preliminares de direito civil** / Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2002. 261 p. ; 2 ex. 347

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. **A constitucionalizacao simbolica** / 3. ed. Sao Paulo, SP : WMF Martinsfontes, 2011. 263 p. ; 5 ex. 342

NEVES, Marcelo da Costa Pinto. **Transconstitucionalismo** / Sao Paulo, SP : WMF Martins Fontes, 2009. 23 cm. 8 ex. 342

NOGUEIRA, Octaciono. **A Constituinte de 1946 : Getulio, o sujeito oculto** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2005. 706p. 6 ex. 342"1946"

NOUR, Soraya. **A paz perpetua de Kant : filosofia do direito internacional e das relacoes internacionais** / 2. ed. Sao Paulo, SP : WMF Martins Fontes, 2013. 212 p. ; 6 ex. 340.12

NOVAES, Carlos Eduardo. **Cidadania para participantes : a historia dos direitos do homem** / Sao Paulo, SP : Atica, 2011. 215p., 8 ex. 342.71

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execucao penal** / 8. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2011. 1088 p. ; 1 ex. 343.1:343.8

NUNES, Rizzatto. **Manual de introducao ao estudo do direito** / 6. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 391 p. ; 1 ex. 34

ODALIA, Nilo. **O que e violencia** / 6. ed. Sao Paulo, SP : Brasiliense, 2004. 93 p. ; 6 ex. 343.435

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual de pratica trabalhista** / 40. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2006. 765 p. : 3 ex. 349.2

OLIVEIRA, Aristeu de. **Manual pratico da previdencia social** / 14. ed. atual. Sao Paulo, SP : Atlas, 2006. 490 p. : 1 ex. 349.3

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do formalismo no processo civil** / 2. ed. rev. e ampl. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2003. 308 p. ; 2 ex. 347.9

- OLIVEIRA, Graziela de. **Dignidade e direitos humanos** / Curitiba, PR : Editora UFPR, 2003. 149 p. ; 6 ex. 342.7
- OLIVEIRA, Regis Fernandes de **Curso de direito financeiro** / 5. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 796p., 20 ex. 347.73
- OLIVEIRA, Simone Barros de; CANTINI, Adriana Hartemink & PESSOA, Elisangela Maia (Orgs.). **Direitos humanos em perspectiva: analise interdisciplinar** / Rio de Janeiro,RJ: Lumen Juris, 2014. 190p., 1 ex. 342.7(81)
- OLIVEIRA, Wagner Roberto de. **Pratica forense previdenciaria** / Leme, SP : J.H. Mizuno, 2005. 526 p. ; 1 ex. 349.3
- PALU, Oswaldo Luiz. **Controle de constitucionalidade : conceitos, sistemas e efeitos** / 2. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2001. 356 p. ; 1 ex. 342
- PASSOS, Luisa de Marillac Xavier dos & PENSO, Maria Aparecida (Coord.). **O papel da comunidade na aplicacao e execucao da justica penal** / Brasilia : Escola Superior do Ministerio Publico da Uniao, 2009 109 p. ; 1 ex. 343.152
- PASTORE, Jose. **A modernizacao das instituicoes do trabalho : encargos sociais reformas trabalhistas e sindical** / Sao Paulo, SP: LTr, 2005. 229p.; 8 ex. 349.2
- PAULINO, Gustavo Smizmaul. **Antropologia juridica** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011. 145p. 10 ex. 34:304
- PAULO, Vicente. **Controle de constitucionalidade** / 6.ed. Niteroi, RJ : Impetus, 2007. 219p., 1 ex. 342(81)
- PAULO, Vicente. **Direito constitucional descomplicado** / 11. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Metodo, 2013. 1089 p. : 40 ex. 342
- PAULSEN, Leandro. **Direito Tributario : constituicao e codigo tributario a luz da doutrina e da jurisprudencia** / 15. ed. Porto Alegre, RS : ESMAFE, 2013. 1376 p. : 3 ex. 34:336.22
- PEREIRA NETTO, Juliana Presotto. **A previdencia social em reforma : o desafio da inclusao de um maior numero de trabalhadores** / Sao Paulo, SP : LTr, 2002. 261 p. ; 1 ex. 349.3
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituicoes de direito civil** / 22. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2007. 5 v. ; 1 ex. 347
- PEREIRA, Leone. **Direito do trabalho** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013. 286p.; 5 ex. 349.2
- PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de familia : uma abordagem psicanalitica** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2003. 181 p. ; 1 ex. 347.61

PERELMAN, Chaim. **Etica e direito** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2005. 722 p. 1 ex. 340.12:174

PERELMAN, Chaim. **Logica juridica : nova retorica** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2004. 259 p. ; 1 ex. 340.13

PERIN JUNIOR, Ecio. **Curso de direito falimentar e recuperacao de empresas** / 3. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Metodo, 2006. 494 p. ; 1 ex. 347.736

PINHO, Ruy Rebello. **Instituicoes de direito publico e privado : introducao ao estudo do direito [e] nocoos de etica profissional** / 24. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2009. 426 p. : 5 ex. 342:347

PINSKY, Jaime (org.). **Praticas de cidadania** / Sao Paulo, SP : Contexto, 2004. 283 p. ; 6 ex. 342.74

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Historia da cidadania** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Contexto, 2005. 591 p. : 1 ex. 342.74

PINSKY, Jaime & PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Historia da cidadania** / 4. ed. Sao Paulo : Contexto, 2008 591 p. : 7 ex. 342.74

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional** / 11. ed. rev. e atual. Sao Paulo : Saraiva, 2010. 608 p. : 5 ex. 342.7

PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional** / 14. ed. rev. e atual. Sao Paulo : Saraiva, 2013. 704 p. : 33 ex. 342.7

PIOVESAN, Flavia. **Temas de direitos humanos** / 6. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013. 572 p. : 8 ex. 342.7

Porto Alegre (RS) Camara Municipal. **Coletanea de legislacao municipal relativa aos direitos da pessoa com deficiencia** / Porto Alegre, RS : Camara Municipal, 2011. 228 p. ; 1 ex.

PODESTA, Fabio Henrique. **Direito das obrigacoes : teoria geral e responsabilidade civil** / 5. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2005. 331 p. ; 1 ex. 347.4

PONTES, Helenilson Cunha. **O principio da proporcionalidade e o direito tributario** / Sao Paulo, SP : LTr, 2000. 207 p. ; 1 ex. 340.11:336.2

PORTANOVA, Rui. **Principios do processo civil** / 8. ed. Porto Alegre,RS: Do Advogado, 2013. 205p.; 19 ex. 347.91/.95

PORTANOVA, Rui. **Principios do processo civil** / 6. ed. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2005. 308 p. ; 1 ex. 347.91/.95

PORTELA, Paulo Henrique Goncalves.. **Direito internacional publico e privado** : 5. ed. rev. e ampl. Salvador, BA : JusPODIVM, 2013. 1085 p. : 37 ex. 341

PORTO, Pedro Rui da Fontoura. **Violencia domestica e familiar contra a mulher : Lei n. 11.340/06 : analise critica e sistematica** / 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2012. 141 p. ; 5 ex. 343.4

POSSENTI, Sirio. **Lingua na midia** / Sao Paulo, SP : Parabola Editorial, 2009. 167 p. ; 13 ex. 81'42

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro** : 9. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2013. 3 v. : 20 ex. 343(81)

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro, volume 1 : parte geral, arts. 1. a 120.** / 7. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2007. v. 1 ; 11 ex. 343.2

PRONER, Carol. **Propriedade intelectual : para uma outra ordem juridica possivel** / Sao Paulo, SP : Cortez, 2007. 120 p. ; 8 ex. 347.121.2

QUADROS, Fausto de. **Direito das comunidades europeias e direito internacional publico : contributo para o estudo da natureza juridica do direito comunitario europeu** / Lisboa : Grafica de Coimbra , 1991. 541 p. : 1 ex. 341:339.923

RADBRUCH, Gustav. **Introducao ao estudo do direito** / Sao Paulo, SP : Marrins Fontes, 1999. 232 p. ; 1 ex. 340.12

RAMOS, Carmem Lucia Silveira [et al.]. **Dialogos sobre direito civil : construindo uma racionalidade contemporanea** / Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2002. 537 p. ; 2 ex. 347

RANGEL, Vera Ligia [et al.]. **Conheca e defenda seus direitos** / Sao Paulo, SP: Nova Cultura, 2010. 144p.: 2 ex. 347.451.031

RANGEL, Vicente Marotta. **Direito e relacoes internacionais : legislacao internacional anotada** / 9. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2011. 605 p. ; 18 ex. 341

RAO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos** / 6. ed. anot. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2005. 1040 p. ; 2 ex. 34

RAWLS, John. **Uma teoria da justica** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2002. xxvii, 708 p. : 1 ex. 340.114

RAWLS, John. **Uma teoria da justica** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2008. xlix, 764 p. : 4 ex. 340.114

REALE, Miguel. **Filosofia do direito** / 20. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 749 p. ; 1 ex. 340.12

REALE, Miguel. **Licoes preliminares de direito** / 27. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2002. 391 p. ; 18 ex. 34

RECHSTEINER, Beat Walter. **Direito internacional privado : teoria e pratica** / 10. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 416 p. ; 1 ex. 341.9

REIS JR., Wagner Gusmao. **Garantia de emprego ao portador do virus da AIDS** / Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2005. 95 p. ; 5 ex. 342.726:616.97

REIS, Marcio Monteiro. **Mercosul, Uniao Europeia e Constituicao : a integracao dos estados e os ordenamentos juridicos nacionais** / Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2001. 326 p. ; 2 ex. 341:339.923

REQUIAO, Rubens. **Curso de direito comercial** / 32. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2013 618p., 9 ex. 347.7

REQUIAO, Rubens. **Curso de direito comercial** / 27. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 2 v. ; 1 ex. 347.7

REZEK, Jose Francisco. **Direito internacional publico : curso elementar** / 13. ed. rev. aum. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011. 463 p. ; 8 ex. 341.1/.8

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatorio azul 2012** / Porto Alegre, RS : CORAG, 2013. 462 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Cidadania e Direitos Humanos. **Relatorio azul 2013** / Porto Alegre, RS : CORAG, 2014. 201 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Cidadania e Direitos Humanos. **Subcomissao contra o Crack - SCCC : relatorio final** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2011. 6 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Direitos Humanos. **Relatorio azul : garantias e violacoes dos direitos humanos no RS - 1994** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 1994. 275 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Direitos Humanos. **Relatorio azul 1995 : garantias e violacoes dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 1995. 275 p. : 3 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Direitos Humanos. **Relatorio azul 1996 : garantias e violacoes dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 1996. 427 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Direitos Humanos. **Relatorio azul 1999/2000 : garantias e violacoes dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2000. 618 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissao de Direitos Humanos. **Relatorio azul 2003: garantias e violacoes dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2003. 466 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Direitos Humanos. **Relatório azul 2004 : garantias e violações dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2004. 383 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Direitos Humanos. **Relatório azul 2005 : garantias e violações dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2005. 351 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Direitos Humanos. **Relatório azul 2006 : garantias e violações dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2007. 351 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Direitos Humanos. **Relatório azul 2010** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 2010. 199 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa. Comissão de Direitos Humanos. **Relatório azul 98/99 : garantias e violações dos direitos humanos no RS** / Porto Alegre, RS : Ed. Assembleia Legislativa do RS, 1999. 553 p. : 1 ex.

Rio Grande do Sul. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância e da Juventude. **Estatuto da Criança e do Adolescente e legislação pertinente** / Porto Alegre, RS : Procuradoria Geral da Justiça, 2007. 268 p. ; 1 ex.

RIBEIRO, Rodrigo Franklin Leite. **Manual prático do recurso de revista** / São Paulo, SP : LTr, 1994. 148 p. : 1 ex. 347.958(035):331(81)

RITT, Caroline Fockink. **O estatuto do idoso : aspectos sociais, criminológicos e penais** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2008. 163 p. : 5 ex. 342.7-053.9

RIVERO, Jean. **Direito administrativo** / Coimbra : Almedina, 1981. 582 p. ; 2 ex. 342.9

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família : lei n. 10.406, de 10.01.2002** / 4. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 1032 p. 1 ex. 347.6

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito de família** : 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2011. 946 p. ; 19 ex. 347.6

RIZZARDO, Arnaldo. **Contratos : lei n. 10406, de 10.01.2002** / 6. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 1458 p. ; 3 ex. 347.44

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas : lei n. 10406, de 10.01.2002** / 2.ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 1178 p. 1 ex. 347.2

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das sucessões : lei n. 10406, de 10.01.2002** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2006. 807 p. ; 1 ex. 347.65

RIZZARDO, Arnaldo. **Factoring** / 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2004. 255 p. ; 1 ex. 347.751

RIZZARDO, Arnaldo. **Leasing : arrendamento mercantil no direito brasileiro** / 4. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2000. 312 p. ; 1 ex. 347.751

ROBERT, Henri. **Grandes julgamentos da historia** / 2. ed. Sao Paulo, SP: Mrtins Fontes, 2008. 436p.: 6 ex. 34.038

ROBERT, Henri. **O advogado** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2002. 179p., 6 ex. 347.965

RODRIGUES, Lia Palazzo. **Das arras** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 1998. 82 p. ; 1 ex. 347.412

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil** / 34. ed. atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 7 v. ; 8 ex. 347

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 7 v. ; 15 ex. 347

ROLLO, Alberto (Org.). **Propaganda eleitoral : teoria e pratica** / 2. ed. rev. e atual. Sao Paulo : Revista dos Tribunais, 2004. 304 p. ; 8 ex. 342.849.2

ROSA, Alexandre. **Introducao critica ao ato infracional : principios e garantias constitucionais** / Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2007. 118 p. : 5 ex. 343.24-053.6

ROSA, Alexandre. **Introducao critica ao ato infracional : principios e garantias constitucionais** / Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2011. 365 p. ; 1 ex. 343.24-053.6

ROSENFELD, Denis L. **Reflexoes sobre o direito a propriedade**/ Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2008. 207 p. ; 1 ex. 347.23

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito : antropologia juridica da modernidade** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 2008. 407 p. ; 20 ex. 340.11

SA CESNIK, Fabio de. **Guia do incentivo a cultura** / 2. ed. Barueri, SP : Manole, 2007 . 400 p. : 5 ex. 340:316.74

SA CESNIK, Fabio de. **Guia do incentivo a cultura** / 3. ed. rev. e ampl. Barueri, SP : Manole, 2012. 383 p. : 13 ex. 340:316.74

SAAD, Eduardo Gabriel. **Consolidacao das leis do trabalho : comentada** / 40 . ed. Sao Paulo, SP : LTr, 2007. 1351 p. ; 8 ex. 349.2

SADY, Joao Jose. **Direito do meio ambiente de trabalho** / Sao Paulo, SP : LTr, 2000. 205 p. ; 2 ex. 349.2

SALES, Mione Apolinario. **(In)visibilidade perversa : adolescentes infratores como metafora da violencia** / Sao Paulo, SP : Cortez, 2007. 360 p. ; 4 ex. 343.915

SALLES, Jose Carlos de Moraes. **Usucapiao de bens imoveis e moveis** / 6. ed. rev., ampl. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2006. 573 p. ; 1 ex. 347.232.4

SAMPAIO, Jose Adercio Leite (org.). **Jurisdição constitucional e direitos fundamentais** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2003. 537 p. ; 2 ex. 342

SAMPAIO, Rogerio Marrone de Castro. **Direito civil : responsabilidade civil** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2003. 148 p. ; 1 ex. 347.51

SANTI, Eurico Marcos Diniz de (Coord.). **Curso de direito tributario e finanzas publicas** : do fato a norma, da realidade ao conceito juridico / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2008. 1146 p. : 20 ex. 34:336.22

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A critica da razao indolente : contra o desperdicio da experiencia :para um novo senso comum:a ciencia, o direito e a politica na transicao paradigmatica** / 8. ed. Sao Paulo, SP : Cortez, 2011. 415p. 20 ex. 34:316

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolucao democratica da justica** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Cortez, 2011. 135 p. ; 13 ex. 347.9(81)

SANTOS, Jose Vicente Tavares dos (colab.). **Direitos humanos** : instrumentos internacionais, documentos diversos / Brasilia, DF : Senado Federal, Subsecretaria de Edicoes Tecnicas, 1990. 568 p. ; 1 ex. 341.231.14

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil** / Sao Paulo, SP : Saraiva, 2011-3. 3 v. ; 30 ex. 347.91/.95

SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras linhas de direito processual civil** / 24. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2005. 3 v. ; 1 ex. 347.91/.95

SANTOS, Ricardo Bechara. **Direito de seguro no cotidiano : coletanea de ensaios juridicos** / 4. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2002. 582 p. ; 1 ex. 349.3:368.022

SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **Constituicao, direitos fundamentais e direito privado** / 3. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2010. 364 p. ; 5 ex. 342.4

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituicao Federal de 1998** / 8. ed. rev. atual. e ampl. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2010. 182 p. : 5 ex. 342.7

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficacia dos direitos fundamentais : uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional** / 10. ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2010. 493 p. : 8 ex. 342.7

SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **Estado socioambiental e direitos fundamentais** / Porto Alegre,RS: Livraria do Advogado, 2010. 188p., 5 ex. 349.2

SARLET, Ingo Wolfgang (org.). **O novo codigo civil e a constituicao** / 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2006. 320 p. ; 1 ex. 347

- SAVIANO, Roberto. **Gomorra : a historia real de um jornalista infiltrado na violenta mafia napolitana** / 8. ed. Rio de Janeiro, RJ : Bertrand Brasil, 2011. 349 p. ; 14 ex. 343.341
- SCAFF, Fernando Facury. **Responsabilidade civil do estado intervencionista** / 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2001. 292 p. ; 1 ex. 347.51:35
- SCHUCH, Patrice. **Praticas de justica : antropologia dos modos de governo da infancia e juventude no contexto pos-ECA** / Porto Alegre, RS: UFRGS Editora, 2009. 293 p. : 8 ex. 347.157:572
- SCURO NETO, Pedro. **Sociologia geral e juridica : introducao ao estudo do direito, instituicoes juridicas, evolucao e controle social** / 7. ed. - Sao Paulo, SP : Saraiva, 2010. 314p. ; 20 ex. 34:316
- SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos** / Sao Paulo: Cengage, 2012. 133 p. : 38 ex. 321.01
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Manual das organizacoes internacionais** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2005. 384 p. : 1 ex. 341.215.2
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Manual das organizacoes internacionais** / 5. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2012. 386 p. : 61 ex. 341.215.2
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. **Direito internacional publico** / 4. ed. rev. ampl. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2006. 286 p. 21 ex. 341.1/.8
- SEMINARIO "EXERCICIO DE CIDADANIA POLITICA JUNTO AO PODER LEGISLATIVO" (2003 : BRASILIA, Distrito Federal, Brazil). **Anais** / Brasilia, DF : Camara dos Deputados, 2004. 175 p. : 2 ex. 342.537
- SEN, Amartya. **A ideia de justica** / Sao Paulo, SP : Companhia das Letras, 2011. 492 p. ; 12 ex. 340.12
- SIDOU, J. M. Othon. **Sobre o novo codigo civil : a historia, o metodo, as inovacoes** / 2. ed. rev., e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Forense Universitaria, 2004. 1 ex. 347
- SILVA FILHO, Jose Carlos Moreira da. **Hermeneutica filosofica e direito : o exemplo privilegiado da boa-fe objetiva no direito contratual** / 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2006. 274 p. ; 1 ex. 340.12
- SILVA, Geraldo Eulalio do Nascimento e. **Direito ambiental internacional** / 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Thex, 2002. 357 p. 1 ex. 349.6:341
- SILVA, Geraldo Eulalio do Nascimento e. **Manual de direito internacional publico** / 15. ed. rev e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2002. 566 p. ; 1 ex. 341.1/.8
- SILVA, Jose Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo** / 28. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2007. 928 p. ; 8 ex. 342

SILVA, Jose Afonso da. **Direito urbanistico brasileiro** / 4. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2006. 476 p. ; 1 ex. 349.4:711.4

SILVA, Jose Milton da. **Teoria geral do processo** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2003. 154 p. ; 1 ex. 347.91/.95

SILVA, Karine de Souza. **Direito da comunidade europeia : fontes, principios e procedimentos** / Ijuí, RS : Unijui, 2005. 472 p., 20 ex. 341.1/.8

SILVA, Luiz de Pinho Pedreira da. **Principiologia do direito do trabalho** / Sao Paulo, SP : LTr, 1999. 231 p. ; 1 ex. 349.2

SILVA, Marcus Rector Toledo. **Mercosul e personalidade juridica internacional : as relacoes externas do bloco sub-regional pos-ouro preto** / Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 1999. 196 p. ; 1 ex. 341.23

SILVA, Ovidio A. Baptista da. **Comentarios ao codigo de processo civil : do processo do conhecimento, arts. 1. a 100** / 2. ed. rev. atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2005. 462 p. ; 1 ex. 347.91/.95

SILVA, Ovidio A. Baptista da. **Teoria geral do processo civil** / 4. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais , 2006. 351 p. ; 1 ex. 347.91/.95

SILVA, Roberto Luiz. **Direito internacional publico** / 4. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte : Del Rey, 2010. 528 p. ; 20 ex. 2007

SILVEIRA, Jose Neri da. **Aspectos do processo eleitoral** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 1998. 116 p. ; 8 ex. 342.8

SIMAO FILHO, Adalberto & LUCCA, Newton de (coord.). **Direito empresarial contemporaneo** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Editora Juarez de Oliveira, 2004. 362 p. ; 1 ex. 347.72

SIRVINSKAS, Luis Paulo. **Manual de direito ambiental** / 4. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 547 p. ; 1 ex. 349.6

SOARES, Jose Ronald Cavalcante (coord.). **Estudos de direito constitucional : homenagem a Paulo Bonavides** / Sao Paulo, SP : LTr, 2001. 414 p. ; 3 ex. 342

SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeca de porco** / Rio de Janeiro, RJ : Objetiva, 2005. 295 p. ; 4 ex. 343.97

SOUSA FILHO, Alipio de. **Medos, mitos e castigos : notas sobre a pena de morte** / 2. ed. Sao Paulo, SP: Cortez, 2001. 120p. 5 ex. 343.25

SOUSA JUNIOR, Jose Geraldo de (org.). **Sociedade democratica, direito publico e controle externo** / Brasilia, DF : TCU, 2006. 534 p. ; 1 ex. 342

SOUSA, Analicia Martins de. **Síndrome da alienação parental : um novo tema nos juízos de família** / São Paulo, SP : Cortez, 2010. 222 p. ; 7 ex. 347.61:159.9

SOUTO, Marcos Juruena Villela & MARSHALL, Carla C. (coord.). **Direito empresarial público** / Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2002. 834 p. ; 1 ex. 347.7:342

SOUZA, Leny Xavier de Brito e. **Previdência social : normas e cálculos de benefícios** / São Paulo, SP : LTr, 2005. 374 p. ; 1 ex. 349.3

SOUZA, Sérgio Iglesias Nunes de. **Direito a moradia e de habitação : análise comparativa e suas implicações teóricas e práticas com os direitos da personalidade** / 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2008. 366 p. : 5 ex. 347.254

SOUZA, Sérgio Ricardo de. **Comentários à lei de combate à violência contra a mulher lei Maria da Penha (11.340/06)** / 3. ed. Curitiba, PR : Jurua, 2009. 227 p. : 5 ex. 343.4-055.2(094.56)

STELGES, Isabela Kathrin. **A cidadania da União Europeia : uma sugestão para o Mercosul** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2002. 72 p. ; 3 ex. 341.121(4):342.716

STRECK, Lenio Luiz. **Hermeneutica jurídica e(m) crise: uma exploração hermeneutica da construção do direito** / 11. ed. rev., atual. e ampl. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2014. 455 p. : 16 ex. 340.12

STRENGER, Irineu. **Direito internacional privado** / 6. ed. São Paulo, SP : LTr, 2005. 1064 p. ; 1 ex. 341.9

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito constitucional do trabalho** / 3. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2004. 532 p. ; 8 ex. 349.2

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito internacional do trabalho** / 3. ed. atual. São Paulo, SP : LTr, 2000. 499 p. ; 3 ex. 349.2

TALESE, Gay. **Honra teu pai** / São Paulo, SP : Companhia das Letras, 2011. 510 p. : 4 ex. 343.341

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente** / 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2013. 223 p. : 1 ex. 342.726-053.2/.6(094.5)

TAVARES, José de Farias. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente** / 7. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Forense, 2010. 306 p. : 10 ex. 342.726-053.2/.6(094.56)

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito previdenciário : regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência social** / 9. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Lumen Juris, 2007. 662 p. ; 1 ex. 349.3

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. **O procedimento sumarissimo no processo do trabalho : comentarios a lei n. 9.957/2000** / 2. ed. rev. e ampl. Sao Paulo, SP : LTr, 2000. 200 p. ; 1 ex. 349.2:347.919.7

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global : limites e desafios da participacao cidadã** / 2. ed. Salvador, BA : Ed. Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2001. 224 p. : 5 ex. 342.71

TEJADAS, Silvia da Silva. **Juventude e ato infracional : as multiplas determinacoes da reincidencia** / Porto Alegre, RS : EDIPUCRS, 2008. 304 p. : 6 ex. 343.91-053.6

TELES, Maria Amelia de Almeida. **O que e violencia contra mulher** / Sao Paulo, SP : Brasiliense, c2002. 120 p. : 3 ex. 343.4-055.2

TELLES JUNIOR, Goffredo. **Iniciacao na ciencia do direito** / 3. ed. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. xvi, 386 p. ; 1 ex. 340.12

TELLES, Antonio A. Queiroz. **Introduca ao direito administrativo** / 2. ed. rev., atual. e ampl. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2000. 579 p. ; 3 ex. 342.9

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Sentença : direito processual civil ao vivo** / 2. ed. Rio de Janeiro, RJ : Aide, 1997. 280 p. ; 1 ex. 347.95

TORRES, Ricardo Lobo. **Normas de interpretacao e integracao do direito tributario** / 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ : Renovar, 2006. 470 p. ; 1 ex. 34:336.2

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal** / 8. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2006. 916 p. ; 1 ex. 343.1

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de processo penal** / 9. ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007 930 p. : 3 ex. 343.1

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal** / 29 ed. rev. e atual. Sao Paulo, SP : Saraiva, 2007. 3 v. ; 3 ex. 343.1

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal** / 35 ed. Sao Paulo : Saraiva, 2013. 4 v. 49 ex.

TZIRULNIK, Luiz. **Intervencao e liquidacao extrajudicial das instituicoes financeiras** / 3. ed. rev., e atual. Sao Paulo, SP : Revista dos Tribunais, 2005. 205 p. ; 1 ex. 347.72.04

VARELLA, Drauzio. **Estacao Carandiru** / Sao Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010, 231p. 2 ex. 343.812

VARELLA, Drauzio. **Estacao Carandiru** / Sao Paulo, SP : Companhia das Letras, 1999. 297 p. : 3 ex. 343.812

VARELLA, Drauzio. **Estacao Carandiru** / Sao Paulo, SP : Companhia de Bolso, 2005. 231 p. ; 8 ex. 343.812

VARELLA, Drauzio. **Estacao Carandiru** / 2. ed. Sao Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009 297p. 9 ex. 343.812

VARGAS, Joao Augusto Costa. **Campanha permanente : o Brasil e a reforma do Conselho de Seguranca da ONU** / Rio de Janeiro, RJ : FGV, 2010. 130 p. ; 8 ex. 341.123

VELOSO, Zeno. **Invalidade do negocio juridico : nulidade e anulabilidade** / 2. ed. Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2005. 388 p. ; 1 ex. 347.13

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil** / 13. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2013. 8 v. 46 ex. 347

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil** / 7. ed. Sao Paulo, SP : Atlas, 2007. 7 v. ; 34 ex. 347

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil** / 3 ed. rev. e atual. Brasilia, DF: UNFPA, 2009 292 p. : 3 ex. 347.121.1:612.6(81)

VIANNA, Marcelo. **Os homens do parquet : trajetorias e processo de institucionalizacao do Ministerio Publico do Rio Grande do Sul (1930-1964)** / Porto Alegre, RS : Memorial do Ministerio Publico, 2013. 430 p. : 1 ex. 347.963

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalizacao** / 10. ed. Rio de Janeiro,RJ : Record, 2011 142 p. ; 1 ex. 342.71

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalizacao** / 9. ed. Rio de Janeiro,RJ : Record, 2009 142 p. ; 6 ex. 342.71

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalizacao** / 8. ed. Rio de Janeiro, RJ : Record, 2005. 142 p. ; 1 ex. 342.71

VIEIRA, Luzia Chaves. **Responsabilidade civil médica e seguro : doutrina e jurisprudencia** / Belo Horizonte, MG : Del Rey, 2001. 388 p. ; 1 ex. 347.56:614.25

VILLAR, Pilar Carolina. **Aquiferos transfronteiricos : governanca das aguas e o Aquifero Guarani** / Curitiba, PR : Jurua, 2015. 287 p. : 1 ex. 347.247

VINHA, Pedro. **Responsabilidade civil pelo fato da imprensa** / Curitiba, PR : Jurua, 2004. 193 p. : 1 ex. 347.51

VOLPI, Mario (org.). **O adolescente e o ato infracional** / 8. ed. Sao Paulo, SP : Cortez, 2010. 87 p. ; 1 ex. 343.91-053.6:304

VOLPI, Mario (org.). **O adolescente e o ato infracional** / 9. ed. Sao Paulo, SP : Cortez, 2011. 87 p. ; 7 ex. 343.91-053.6:304

WACQUANT, Loic J. D. **As prisoes da miseria** / Rio de Janeiro, RJ : J. Zahar, 2001. 174 p. 6 ex. 343.9

WALD, Arnoldo. **Direito civil, 2 : direito das obrigacoes e teoria geral dos contratos** / 21 ed. Sao Paulo : Saraiva, 2013. xx, 394p. 20 ex. 347

WALZER, Michael. **Esferas da justica: uma defesa do pluralismo e da igualdade** / Sao Paulo,SP: Martins Fontes, 2003 476p. 8 ex. 342.7

WARAT, Luis Alberto. **A ciencia juridica e seus dois maridos** / Santa Cruz do Sul,RS: EDUNISC, 2000. 200p., 10 ex. 340:37

WEBER, Adriana. **Nocoes introdutorias de teoria geral do processo** / 2. ed. rev. e ampl. Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 2004. 160 p. ; 1 ex. 347.9

WEBER, Max. **Historia agraria romana** / Sao Paulo, SP : Martins Fontes, 1994. 283 p. ; 7 ex. 631

WEIS, Carlos. **Direitos humanos contemporaneos** / 2. ed. Sao Paulo, SP : Malheiros, 2010. 200 p. ; 1 ex. 342.7

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Direito e justica na America Indigena : da conquista a colonizacao** / Porto Alegre, RS : Livraria do Advogado, 1998. 242 p. ; 6 ex. 340

WOLKMER, Antonio Carlos (org.). **Fundamentos de historia do direito** / 7. ed. Belo Horizontem, MG : Del Rey, 2013. 542 p. ; 20 ex. 34(091)

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes : um novo foco sobre o crime e justica restaurativa** / Sao Paulo, SP : Palas Athena, 2008. 276 p. ; 1 ex. 343

ZEHR, Howard. **Justica restaurativa** / Sao Paulo, SP : Palas Athena, 2012. 88 p. ; 1 ex. 343.24